



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Greta Thunberg e o discurso do ativismo climático jovem: construção e contestação de significados em torno da ação climática e cidadania ambiental

Alice Rodrigues da Fonseca

Mestrado em Estudos do Ambiente e da Sustentabilidade

Orientador:

Doutora Paula Castro, Professora Catedrática,
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2020



CIÊNCIAS SOCIAIS
E HUMANAS

Greta Thunberg e o discurso do ativismo climático jovem: construção e contestação de significados em torno da ação climática e cidadania ambiental

Alice Rodrigues da Fonseca

Mestrado em Estudos do Ambiente e da Sustentabilidade

Orientador:

Doutora Paula Castro, Professora Catedrática,

ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2020

Agradecimentos

A presente de dissertação de mestrado contou com a colaboração e apoio de várias pessoas, a quem muito agradeço pelos seus contributos.

À minha orientadora, Professora Paula Castro, agradeço toda a ajuda e apoio ao longo da elaboração deste trabalho. Além do conhecimento e orientação académica, agradeço igualmente a sensibilidade e disponibilidade para aconselhar em geral.

A todos os jovens ativistas climáticos que se disponibilizaram a ser por mim entrevistados. Além do contributo essencial para a realização deste trabalho, constituem para mim exemplos de força de vontade. Obrigada por representarem uma geração que se atreve a pensar e a fazer.

Aos meus colegas e companheiros de curso, por toda a entreeajuda e por me terem acompanhado nesta jornada.

A toda a minha família, mas especialmente aos meus pais, padrasto, avós e irmã Matilde, por todo o apoio durante a realização deste trabalho, especialmente durante os tempos mais conturbados da sua finalização. Agradeço a infindável paciência e o facto de estarem sempre lá para cuidar de mim.

A todos os meus amigos, que me ouviram atentamente sobre a tese, que partilharam e compreenderam as minhas dificuldades enquanto aluna de mestrado e que me encorajaram e ajudaram a descontraír. Agradeço igualmente e em especial ao meu namorado, João, por toda a paciência, compreensão, incentivo e por ter estado lá para me acalmar.

Finalmente, agradeço a todos os meus professores de mestrado, cujos ensinamentos me ajudaram, quer de forma direta quer indireta, na elaboração deste trabalho e que me permitiram fazer múltiplas aprendizagens e adquirir novo conhecimento nesta etapa da minha vida académica.

Resumo

As alterações climáticas constituem-se como um desafio societal que alimenta controvérsia na esfera pública. Em 2018 e 2019 o ativismo climático jovem assumiu uma posição de destaque neste debate, em particular através do protagonismo de Greta Thunberg (GT). Considerando estes acontecimentos, este trabalho visa explorar o discurso do ativismo climático jovem. Para o efeito, numa etapa (1), foi realizada uma análise de 25 discursos de GT onde se pretendeu identificar (a) os significados que estruturam a sua mensagem, (b) o modo como a jovem representa diferentes atores e (c) o tipo de cidadania ambiental subjacente ao discurso. Numa etapa (2), a análise de entrevistas (n=16) com jovens ativistas climáticos portugueses pretendeu avaliar se as perspetivas dos entrevistados acerca da ação climática e ação do cidadão coincidiam ou divergiam do tipo de cidadania ambiental subjacente ao discurso de GT. Os resultados revelam que o discurso de GT é estruturado por 7 ideias-chave que expressam uma crítica ao paradigma atual da política climática. Os cidadãos são representados como os protagonistas da mudança nesse paradigma. Em conformidade, o discurso constrói um cidadão ativo na esfera pública que atua para impulsionar soluções sistémicas para a crise climática, um tipo de cidadania ambiental refletido nas entrevistas. Ao identificar os aspetos distintivos do discurso de GT e elucidar a perspetiva dos jovens ativistas relativamente à ação climática, à mudança social e à ação do cidadão, este estudo de natureza interdisciplinar contribui para uma melhor compreensão da agência exercida pelos jovens no quadro da política climática.

Palavras-chave: Greta Thunberg, ativismo jovem, discurso, alterações climáticas, ação climática, cidadania ambiental

Abstract

Climate change is a societal challenge that fuels controversy in the public sphere. In 2018 and 2019 youth climate activism took a prominent position in this debate, in particular through the protagonism achieved by Greta Thunberg (GT). Considering these events, this study aims to explore the discourse of youth climate activism. To this end, as step (1), an analysis of 25 GT's speeches was carried out, which aimed to identify (a) the meanings that structure the young activist's message, (b) the way she represents different actors, and (c) the type of environmental citizenship underlying her discourse. As a step (2), interviews carried out with Portuguese youth climate activists were analysed in order to assess whether the interviewees' perspectives on climate action and citizen action coincided with or diverged from the type of environmental citizenship underlying GT's discourse. The results reveal that GT's discourses are structured by 7 key ideas that express a critique of the current paradigm of climate policy. Citizens are represented as the protagonists of change in this paradigm. Accordingly, the discourse builds an image of a citizen active in the public sphere, that works to promote systemic answers to the climate crisis, a type of environmental citizenship that is also reflected in the interviews. By identifying the defining aspects of GT's discourse and elucidating youth activists' perspective on climate action, social change, and citizen action, this interdisciplinary study contributes towards a better understanding of the agency exercised by young people in the global climate action arena.

Keywords: Greta Thunberg, youth activism, discourse, climate change, climate action, environmental citizenship

Índice

Agradecimentos	i
Resumo.....	iii
Abstract	v
Índice	vii
Índice de Quadros	ix
Índice de Figuras.....	xi
Glossário de siglas	xii
Introdução	1
Capítulo 1 – Alterações climáticas: diversidade de abordagens, mudança social e ativismo.....	5
1.1 Perspetivas sobre sustentabilidade e mudança social.....	5
1.2 Ativismo e a construção e contestação de significados no debate sobre alterações climáticas ..	7
Capítulo 2 – Mobilização, ativismo juvenil e ação climática	10
2.1 Vozes juvenis no debate sobre alterações climáticas	10
2.2 Jovens na vanguarda do movimento de ação climática.....	11
2.3 Ativismo jovem, crítica e agência	13
Capítulo 3 – A compreensão da construção e contestação de significados no ativismo climático jovem	15
3.1 Perspetivas discursivas sobre a mensagem do ativismo climático jovem	15
3.2 O discurso de Greta Thunberg	16
3.3 Discurso, mudança social e Teoria das Representações Sociais	18
Capítulo 4 – Cidadania ambiental na interseção com os contextos do ativismo e ação climática	21
4.1 O conceito de cidadania ambiental.....	21
4.2 Cidadania ambiental e ativismo	25
4.3 Cidadania ambiental e alterações climáticas	27
4.4 Cidadania ambiental como perspetiva de análise dos discursos de Greta Thunberg e entrevistas com jovens ativistas – uma síntese e objetivos gerais deste trabalho	29

Capítulo 5 – Análise do discurso de Greta Thunberg	33
5.1 Sumário dos objetivos e enquadramento	33
5.2 Material	33
5.3 Métodos	34
5.4 Objetivo 1: Análise dos “themata”	36
5.5 Objetivo 2: Análise do modo de representação de diferentes atores no discurso.....	40
5.6 Objetivo 3: Análise da construção da cidadania ambiental	45
Capítulo 6 – Análise de entrevistas com jovens ativistas climáticos.....	55
6.1 Análise de entrevistas com jovens ativistas: sumário dos objetivos e enquadramento	55
6.2 Participantes.....	55
6.3 Métodos	56
6.4 Análise	56
Capítulo 7 – Discussão.....	65
Conclusão	71
Referências Bibliográficas	74
Anexo A	83
Anexo B.....	87

Índice de Quadros

Quadro 5.1 – Manual de codificação de cidadania ambiental, adaptado a partir de Vihersalo (2017)	35
Quadro 5.2 - "Themata" nos discursos de GT (Frequências absolutas)	36
Quadro 5.3 - Atores mencionados/representados no discurso (frequências).....	40
Quadro 5.4 - Caracterização dos atores mencionados segundo o SCM (frequências)	42
Quadro 5.5 - Medidas de discriminação, por variável, por dimensão	43
Quadro 5.6 – Síntese: cidadania ambiental no discurso de Greta	51
Quadro 5.7 - Medidas de discriminação, por variável, por dimensão	52

Índice de Figuras

Figura 4.1 - Distinções organizadoras dos diferentes modelos de cidadania ambiental	30
Figura 5.1 - Projeção das duas primeiras dimensões do procedimento ACM	44
Figura 5.2 - Projeção das duas primeiras dimensões do procedimento ACM	52

Glossário de siglas

ACM – Análise de Correspondências Múltiplas

FFF – Fridays For Future

GCE – Greve Climática Estudantil

GT – Greta Thunberg

SCM – Stereotype Content Model

TSR – Teoria das Representações Sociais

UNFCCC – United Nations Framework Convention on Climate Change

XR – Extinction Rebellion

Introdução

As alterações climáticas – um risco premente que ameaça o bem-estar das sociedades humanas no presente e de forma ainda mais crítica no futuro (IPCC, 2014) – são reconhecidas como um importante desafio societal (Jaspal & Nerlich, 2014; Porter et al., 2018) que exige ação urgente (Hagedorn et al., 2019). Considerando a evidência acerca dos seus impactos transversais e causas antropogénicas (IPCC, 2014), pensar estratégias para dar resposta à emergência climática implica refletir sobre as suas implicações sociais, económicas e políticas, sobre a relação entre ser humano e natureza e ainda sobre como a sociedade se pode reconfigurar no sentido da sustentabilidade (Barry et al., 2013).

Neste quadro, agir perante a crise climática implica não só atender a factos científicos sobre o fenómeno, mas também às suas dimensões sociais e éticas, as quais estão necessariamente sujeitas a debate (Barry et al., 2013). Enquanto desafio social e ético as alterações climáticas são assim alvo de contencioso na esfera pública, gerando controvérsia entre indivíduos e grupos com diferentes visões do mundo e diferentes quadros de valores (Porter et al., 2018). Neste contexto os significados veiculados em torno do fenómeno do aquecimento global são permanentemente contestados, alterados e reinterpretados (Castro et al., 2016; Feindt & Oels, 2005; Hajer & Versteeg, 2005b), dando origem a um debate que importa analisar.

Entre os intervenientes neste debate contam-se os ambientalistas e ativistas climáticos. Enquanto atores envolvidos na promoção da mudança social (Moscovici, 1985), através da introdução de novos significados e da mediação entre esferas sociais (Castro et al., 2016; Uzelgun et al., 2016), os ativistas ambientais estão envolvidos em dinâmicas de contestação e negociação de representações sociais, como salienta a Psicologia Social (Castro et al., 2016; Castro & Batel, 2008). É no exercício desta função que estes desempenham um importante papel nos processos de construção coletiva de entendimentos partilhados acerca das questões ambientais (Castro et al., 2016). Neste quadro, o discurso assume grande importância enquanto um dos instrumentos de *advocacy* a que os ativistas recorrem para contestar a realidade vigente e promover novas normas, valores e práticas (Castro et al., 2016; Uzelgun et al., 2016).

Nos anos de 2018 e 2019, o ativismo climático jovem evidenciou precisamente este papel de contestação e negociação de significados em torno da ação climática. A emergência de movimentos internacionais como o “Fridays for Future” e a afirmação pelos jovens de um lugar de vanguarda no ativismo climático não só dotaram o movimento pela ação e justiça climática de um novo fôlego (Pickard, 2019c; Thomas et al., 2019), com mobilizações de grande dimensão e com grande visibilidade à escala mundial, como levaram à introdução de uma nova perspetiva, e conseqüentemente de novos significados, no debate sobre a crise climática. É este último ponto que mais interessa à presente pesquisa.

Se considerarmos a forma como as alterações climáticas põem em causa o modo de funcionamento das sociedades e os valores que regem as relações entre seres humanos e destes com a natureza (Barry et al., 2013), compreendemos que o debate sobre ação climática implica também refletir sobre a noção de bem comum, sua interação com as questões da sustentabilidade e sobre o papel dos cidadãos em trabalhar para o “ecological common good” (Castro & Santos, 2019, p. 2). Como é evidenciado por Castro e Santos (2019), as perspetivas sobre o que constitui o “ecological common good”, como alicerce da cidadania ambiental, tendem a não ser unânimes, o que origina diferentes definições do que constitui o comportamento do bom cidadão ambiental. Estas definições importam, não só porque informam a forma como os indivíduos equacionam o seu potencial para atuar enquanto agentes de mudança na promoção da sustentabilidade (Swaffield & Bell, 2012), mas também porque permitem distinguir entre diferentes abordagens à ação climática e à mudança social e iluminar as suas implicações do ponto de vista da ação (Kenis, 2016; Vihersalo, 2017). Tendo em mente estes aspetos, ao analisar a intervenção do ativismo climático jovem na “battle of ideas” (Moscovici & Marková, 2000) em torno das alterações climáticas iremos adotar uma perspetiva particularmente atenta à construção da cidadania ambiental, isto é, à forma como é enquadrado o papel do cidadão no quadro da ação climática e a como é concebida a mudança social nesse contexto.

Assim, atendendo à importância do papel dos ativistas enquanto agentes mediadores de significados e à forma como através das suas práticas comunicativas estes atuam na promoção de diferentes visões de sustentabilidade e abordagens à mudança social (Castro et al., 2016) e considerando a posição de destaque que as vozes juvenis conquistaram no debate sobre alterações climáticas no passado recente, o presente estudo adota como foco de análise o discurso do ativismo climático jovem.

Neste contexto, a presente pesquisa visa identificar, numa primeira etapa analítica, (1) os principais significados veiculados no discurso de Greta Thunberg (doravante designada GT) e o tipo de cidadania ambiental que estes ajudam a construir. Numa segunda etapa analítica, (2) procedemos à análise de entrevistas conduzidas com jovens ativistas climáticos portugueses, com o objetivo de aprofundar as conclusões relativas ao tipo de cidadania ambiental subjacente ao discurso de GT e aumentar a diversidade das vozes juvenis analisadas.

Para (1) seleccionámos a análise do discurso de GT por considerarmos de particular interesse analisar as comunicações de uma ativista jovem que conquistou num curto espaço de tempo grande projeção na esfera pública, assumindo o papel de figura icónica no seio do ativismo climático jovem. Já existem contributos que se propõem a analisar o discurso da jovem sueca (Holmberg & Alvinus, 2020; Kvamme, 2019; Murray, 2020; Putkonen, 2019; Vavilov, 2019). Essas análises constituem-se, no entanto, como explorações iniciais da sua mensagem, já que se debruçam sobre um número reduzido de discursos, faltando por isso uma análise sistemática que tenha como ponto de partida um *corpus*

compreensivo de discursos. Com o objetivo de preencher esta lacuna, realizamos uma análise de 25 discursos públicos da ativista, através da qual procuramos dar resposta às seguintes perguntas de investigação:

(1.a) Quais são os significados que estruturam a mensagem do discurso de Greta e os principais argumentos que lhes estão associados?

(1.b) Como são representados no discurso os diferentes atores envolvidos no debate em torno das alterações climáticas do ponto de vista da sua competência e afabilidade?

(1.c) Qual o tipo de cidadania ambiental subjacente ao discurso de Greta e quais as implicações associadas à forma como este se insere no contraste entre conceções que enfatizam a dimensão ativa ou passiva do papel do cidadão, que focam a ação na esfera pública ou privada ou que adotam uma abordagem minimal ou extensiva à resolução dos problemas ambientais?

Ao explorar estes aspetos pretendemos identificar os aspetos distintivos do discurso da ativista e compreender como a sua proposta se insere no contexto das diferentes perspetivas sobre sustentabilidade e mudança social, mais especificamente no quadro da distinção entre as abordagens da “sustentabilidade forte” e “sustentabilidade fraca” (Castro et al., 2016; Uzzell & Rätzl, 2009), refletindo criticamente sobre o seu potencial para fomentar a mudança no quadro da ação climática.

Em (2), partindo dos resultados da análise dos discursos públicos de GT, analisamos entrevistas conduzidas com jovens ativistas climáticos portugueses. Para estudar as vozes juvenis que ganharam destaque com a onda de protestos pelo clima iniciada em 2018 alguns autores expandem o seu foco de análise além do discurso de GT, considerando também elementos do discurso de outros jovens ativistas (Han & Ahn, 2020; McKnight, 2020). Estes contributos tornam-se importantes não só pelas suas conclusões, mas também por aumentarem a diversidade dos pontos de vista analisados, mas são marcados por limitações associadas ao material utilizado (citações de jovens ativistas na imprensa e um conjunto diverso, mas disperso de elementos discursivos com enunciadores singulares e coletivos). Neste quadro, consideramos que a análise do discurso de jovens ativistas através de entrevistas diretas permitirá aceder às suas perspetivas de uma forma não mediada, bem como eventualmente captar alguns aspetos difíceis de transparecer em enunciações públicas de tempo limitado, que obrigam por vezes a um discurso sintético. Essa análise será guiada pela seguinte pergunta de partida:

(2.a) A forma como os jovens entrevistados constroem a relação entre ação climática e a ação do cidadão coincide ou diverge do tipo de cidadania ambiental subjacente ao discurso de Greta?

As conclusões desta etapa (2) permitirão aprofundar as conclusões resultantes da análise dos discursos de GT, contribuindo para uma melhor compreensão da mobilização jovem em torno da temática das alterações climáticas. Nas suas duas componentes, esta análise permitirá elucidar o modo como os jovens ativistas perspetivam a ação climática, sua relação com a mudança social e o papel dos indivíduos nesse contexto.

O estudo realiza também uma contribuição interdisciplinar, uma vez que recorre a um quadro teórico que junta elementos da teoria da Psicologia Social com a literatura da cidadania ambiental, mais ligada à disciplina da Ciência Política.

Para contextualizar a análise começaremos por apresentar e rever o corpo de literatura que informou o trabalho realizado. Primeiro, discutiremos as alterações climáticas enquanto tema controverso e em torno do qual convivem diferentes perspectivas, para depois explicitar a importância da intervenção dos ativistas nesse contexto (Capítulo 1). Em segundo lugar, iremos caracterizar a onda de protestos juvenis pelo clima que teve início em 2018 e se expandiu ao longo de 2019 e clarificar os seus aspetos diferenciadores e importância (Capítulo 2). Em terceiro, discutiremos as conclusões de estudos que já procuraram contribuir para uma melhor compreensão do ativismo climático jovem através da atenção ao discurso e abordaremos a Teoria das Representações Sociais enquanto perspectiva teórica e analítica da Psicologia Social particularmente útil a uma pesquisa que vise escrutinar o discurso num quadro onde este é entendido como importante veículo de promoção da estabilidade ou da mudança (Capítulo 3). Em quarto e último lugar, faremos uma breve revisão da literatura sobre a teoria e prática da cidadania ambiental, associada à disciplina da Ciência Política (Capítulo 4). Os capítulos 5 e 6 contêm uma descrição do método e a apresentação dos resultados das duas análises realizadas, que são depois discutidos em conjunto no penúltimo capítulo (Capítulo 7). O trabalho encerra com um resumo das principais conclusões e contributos.

Capítulo 1 – Alterações climáticas: diversidade de abordagens, mudança social e ativismo

Não obstante a existência de um consenso alargado entre cientistas e o reconhecimento generalizado pelo público da proeminência deste risco (Fagan & Huang, 2019), o debate público em torno das alterações climáticas é marcado por posições variadas, algumas extremadas contra e a favor da ação climática (Porter et al., 2018), coexistindo igualmente em cada um destes pólos e ao longo do espectro que estes definem uma variedade de pontos de vista. Mesmo na esfera do ambientalismo é possível distinguir várias perspetivas acerca das relações entre sociedade e meio natural e diferentes ideias acerca do curso de ação a adotar para ultrapassar a crise climática e construir uma sociedade sustentável (ver Dobson, 1990; Dryzek, 1997).

A existência de várias formas alternativas de olhar o problema abre espaço a processos de resignificação, que encerram um importante potencial de conflito (Castro et al., 2016; Uzelgun et al., 2016). Tal significa que as representações sociais construídas em torno das alterações climáticas são permanentemente contestadas, alteradas e reinterpretadas (Hajer & Versteeg, 2005), alimentando o debate na esfera pública acerca do fenómeno e da ação perante ele, pelo que importa conhecê-las.

1.1 Perspetivas sobre sustentabilidade e mudança social

É possível traçar uma distinção central entre duas formas de aproximação aos problemas ambientais e às soluções para os mesmos, uma que corresponde a uma versão dita “forte” da sustentabilidade e outra a uma versão “fraca” (ver Castro et al., 2016; Uzzell & Rätzzel, 2009).

As posições e discursos alinhados com a perspetiva de “sustentabilidade fraca” tendem a encerrar uma proposta de mudança social moderada, no sentido em que assumem que a crise ambiental pode ser suplantada através da aprovação de novas leis e políticas públicas, da alteração dos estilos de vida individuais e da remodelação do comportamento dos diferentes atores sociais, mudanças que implicam reformar, mas não alterar o paradigma de organização social (Castro et al., 2016; Mol & Spaargaren, 2000; Uzzell & Rätzzel, 2009). Já as visões alinhadas com a perspetiva de “sustentabilidade forte” exigem mudanças profundas no padrão de produção e consumo atual e nos valores que lhe subjazem (Uzzell & Rätzzel, 2009). Esta perspetiva implica assim uma alteração de tipo estrutural no modo de funcionamento das sociedades, passando por repensar a forma como o ser humano se relaciona com a natureza e por uma reestruturação das relações sociais (Uzzell & Rätzzel, 2009). Exige ainda “forms of participation that involve citizens in defining the political processes of societal control, as opposed to them just participating within a pre-determined framework” (Uzzell & Rätzzel, 2009, “Strong and weak sustainability”, para. 5).

Esta distinção entre “sustentabilidade forte” e “sustentabilidade fraca” está também presente em contributos de autores da Ciência Política que discutem a problemática ambiental (Dobson, 1990;

Dryzek, 1997). Estes ressaltam a forma como os problemas ambientais, incluindo as alterações climáticas, extravasam o domínio da ciência, possuindo uma dimensão política que diz respeito a uma discussão não só sobre a validade e incerteza associadas ao conhecimento científico sobre os fenómenos, mas acima de tudo sobre visões alternativas acerca de como o conhecimento científico pode ser mobilizado para fazer escolhas no que diz respeito à organização da sociedade (Goeminne, 2010).

O reconhecimento do carácter político do debate pressupõe, no entanto, a existência de conflito e discórdia, elementos que alguns autores consideram estar algo ausentes no contexto atual da discussão sobre alterações climáticas (Goeminne, 2010; Læssøe, 2007; Pepermans & Maesele, 2014). O paradigma atual de governança das alterações climáticas, construído na senda da noção de “desenvolvimento sustentável”, está mais próximo da abordagem da “sustentabilidade fraca”, sendo as alterações climáticas discutidas sobretudo por referência a um quadro de ideias que pressupõe a compatibilidade entre proteção ambiental e desenvolvimento económico (Bäckstrand & Lövbrand, 2006; Castro, 2015; C. Taylor, 2013; Uzzell & Rätzzel, 2009). Neste contexto, a resolução da crise climática assenta em estratégias que têm como principal objetivo levar a que pessoas e instituições internalizem um conjunto de preocupações e práticas que contribuem para a mitigação e adaptação às alterações climáticas (Bäckstrand & Lövbrand, 2006; C. Taylor, 2013). Alguns autores consideram que este tipo de estratégia coloca uma ênfase excessiva na mudança social impulsionada pela alteração do comportamento individuais e que dá mais atenção aos impactos ambientais que decorrem do consumo do que aos que estão associados à produção (Castro, 2015; Uzzell & Rätzzel, 2009). Em consequência, tende a existir um maior foco sobre a transformação de comportamentos na esfera privada do que sobre os comportamentos que têm lugar na esfera pública (Castro, 2012), o que tem também um impacto ao nível do estímulo à participação dos cidadãos nas questões de ambiente (Læssøe, 2007). Outro aspeto distintivo deste paradigma é a sua forte sustentação na ciência e o papel destacado que é atribuído ao conhecimento especializado e técnico nos processos de governação (Bäckstrand & Lövbrand, 2006; C. Taylor, 2013).

Atendendo a estas características, este paradigma tem vindo a ser problematizado por vários autores pelo que consideram ser uma tendência para apresentar as alterações climáticas como um tema consensual, limitando o espaço para a controvérsia e contribuindo para a despolitização do debate de 3 formas (Bäckstrand & Lövbrand, 2006; Castro, 2015; Goeminne, 2010; Læssøe, 2007; Pepermans & Maesele, 2014; C. Taylor, 2013). Em primeiro lugar, o enquadramento da evidência científica como principal substrato para a elaboração de políticas climáticas produz um efeito de fechamento sobre os processos de tomada de decisão, que passam a ser encarados como espaços destinados aos especialistas, que utilizam critérios racionais e mobilizam o conhecimento dos factos para solucionar problemas (Bäckstrand & Lövbrand, 2006; Goeminne, 2010; Pepermans & Maesele,

2014; C. Taylor, 2013). Em segundo lugar, a representação das alterações climáticas como uma “universalizing and socially homogenizing threat to humanity” não favorece uma leitura dos impactos da mudança climática atenta à sua relação com as desigualdades sociais existentes, ignorando consequentemente o conflito que lhes está associado (Pepermans & Maesele, 2014, p.221). Em terceiro lugar, o enquadrar da crise climática como uma luta de toda a humanidade contra os níveis de emissões de CO₂ traduz uma representação das alterações climáticas como um fenómeno puramente físico, remetendo para segundo plano a forma como este novo risco também dá lugar a um debate entre diferentes propostas políticas e visões de futuro (Goeminne, 2010). Esta perspetiva sobre as alterações climáticas foca assim, acima de tudo, a dimensão epistémica do fenómeno e equaciona sobretudo soluções técnicas ao mesmo tempo que tende a desconsiderar a dimensão sociocultural do problema e os conflitos estruturais e de valores que lhe estão associados (Laessøe, 2007; Pepermans & Maesele, 2014).

Face a esta situação, em linha com a agenda de investigação sugerida por Pepermans e Maesele (2014), o aprofundar do conhecimento sobre as alterações climáticas enquanto fenómeno sociopolítico exige a análise dos diferentes discursos construídos em torno do tema e da forma como estes invocam processos de politização ou despolitização. A atenção às diversas formas alternativas de olhar o problema permite ainda identificar os elementos em torno dos quais o consenso global representado pelos tratados e acordos internacionais sobre o clima é mais frágil (Castro et al., 2016; Uzelgun et al., 2016) e iluminar a forma como diferentes atores sociais podem fazer sentido dessa questão de diferentes formas (Hajer & Versteeg, 2005a).

Uma análise guiada por este foco na diversidade de discursos acerca das alterações climáticas é pertinente tanto no que diz respeito ao discurso dos *media*, como ao nível dos discursos mobilizados pelos diferentes atores sociais (Pepermans & Maesele, 2014). Neste âmbito, é importante analisar, de um ponto de vista ligado às questões da governamentalidade (Bäckstrand & Lövbrand, 2006; Hajer & Versteeg, 2005b; C. Taylor, 2013; Vihersalo, 2017), o discurso mobilizado pelos atores e entidades que integram o quadro institucional de governança global do clima, mas também o de atores que apresentam visões críticas do *status quo* ele representa (Fleming et al., 2014). Neste último grupo, incluem-se notavelmente os movimentos ambientalistas ou de ativismo climático.

1.2 Ativismo e a construção e contestação de significados no debate sobre alterações climáticas

É neste contexto que se insere o presente estudo, que visa contribuir para o corpo de literatura que investiga as alterações climáticas enquanto fenómeno sociopolítico e assunto alvo de controvérsia pública através da análise do discurso do ativismo climático jovem.

O foco no discurso está associado ao reconhecimento de como a sua análise se predispõe à compreensão da forma como os conceitos e ideias são “continuously contested in a struggle about their meaning, interpretation and implementation” (Hajer & Versteeg, 2005, p.176) e da influência do modo como os assuntos são discutidos sobre a forma como a questão em causa é experienciada e as possibilidades de ação percebidas (Batel & Castro, 2018; Castro, 2006; Hajer & Versteeg, 2005b). Por outro lado, o estudo do discurso também se presta a entender a forma como os diferentes atores procuram influenciar os entendimentos de uma questão ao desenvolver e rejeitar certos significados, definindo ativamente a sua posição através da forma como falam e comunicam (Batel & Castro, 2018; Hajer & Versteeg, 2005b). Hajer e Versteeg (2005) defendem que esta perspetiva discursiva é particularmente adequada ao estudo da política e controvérsia em torno das questões ambientais, já que como se ilustrou anteriormente tende a existir um número elevado de formas alternativas de conceptualizar essas problemáticas.

A opção por focar em específico o discurso do ativismo climático jovem prende-se, em primeiro lugar, com o protagonismo assumido pelas crianças e jovens no debate sobre alterações climáticas nos anos de 2018 e 2019 e, em particular, com o protagonismo de GT. O movimento “Fridays for Future” ou “School Strike for Climate”, que atualmente assume um carácter global, emergiu na Suécia no Verão de 2018, tendo GT como impulsionadora. A ativista adquiriu o estatuto de ícone do movimento, transformando-se numa figura internacionalmente reconhecida, cujos discursos em eventos de destaque, como a Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática e o Fórum Económico Mundial, angariaram grande atenção pública e mediática. Neste contexto, vários aspetos permitem concluir da pertinência do estudo do discurso de GT: o papel proeminente que conquistou no debate internacional sobre alterações climáticas (Putkonen, 2019), a capacidade mobilizadora da sua mensagem (Han & Ahn, 2020; Murray, 2020; Vavilov, 2019; Wahlström et al., 2019) e o facto de representar o papel ativo de reivindicação política assumido pelos jovens que participaram no movimento (Holmberg & Alvinus, 2020). Este ímpeto de mobilização e ativismo juvenil em torno da causa climática não só constitui uma manifestação relevante de agência política, mas representa também um marco na nova onda de protestos pelo clima que emergiu desde 2018, classificada por Szolucha (2020) como “an important moment in the evolution of the environmental movement and the history of climate action” (p.93).

Ademais, os ativistas desempenham um papel ativo na promoção da mudança social (Bashir et al., 2013), sendo muitas vezes responsáveis pela introdução de novas preocupações na esfera pública que muitas vezes culminam em processos de inovação social (Castro et al., 2016; Castro & Batel, 2008). Uma das facetas desta atuação é o papel que os ambientalistas e ativistas ambientais desempenham enquanto agentes mediadores de significados, já que através das suas práticas comunicativas, quer em contextos formais quer informais, contribuem para que novos significados e novos

comportamentos transitem entre esferas – da esfera global para a esfera nacional ou local – e universos – do universo científico ou das políticas públicas para a o universo do quotidiano (Castro et al., 2016; Uzelgun et al., 2016). Através desta função de mediação os ativistas influenciam a predisposição do público para aderir a novas normas, adotar comportamentos favoráveis à mudança e, dessa forma, participar nos esforços de ação climática (Bashir et al., 2013; Castro et al., 2016).

Promover a mudança social também pode implicar processos de resistência (Fleming et al., 2014). Este facto é característico do ativismo, sendo por vezes uma das vertentes mais visíveis da sua atuação. Frequentemente, os ativistas mobilizam-se por forma a resistir ao discurso hegemónico sobre um determinado assunto ou às propostas de ação avançadas na esfera da governação. Neste quadro, a resistência pode ter um efeito positivo sobre os processos sociais que fomentam a mudança, nomeadamente por implicar muitas vezes a construção de visões alternativas (Fleming et al., 2014).

A reflexão sobre o papel da resistência e do conflito nos processos de inovação social foi aprofundada pela Psicologia Social, nomeadamente por Moscovici (1985), que, ao estudar as diferentes modalidades de influência social, se detém sobre a análise da influência social das minorias, refletindo sobre como estas são muitas vezes sucedidas em gerar mudança ao disseminar as suas convicções, opiniões e comportamentos junto da maioria. Associada a esta tentativa de estabelecer novas normas, Moscovici destaca o quanto a capacidade de influência das minorias está associada ao conflito, que explica da seguinte forma:

“When an individual or subgroup resists rather than conforms, and when it not only resists but proposes something different, it creates conflict. Such conflict has the effect on the one hand of rupturing consensus, and on the other of introducing an alternative to the dominant solution in the group.” (Moscovici, 1985, p. 21)

O autor observa ainda como esta forma de promover a inovação social não está dependente da posse de poder ou recursos, evidenciando que os processos de mudança social, muitas vezes associados ao exercício de uma influência ligada ao estatuto social, podem também ser conduzidos de baixo para cima (Castro, 2012). Moscovici (1985) destaca, portanto, a importância das “active minorities” (Castro & Batel, 2008, p.476), entre as quais se incluem notavelmente os movimentos sociais, enquanto fontes de inovação social.

Com base nesta abordagem, Castro et al. (2016) enquadram os ambientalistas e ativistas climáticos como minorias ativas, destacando a importância do seu papel enquanto agentes de mudança social e discutindo os desafios que estão associados a essa função.

Capítulo 2 – Mobilização, ativismo juvenil e ação climática

Os anos de 2018 e 2019 foram marcados por uma onda de mobilizações e ações de protesto que assinalam um “new burst of energy for the climate movement” (Thomas et al., 2019, p. 96). Notavelmente, através de movimentos como o “Fridays for Future” (FFF) e o “Extinction Rebellion” (XR), os jovens têm sido importantes protagonistas deste novo ímpeto no ativismo climático (Pickard, 2019c), mobilizando-se politicamente para exigir ação perante um problema que já afeta negativamente o bem-estar das gerações mais novas em muitas partes do globo e que ameaça todas as dimensões da sua vida no futuro.

Este movimento de mobilização juvenil em larga escala é significativo não só por ter sido marcante para o movimento de ação climática (Szolucha, 2020), mas também por poder dar azo a uma reflexão sobre a forma como é olhada a participação política dos jovens na sociedade e em concreto na questão climática (Han & Ahn, 2020; Holmberg & Alvinius, 2020; Kvamme, 2019).

Com o objetivo de refletir sobre cada uma destas dimensões, começaremos por discutir o papel das crianças e jovens como uma importante parte interessada no debate sobre alterações climáticas, para depois abordar a forma como estes conquistaram nos anos de 2018 e 2019 uma posição de vanguarda no movimento de ação de climática e por último discutir de que forma essa circunstância contribuiu para afirmar as vozes juvenis de uma forma diferente da de até então.

2.1 Vozes juvenis no debate sobre alterações climáticas

Na governança internacional das questões de sustentabilidade e clima a importância do envolvimento das crianças e dos jovens é já há algum tempo reconhecida (Han & Ahn, 2020). No que diz respeito especificamente às alterações climáticas, os interesses das gerações jovens têm sido discutidos por referência às questões da justiça intergeracional e através do reconhecimento do seu estatuto enquanto grupo particularmente vulnerável aos impactos da ameaça climática (Holmberg & Alvinius, 2020). Ao nível da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (UNFCCC), as crianças e jovens são formalmente reconhecidos como um dos grupos da sociedade civil que integra as negociações (Thew et al., 2020).

Apesar deste reconhecimento formal, Thew et al. (2020) defendem que os representantes da juventude nas negociações conduzidas no âmbito da UNFCCC tendem a ser influenciados pelo exercício de poder por parte de outras partes interessadas e pelas regras informais e discursos que dominam esse ambiente, o que afeta negativamente a sua capacidade para mobilizar os seus argumentos de forma independente. Por outro lado, também pode ser argumentado que a integração dos jovens nestes espaços formais de negociação e deliberação visa acima de tudo criar uma imagem de inclusividade e que não se traduz necessariamente numa maior atenção aos seus argumentos (ver

Han & Ahn, 2020; Thew et al., 2020). Simultaneamente, a tendência para representar as crianças e jovens apenas como vítimas das alterações climáticas pode significar não considerar o seu potencial enquanto agentes de mudança, isto é, enquanto grupo que merece não só ver os seus interesses protegidos, mas também participar ativamente na conceção e construção de alternativas para uma sociedade sustentável (Han & Ahn, 2020; Loader et al., 2014; O'Brien et al., 2018).

As vozes juvenis que vimos emergir no contexto do movimento de ação climática nos anos de 2018 e 2019 surgem em contraposição a este cenário. Os jovens ativistas e manifestantes decidem exercer a sua agência (Thomas et al., 2019), desconstruindo as suas representações enquanto sujeitos passivos ou vítimas e demonstrando que são um ator crucial com um posicionamento próprio no que diz respeito às soluções para a crise climática (Han & Ahn, 2020; Thew et al., 2020). O movimento juvenil pela ação climática que surgiu e se espalhou por todo o mundo nos anos 2018 e 2019 introduz assim uma dimensão de novidade na forma como é entendido o papel e ação das crianças, jovens e jovens adultos no quadro das alterações climáticas.

Porém, o facto de esta ser uma instância de participação política juvenil com impacto no campo da ação climática não constitui aqui o elemento de novidade, pois há muito que jovens e crianças por todo o mundo têm procurado chamar à atenção para a crise climática e para a necessidade de a solucionar (Han & Ahn, 2020; Parker, 2020; Unigwe, 2019; Zummo et al., 2020).

Não obstante, o ímpeto de mobilização juvenil que teve início em 2018 não deixa de assinalar algo de novo. Através da sua abrangência global e da dimensão tomada pelo movimento, as crianças e jovens afirmaram o seu papel enquanto agentes de mudança no contexto do combate às alterações climáticas numa escala nunca antes vista (Han & Ahn, 2020). A atenção mediática que as mobilizações atraíram conduziu a um aumento da saliência do tema junto da opinião pública e dotou um discurso alternativo sobre a ação climática de uma notável visibilidade (de Moor et al., 2020; Han & Ahn, 2020; Wahlström et al., 2019). De acordo com alguns autores, o movimento contribuiu ainda para pôr em causa os estereótipos que representam as gerações jovens como apáticas e desinteressadas dos assuntos da política (della Porta, 2019; Loader et al., 2014; O'Brien et al., 2018; O'Toole et al., 2003; Pickard, 2019a) e veio amplificar o trabalho realizado por ativistas jovens em muitas geografias, embora seja importante assinalar a sub-representação da ação juvenil nos países não ocidentais (Unigwe, 2019).

2.2 Jovens na vanguarda do movimento de ação climática

A onda de mobilização juvenil pela ação climática que marcou os anos de 2018 e 2019 foi inicialmente instigada pela figura de GT. Em Agosto de 2018, a jovem começou a manifestar-se em frente ao parlamento sueco, exigindo que o governo tomasse medidas contundentes com vista ao alcance das

metas de emissões definidas pelo Acordo de Paris (BBC News, 2020). Através das redes sociais, o seu protesto ganhou grande visibilidade e começou a angariar apoio à volta do mundo. Em dezembro de 2018, já mais de 20.000 jovens em vários pontos do globo se tinham unido ao movimento Fridays for Future (FFF), faltando às aulas para protestar pelo clima (BBC News, 2020).

O movimento de ativismo climático jovem continuou a atuar e a expandir-se ao longo de 2019 (Han & Ahn, 2020), sendo o início do ano marcado pela convocação de uma greve climática estudantil coordenada à escala global que levou às ruas entre 1.4 a 1.6 milhões de estudantes (350.org, 2019; Carrington, 2018; Wahlström et al., 2019). Setembro de 2019 assinalou outro momento importante na evolução do movimento. Entre 20 e 27 de setembro de 2019 foram organizados por todo o mundo várias ações e protestos pacíficos, totalizando 6000 eventos, que contaram com a participação de 7.6 milhões de pessoas (de Moor et al., 2020). Esta terceira greve destacou-se pelo seu apelo mais abrangente, que visava não só mobilizar estudantes, mas toda a sociedade civil (de Moor et al., 2020). Em conjunto com a organização de protestos, os jovens ativistas também têm vindo a atuar através de canais de carácter formal com vista a pressionar os governos e a comunidade internacional a aumentar a ambição da sua ação (Han & Ahn, 2020).

A par do movimento FFF, os anos de 2018 e 2019 foram marcados pela emergência de outras campanhas e movimentos pela ação climática onde também se verifica o mesmo ímpeto de ativismo jovem. Igualmente com uma abrangência internacional, destaca-se o Extinction Rebellion (XR). O movimento, com origem no Reino Unido, lançou a sua primeira campanha em outubro de 2018, com uma ação frente ao parlamento britânico, que foi seguida por várias outras com grande visibilidade e adesão (M. Taylor, 2020). Hoje com uma escala internacional, o XR afirma-se como um movimento descentralizado e não partidário que recorre à ação direta não violenta e à desobediência civil para exigir ação perante a crise ecológica (Extinction Rebellion, sem data). De forma diferente do FFF, o apelo do XR é dirigido a pessoas de todas as idades, no entanto, registou também uma grande capacidade para mobilizar jovens, assinalando igualmente a posição de vanguarda que estes têm vindo a ocupar na recente onda de protestos pelo clima (Pickard, 2019c).

A onda de protestos pelo clima encabeçados por ativistas jovens não deixou de chegar também a Portugal, com a convocação da primeira greve climática estudantil nacional para 15 de março de 2019, através da qual os estudantes portugueses se uniam à primeira greve global convocada pelo movimento FFF. O protesto reuniu milhares de manifestantes em 26 localidades do país (Fernandes et al., 2019; Jornal de Notícias, 2019) e constituiu o momento fundacional do movimento Greve Climática Estudantil (GCE), que representa nacionalmente o movimento FFF. A GCE está organizada por núcleos regionais, que têm sido responsáveis pela organização de ações de protesto e iniciativas através das quais os ativistas reivindicam que a resolução da crise climática seja feita prioridade na ação

governativa (Greve Climática Estudantil, sem data). Também o movimento XR está presente em Portugal, com núcleos nas cidades de Lisboa, Coimbra e Porto.

Traçado o contexto geral da mobilização juvenil associada à onda de protestos pelo clima que marcou 2018 e 2019, iremos agora refletir sobre a sua dimensão de novidade e importância no quadro do debate sobre alterações climáticas.

2.3 Ativismo jovem, crítica e agência

A onda de mobilizações pelo clima que marcou os anos de 2018 e 2019 destaca-se pela posição de destaque assumida pela população jovem, quer como iniciadores, quer como participantes. Neste quadro, os jovens ativistas assumem o papel de agentes de mudança, reclamando o reconhecimento da sua agência política e consequentemente o direito a serem incluídos nos processos de deliberação sobre a estratégia de ação climática e encetando, simultaneamente, uma crítica ao paradigma que subjaz aos atuais mecanismos nacionais e internacionais de combate às alterações climáticas (Han & Ahn, 2020; McKnight, 2020). Avançam também um discurso alternativo, partindo da imaginação de um futuro melhor (Han & Ahn, 2020; McKnight, 2020).

O movimento destaca-se ainda pela sua preferência por novas formas de participação política, que desafiam a noção do cidadão responsável como aquele que exerce a sua agência unicamente através dos mecanismos institucionais criados para o efeito (della Porta, 2019; Loader et al., 2014; Pickard, 2019a, 2019c). Outra faceta da forma como a ação das novas gerações de ativistas pode atuar por forma a desafiar o *status quo* e promover a mudança social está patente na importância que estes jovens atribuem à dimensão coletiva da participação política (Pickard, 2019c). No contexto do paradigma que vigora no campo da governança das alterações climáticas, que tende a enfatizar a alteração de comportamentos individuais (Uzzell & Rathzel, 2009), a importância atribuída pelos jovens ativistas à ação coletiva surge como um contraponto (Nairn, 2019; Thomas et al., 2019).

Nos seus inquéritos aos manifestantes da primeira e terceira greve climática global convocadas pelo movimento FFF, Wahlström et al. (2019) e de Moor et al. (2020) encontram ainda outro indício de questionamento, já que a maioria dos jovens presentes em ambos os protestos expressam desconfiança relativamente à capacidade dos governos para responder a crise climática, bem como em relação à hipótese desta vir a ser solucionada através do mercado e da ação das empresas.

Todos estes aspetos evidenciam o potencial que os jovens têm para atuar como agentes de mudança e a sua capacidade de crítica e resistência ao *status quo* (Han & Ahn, 2020; O'Brien et al., 2018), tornando o movimento de ativismo climático jovem que emergiu em 2018 e 2019 distintivo. Neste quadro, a sua análise representa um contributo importante para a compreensão da mobilização das gerações jovens no domínio da política climática e das suas expressões de resistência nesse

contexto, um tema que vários autores consideram não ter sido ainda suficientemente explorado (Han & Ahn, 2020; Holmberg & Alvinus, 2020; O'Brien et al., 2018; Zummo et al., 2020).

Capítulo 3 – A compreensão da construção e contestação de significados no ativismo climático jovem

O presente estudo procura contribuir para a compreensão das vozes juvenis que emergiram na vanguarda do movimento de ação climática nos anos de 2018 e 2019 através de um foco nas suas práticas discursivas. As razões que apoiam o foco no discurso já foram anteriormente discutidas, no ponto 1.2 do capítulo 1, e iremos agora analisar o contributo de trabalhos anteriores que se propuseram também a explorar o ativismo climático jovem através da análise de discurso.

3.1 Perspetivas discursivas sobre a mensagem do ativismo climático jovem

Han e Ahn (2020) analisam a narrativa mobilizada pelo movimento juvenil pela ação climática que emergiu nos anos de 2018 e 2019. Através da análise de um conjunto diversificado de formas de discurso com vários enunciadores, os autores concluem que os jovens ativistas produziram uma narrativa partilhada em torno da crise climática, estruturada por quatro elementos. O primeiro diz respeito ao contexto histórico: a existência entre as gerações mais novas de uma maior facilidade de acesso ao conhecimento científico sobre as alterações climáticas, que os leva a constatar a incongruência entre a evidência científica e as medidas efetivamente implementadas à escala global. O segundo elemento são as suas personagens: vilões, vítimas e heróis. Os vilões são as gerações mais velhas, os Estados-Nação e os seus líderes e os media, responsabilizados pela atual crise climática. As vítimas são as gerações futuras, os ecossistemas e toda a biosfera. Os heróis da narrativa são os jovens ativistas, que se veem a si mesmos como agentes de mudança, mas que reconhecem que a sua capacidade para exercer esse papel é limitada por fatores como a falta de poder e recursos, o que os leva a instigar os líderes políticos a agir (Han & Ahn, 2020).

O terceiro elemento é o enredo: os jovens ativistas, perante este cenário, recusam permanecer apenas como vítimas, mobilizando-se para impulsionar mudanças e exigir ação por parte dos responsáveis. A quarta componente corresponde à moral da narrativa: os jovens exigem que as alterações climáticas sejam encaradas como uma emergência que requiere ação urgente e uma mudança social sistémica e defendem que a crise climática deve ser perspetivada como uma questão de justiça inter e intrageracional (Han & Ahn, 2020).

Han e Ahn (2020) identificam como limitação da narrativa o facto de esta não apresentar propostas de soluções concretas e políticas alternativas para responder às alterações climáticas. A mesma perspetiva crítica pode ser encontrada em Evensen (2019): o autor considera que a mensagem do movimento FFF coloca um foco excessivo na necessidade de ouvir a ciência e na informação científica como base para a tomada de decisão, uma perspetiva que, no seu entender, é limitada enquanto ponto de partida para pensar aspetos políticos e éticos centrais à ação climática.

Em oposição a estas duas avaliações, McKnight (2020) argumenta que a mensagem do movimento FFF ultrapassa este foco na necessidade de atender à ciência, expressando preocupações mais abrangentes dos jovens relativamente ao funcionamento das sociedades atuais. A partir da análise de citações recolhidas em meios noticiosos ingleses, a autora procura ilustrar como, através de um “critical utopian discourse”, os jovens interagem de forma crítica com o presente e expressam uma visão construtiva da possibilidade de um futuro melhor. Esta visão de futuro é aberta, antecipando algo de melhor e identificando a direção a tomar, mas não prescreve um fim pré-determinado ou soluções concretas. A maior qualidade deste discurso é, segundo McKnight (2020), a sua capacidade para atuar como *driver* da ação e participação juvenil não só no que diz respeito à questão do clima, mas também a outras questões sociais, contribuindo para afirmar a agência política do público jovem.

3.2 O discurso de Greta Thunberg

Foi possível identificar dois artigos que focam especificamente a análise de discursos proferidos por GT¹. Ambos concluem que o discurso de GT representa uma manifestação de resistência a um cenário de ação insuficiente perante a emergência climática, mas também a um contexto democrático onde é desconsiderada a agência política das crianças e jovens (Holmberg & Alvinus, 2020; Kvamme, 2019).

Num dos artigos (Kvamme, 2019) a análise de 10 discursos permite concluir que GT mobiliza os mesmos valores que estão subjacentes ao debate sobre sustentabilidade ambiental ao nível das Nações Unidas e que estão expressos no Acordo de Paris: a justiça inter e intrageracional e a preocupação com a proteção da natureza e todos os seres vivos, incluindo a espécie humana e o “more-than-human world” (p.26). Estes valores permitem à ativista legitimar os seus argumentos por referência a princípios que reúnem um consenso declarado ao mesmo tempo que os recontextualiza como ponto de partida para uma crítica à ação (ou falta dela) dos líderes mundiais. Kvamme identifica também no discurso de GT um elemento utópico, associado à crítica ao cenário atual da ação climática, e que também poderia ser expresso através da sugestão de possíveis alternativas. Esta é, no entanto, uma dimensão que Kvamme considera estar subdesenvolvida na mensagem de GT por esta se abster de apresentar soluções específicas para operacionalizar as suas exigências (Kvamme, 2019, p. 21).

Um segundo artigo (ver Holmberg & Alvinus, 2020) conclui que o discurso de GT é representativo de um tipo específico de resistência, que demonstra que as crianças, independentemente da sua agência política ser ou não reconhecida formalmente, têm capacidade para influenciar, mobilizar e participar politicamente. Os autores realizam uma análise temática de 5 discursos da ativista, concluindo que a contestação do público juvenil em torno do tema da crise climática se define por uma

¹ Han e Ahn (2020) e McKnight (2020) também analisam, como parte de um conjunto diversificado de informação empírica, declarações de Greta. No entanto, os estudos têm um foco de análise mais abrangente, razão pela qual foram discutidos na secção anterior.

crítica ao *status quo* que sustenta uma atitude de inação face ao problema e um apelo à ação dirigido a toda a humanidade, mas em particular às crianças e jovens – que tomam para si a responsabilidade que não tem vindo a ser exercida pelos governantes e empresas e manifestam assim agência.

Ao nível dos trabalhos de dissertação de licenciatura e mestrado, foi também possível identificar alguns contributos no que diz respeito à análise do discurso de GT.

Putkonen (2019) analisa o conteúdo de uma intervenção pública de GT, identificando a presença de 5 categorias principais de discurso sobre as alterações climáticas: (1) o discurso da modernização ecológica, abordado de forma crítica através da expressão de descrença na possibilidade de a inovação tecnológica vir a ser por si só suficiente para a resolução da crise climática; (2) um discurso que representa as alterações climáticas como ameaça e exprime a ideia de que existe um prazo para agir perante este risco; (3) um discurso ético, que enquadra a crise climática como uma questão de direitos e justiça; (4) um discurso que destaca os impactos das alterações climáticas; (5) um discurso científico, evidente nas referências a limites máximos de emissões e aos cenários calculados pela ciência climática, representada como autoridade no que diz respeito ao conhecimento sobre as alterações climáticas. Outros contributos também notam que GT inclui menções às conclusões do IPCC enquanto sustentação factual e fonte de legitimidade para os seus argumentos (Murray, 2020; Vavilov, 2019).

Murray (2020) empreende uma análise de 7 discursos de GT orientada pela perspetiva teórica da “framing theory” para identificar os quadros de significado mobilizados pela ativista e refletir sobre a sua ressonância junto do público. Murray (2020) conclui que a questão central no discurso de GT é a inação perante a crise climática e não o fenómeno das alterações climáticas em si mesmo. Este diagnóstico está associado a uma retórica “us vs them”, que traduz um conflito entre gerações jovens e gerações mais velhas. Entre os adultos, são especialmente responsabilizados os que ocupam posições de poder ou influência, denotando também um conflito entre os líderes e a população em geral. Ao nível do prognóstico, segundo Murray (2020), GT não se foca em apresentar soluções concretas, mas em argumentar a favor de uma ação climática impulsionada pelo público ou cidadão comum, atendendo a que os líderes se têm mostrado incapazes de implementar respostas efetivas.

Partindo também de uma perspetiva orientada pela “framing theory”, Vavilov (2019) realiza uma análise de 3 discursos de GT, concluindo que dois dos seus aspetos distintivos são o enquadramento das alterações climáticas como ameaça existencial e a já mencionada retórica “us vs them”. No entanto, identifica um elemento que foge a esta dicotomia, pois além da responsabilização dos ocupantes de cargos de poder e do enquadramento da sua inação perante a crise climática como ameaça ao futuro das crianças e jovens, as alterações climáticas são também representadas como um problema que afeta o bem comum e que por isso diz respeito a todas as pessoas. A análise dos argumentos apresentados por GT, denota, porém, que esta responsabilidade coletiva coexiste com

uma maior obrigação moral em agir por parte daqueles que mais contribuíram para o aquecimento global e/ou que detêm maior responsabilidade sobre o curso de ação adotado.

Em suma, no que diz respeito à análise do discurso de GT é possível encontrar um número ainda reduzido de contributos que analisam um conjunto restrito de discursos, com base numa abordagem exploratória de cariz indutivo e mobilizando pouca teoria. Estes contributos resultam em 3 conclusões principais. A primeira é que o discurso de GT constitui uma manifestação de resistência e crítica a um cenário de inação face à crise climática e uma instância de afirmação de agência política pelo público juvenil (Holmberg & Alvinus, 2020; Kvamme, 2019). A segunda é que a mensagem da ativista é marcada por um discurso científico (Murray, 2020; Putkonen, 2019; Vavilov, 2019), mas também por um discurso ético, que constrói uma noção de obrigação moral em agir associada aos valores da justiça, respeito pelos direitos humanos e pela natureza (Kvamme, 2019; Murray, 2020; Putkonen, 2019; Vavilov, 2019). A terceira é que está presente no discurso uma retórica “us vs them”, que espelha um conflito entre gerações mais velhas e mais novas, mas onde são especialmente responsabilizados os líderes políticos e económicos (Kvamme, 2019; Murray, 2020; Putkonen, 2019; Vavilov, 2019).

Considerando as conclusões dos trabalhos anteriores acima apresentadas, a nossa pesquisa visa discutir alguns aspetos já identificados na literatura como distintivos do discurso de GT a partir da exploração sistemática de um *corpus* compreensivo de 25 discursos da ativista, algo que não foi ainda concretizado. A questão específica do modo de representação dos diferentes atores políticos e sociais no discurso de GT é um dos elementos destacados pela literatura que transportaremos para a nossa análise. Pretendemos ainda identificar, com recurso a uma das ferramentas fornecidas pela Teoria das Representações Sociais para a análise do discurso – os “themata” (Batel & Castro, 2018; Castro & Gomes, 2005; Liu, 2004), as ideias centrais que atravessam os vários discursos da ativista e assim traçar a linha argumentativa que lhes é comum. Construimos também sobre os estudos anteriores ao realizar uma análise do discurso de GT orientada pelo conceito de cidadania ambiental (Vihersalo, 2017), com o objetivo de identificar o tipo de cidadania que este ajuda a construir.

3.3 Discurso, mudança social e Teoria das Representações Sociais

O modelo de análise subjacente à presente investigação baseia-se num quadro teórico sustentado na Teoria das Representações Sociais (TSR) e na literatura da cidadania ambiental. Assim, para contextualizar a análise iremos agora apresentar a TSR e explicitar a forma como esta abordagem teórica se relaciona com o nosso foco de análise e objetivos de pesquisa.

A TSR destaca o modo como os significados ou representações são construídos e ganham vida no âmbito das interações entre os indivíduos e entre os indivíduos e o seu contexto social (Batel & Castro, 2018; Castro, 2015). No fulcro destas relações “self-other” (Batel & Castro, 2018, p. 734) estão as

diferentes formas possíveis de comunicação. Considerando que no caso do ser humano a comunicação depende essencialmente da linguagem, facilmente compreendemos como a análise do discurso é fulcral a um melhor entendimento dos processos de “meaning-making” (Batel & Castro, 2018, p. 734). No âmbito do estudo da mudança social é essencial reconhecer a importância destes processos, uma vez que a transformação de normas, valores e práticas envolve necessariamente a contestação, negociação e alteração de significados (Batel & Castro, 2015; Castro, 2006).

Castro e Batel (2008) referem como a TSR é uma perspectiva que se presta à análise do problema da mudança social e cultural no contexto das sociedades modernas, onde coexistem e competem entre si “uma grande pluralidade de entendimentos e modos de organização do pensamento” (Castro, 2002, p. 951). No contexto do atual mundo globalizado a pertinência desta perspectiva é ainda maior, já que se assiste a uma exacerbação da diversidade do pensamento que força uma revisão e negociação constante dos significados (Castro, 2002; Caroline Howarth, 2006; Uzelgun & Castro, 2015).

A TSR é também mobilizada desde a sua génese para elucidar os mecanismos através dos quais novos significados com origem na esfera científica são “appropriated and integrated into the existing stock of knowledge and transformed into commonsense and everyday practices” (Uzelgun & Castro, 2015, p.8). O estudo das alterações climáticas enquanto problema sociopolítico prende-se precisamente com entender como o conhecimento científico sobre este fenómeno é apropriado no seio da sociedade.

Assim, para melhor compreender os movimentos de transformação social no contexto da modernidade e da crise climática é indispensável analisar como a comunicação é utilizada por indivíduos e grupos para reiterar, reinterpretar ou contestar representações e, dessa forma, promover ou resistir à mudança (Batel & Castro, 2015, 2018; Castro & Batel, 2008). Neste quadro, a TSR constitui-se como uma perspectiva teórica útil a uma análise que vise compreender as dinâmicas de conflito e resistência que perpassam o discurso dos diversos atores sociais (Castro, 2015; Fleming et al., 2014; Caroline Howarth, 2006), já que na sua comunicação os indivíduos mobilizam representações sociais que podem reproduzir ideias e significados dominantes, mas que também encerram uma “possibility of reinterpretation, re-evaluation, and debate” (Howarth, 2006, p.77).

Considerando os aspetos supracitados, a perspectiva da TSR sobre o papel do discurso na representação e construção da realidade e, conseqüentemente, como veículo de resistência ou promoção da mudança, torna-a uma abordagem teórica adequada aos nossos objetivos de pesquisa e que fornece conceitos e ferramentas úteis à compreensão da forma como as representações sociais são construídas e alteradas por via das práticas comunicativas (Batel & Castro, 2018; Castro & Batel, 2008). Os “themata” são um dos vários instrumentos de análise fornecidos pela TSR para o estudo do conteúdo das práticas comunicativas (Batel & Castro, 2018; Castro & Gomes, 2005; Liu, 2004; Marková, 2000). O conceito de “themata” diz respeito a categorias de significado que estabelecem entre si

relações de antonímia e que se referem a ideias chave em torno das quais são construídas as representações sociais (Castro & Gomes, 2005; Liu, 2004; Marková, 2000). Estas categorias referem-se a significados amplamente disseminados e reconhecidos, que permanentemente atraem a atenção da sociedade e por isso dotam a informação comunicada de estabilidade e organizam diferentes tipos de representações (Castro & Gomes, 2005; Liu, 2004). No curso das práticas comunicativas estes significados tendem a ser alvo de problematização, gerando conflito e fomentando a construção de novas representações (Castro & Gomes, 2005; Liu, 2004). Considerando que as ideias e argumentos tendem a construir-se em oposição e/ou em diálogo com outras ideias, os “themata” constituem-se como um instrumento de análise que permite captar a dinâmica e a “the underlying deep-structure of a social representation” (Liu, 2004, p.255). Permitem ainda relacionar discursos, já que os mesmos “themata” podem expressar-se de forma diferente e estar associados a diferentes significados em diferentes circunstâncias (Liu, 2004).

Capítulo 4 – Cidadania ambiental na interseção com os contextos do ativismo e ação climática

Um dos objetivos da presente pesquisa é à identificação do tipo de cidadania ambiental subjacente ao discurso de GT. Pretendemos igualmente comparar essa visão com a forma como é construída a relação entre ação climática e a ação do cidadão no discurso dos jovens ativistas entrevistados.

Este olhar sobre a forma como a cidadania ambiental emerge nestes discursos visa uma melhor compreensão do modo como os jovens ativistas compreendem o papel dos indivíduos enquanto agentes de mudança no quadro da ação climática (Swaffield & Bell, 2012) e como concebem a mudança social também nesse contexto. O conceito de cidadania ambiental permite igualmente iluminar aspetos que traduzem os contrastes essenciais entre diferentes abordagens à ação climática, fornecendo um ponto de vista que favorece a identificação e descrição dos elementos que definem o discurso do ativismo climático jovem. Para contextualizar esta perspetiva iremos agora discutir a teoria e prática da cidadania ambiental.

4.1 O conceito de cidadania ambiental

O conceito de cidadania remete-nos para as origens do pensamento político, no contexto das cidades-estado gregas (Dean, 2001). Desde esse momento fundacional, o modo de conceptualização da cidadania foi evoluindo em resposta a alterações na sociedade (A. Mason, 2009, p. 280). Desta forma, a emergência do conceito moderno de cidadania esteve associada à afirmação do Estado-Nação enquanto principal unidade de organização política no final do século XVIII (Dean, 2001; van Steenbergen, 1994a). Já no século XX, o conceito volta a sofrer uma inflexão com o advento do Estado Social na Europa Ocidental que conduziu à inclusão de um novo tipo de direitos no corpo da cidadania – os direitos à segurança económica e social (Dean, 2001; van Steenbergen, 1994a). Alguns teóricos consideraram que este novo ideal de cidadania constituía um último estágio de desenvolvimento, mas o confrontar das sociedades com novos desafios tem impulsionado o desenvolvimento de novas conceções de cidadania (van Steenbergen, 1994a, p. 3).

Uma das problemáticas que impulsionou este movimento de reconceptualização do conceito de cidadania foi a problemática ambiental. Reconhecendo as implicações sociais e políticas dos problemas ambientais, van Steenbergen (1994b) foi dos primeiros teóricos a propor a integração das questões da cidadania e do ambiente (Gabrielson, 2008) a partir do conceito de cidadania ambiental. Desde esse momento e face à crescente premência das preocupações com a degradação ambiental, o campo de estudos sobre a cidadania ambiental tem vindo a desenvolver-se e a realizar importantes contributos teóricos para a área mais vasta da “green political theory” (Gabrielson, 2008; Vihersalo, 2017), sendo

um conceito que é também alvo de debate no contexto das políticas públicas de ambiente desde a década de 1980 (Pallett, 2017).

Embora seja possível delimitar um corpo de trabalhos unidos pela reflexão sobre um mesmo tema – a cidadania como veículo para a promoção da sustentabilidade ou para o alcance da mudança necessária para enfrentar a crise ecológica (Dean, 2001; Viherala, 2017), a literatura em torno do conceito de cidadania ambiental é pautada por uma diversidade que decorre do facto de a interseção entre cidadania e ambiente poder ser abordada a partir de 3 perspetivas diferentes (Dobson, 2003; Gabrielson, 2008; A. Mason, 2009): (1) a perspetiva liberal, (2) a perspetiva do republicanismo clássico e uma terceira perspetiva, que reúne um conjunto de abordagens não tradicionais, mas entre as quais se destaca (3) a perspetiva pós-cosmopolita de Dobson (2003). Assim, vários teóricos, informados por diferentes perspetivas, avançaram ao longo do tempo diferentes conceções de cidadania ambiental.

O *modelo de cidadania liberal* distingue-se pelo seu foco na cidadania como fonte de direitos e pela sua valorização do pluralismo (Bell, 2005; Gabrielson, 2008). Os autores que se enquadram nesta tradição partem do pressuposto de que dentro da comunidade de cidadãos coexistem diferentes doutrinas morais acerca do que é a ação virtuosa e de que todos os indivíduos têm liberdade (dentro dos limites estipulados pela lei) para perseguir a sua própria visão de bem-estar, a qual poderá eventualmente não incluir a prioridade à sustentabilidade (Gabrielson, 2008; Viherala, 2017).

Entre as visões liberais é possível destacar duas perspetivas que ilustram a forma como o foco na dimensão dos direitos pode ser adaptado de forma a enquadrar preocupações com o ambiente. Uma foca a necessidade de tornar o conjunto de sujeitos a quem os direitos e deveres da cidadania se aplicam mais inclusivo, de forma a contemplar os direitos das gerações futuras e de outros de seres vivos (Gabrielson, 2008, p. 431; van Steenberg, 1994b, p. 144). Outra argumenta a favor da extensão dos direitos da cidadania através do alargamento do conteúdo dos direitos sociais de forma a incluir direitos substantivos ao usufruto de um ambiente são (Dean, 2001; Gabrielson, 2008).

No quadro da tradição liberal, são ainda avançadas noções de cidadania ambiental que vão além das propostas baseadas na extensão de direitos e de que é exemplo o contributo de Bell (2005). O autor argumenta a favor de uma conceção do cidadão como “citizen of an environment” (Bell, 2005 p.180), o que implica abandonar a conceção do ambiente como propriedade muito presente no pensamento liberal em favor de um entendimento que valoriza a natureza pelo facto de esta constituir um substrato essencial à satisfação das necessidades básicas humanas (Gabrielson, 2008). Esta conceção do ambiente como propriedade é um dos aspetos das abordagens à cidadania ambiental de inspiração liberal que é alvo de crítica por parte de outras perspetivas, em conjunto com a sua tendência para adotar uma perspetiva mais antropocêntrica (Gabrielson, 2008), visível, por exemplo, na noção Bell (2005), que propõe uma conceção do ambiente como “provider of basic (human) needs” (p.180).

A *perspetiva do republicanismo clássico* caracteriza-se por uma ênfase nos deveres da cidadania, nas virtudes, na ligação à comunidade e na intervenção cívica ativa (Barry, 2006; Curry, 2001; Gabrielson, 2008). As abordagens ao conceito de cidadania ambiental orientadas por esta tradição concentram-se em analisar o papel do cidadão na promoção do bem-estar coletivo e do interesse público, mas diferem entre si nas suas ideias acerca de como incluir a questão da sustentabilidade na conceção clássica do bem comum e/ou na forma como definem as virtudes e responsabilidades associadas à cidadania (Gabrielson, 2008). Entre os contributos para literatura da cidadania ambiental informados pelo republicanismo clássico destacamos o de Barry (2006), que enfatiza a importância das práticas cívicas como forma de promoção de um conjunto de virtudes alinhadas com o avanço do bem comum. Segundo o autor, as diferentes noções de cidadania ambiental podem ser organizadas num contínuo definido pelo contraste entre uma conceção ativa e extensiva da cidadania e uma outra passiva e minimalista. A partir desta oposição, Barry (2006) constrói o conceito de “sustainability citizenship”. Esta é uma noção extensiva da cidadania ambiental, porque conceptualiza como propósito da ação do cidadão ambiental não só a mitigação dos impactos que resultam da relação insustentável entre ser humano e natureza, mas também a participação num movimento de transformação que visa atender às causas estruturais na base dos problemas ambientais. A “sustainability citizenship” é uma conceção ativa da cidadania, pelo seu foco nos deveres do cidadão - ao invés de enfatizar o usufruto de direitos, como é característico das abordagens informadas pela tradição liberal – e porque se opõe a perspectivas que focam sobretudo o papel das instituições em encorajar e responsabilizar os indivíduos pela prática da cidadania ambiental. Nesta conceção Barry (2006) atribui assim um papel forte e interventivo à sociedade civil e destaca a importância do exercício de um papel crítico por parte do cidadão, desempenhado por meio de atos públicos de resistência e desafio à ação e retórica dos atores que ocupam posições de poder.

Entre as *abordagens não tradicionais* à cidadania, Dobson (2003, 2007) avança o conceito de “ecological citizenship”, uma conceção que corresponde a um tipo diferenciado de *cidadania “pós-cosmopolita”* que diverge das tradições do liberalismo e republicanismo clássico em 3 aspetos essenciais (Wolf et al., 2009). Um deles está associado ao facto de ambas as tradições associarem a prática da cidadania apenas ao domínio público, enquanto que a “ecological citizenship” abarca também a esfera privada, pelo reconhecimento de que alguns atos praticados nesse contexto têm implicações na esfera pública e afetam o bem estar de outros membros da comunidade (Dobson, 2003, 2007). O segundo aspeto que distingue a proposta de Dobson é a sua conceção particular das virtudes da cidadania, definidas por referência ao conceito de “pegada ecológica” (Gabrielson, 2008, p. 439), que visa remeter para a consciência do impacto ambiental dos atos individuais. Na perspetiva de Dobson, a distribuição desigual desse impacto gera consequências socioeconómicas que dão azo a

relações de injustiça e das quais resulta uma obrigação moral dos indivíduos em agir de forma a mitigar a sua pegada (Melo-Escrihela, 2008).

Neste quadro, as responsabilidades associadas ao conceito de cidadania ecológica assumem um carácter global (Wolf et al., 2009, p. 505), o que aponta no sentido do terceiro aspeto que diferencia a perspetiva de Dobson (2003): a sua conceção não territorial da cidadania. No contexto da globalização, o autor constata como as tradicionais fronteiras temporais e geográficas têm vindo a ser desafiadas, incluindo no que diz respeito aos problemas ambientais, pelo que as ações dos indivíduos num certo local passam a ter consequências de grande alcance. Esta constatação está associada ao reconhecimento da existência de um importante diferencial entre as pegadas ecológicas dos diferentes países, o que leva a que os cidadãos dos países industrializados possuam um conjunto destacado de deveres com um carácter de não reciprocidade (Melo-Escrihela, 2008).

O trabalho de Dobson é reconhecido na literatura como um contributo inovador, nomeadamente por ser inclusivo de várias preocupações relevantes tendo em conta as “ideological and material changes taking place in the world today” (Wolf et al., 2009, p. 505). O conceito de cidadania ecológica é problematizado por autores que consideram que este coloca um foco excessivo na responsabilidade dos indivíduos e na eficácia da ação individual (Gabrielson, 2008; Wolf et al., 2009).

Alguns autores consideram que o foco de Dobson no indivíduo como agente de mudança pode em certos casos levar a que se ignore a forma como a capacidade de ação individual é constrangida e influenciada pela economia, a sociedade, a cultura e as instituições que lhe servem de contexto (Gabrielson, 2008; Luque, 2005; Melo-Escrihela, 2008; Wolf et al., 2009). Em linha com este argumento, Melo-Escrihela (2008) considera que a cidadania ecológica deve transcender o indivíduo, e apresenta duas objeções contra as noções de cidadania ambiental que focam sobretudo a responsabilidade individual. A primeira objeção é a de que este tipo de conceção fomenta uma visão individualista da cidadania, no sentido em que pressupõem que as questões ambientais podem ser solucionadas por meio da agregação de muitos atos individuais, uma ideia que, segundo a autora, pode levar a que as responsabilidades ecológicas do cidadão sejam associadas fundamentalmente a um dever em adotar um estilo de vida sustentável, esquecendo a ação no domínio público. A segunda objeção diz respeito ao facto de o foco no indivíduo poder promover a privatização da responsabilidade ambiental, isto é, a ideia de que as escolhas, atitudes e comportamentos individuais são a principal causa dos problemas ambientais, desviando a atenção de fatores estruturais e contribuindo para a despolitização da temática ambiental.

A oposição entre um foco na responsabilidade individual ou na responsabilidade coletiva também é visível entre as conceções de cidadania ambiental de inspiração liberal (Gabrielson, 2008). No entanto, Melo-Escrihela (2008) observa que as duas perspetivas podem ser integradas: “a focus on collective responsibility and on systemic change, together with a conception of ecological citizenship

as a potential agent for such a structural transformation, does not mean rejecting the importance of personal duties and obligations” (2008, p. 121).

Ao discutir esta dimensão coletiva da ação, Melo-Escihela (2008) introduz a questão da agência política, uma vez que, tal como Barry (2006), a autora destaca a importância do escrutínio da ação dos representantes políticos pela sociedade civil. No entanto, segundo Viheralo (2017), para evitar as tendências de privatização da responsabilidade por vezes associadas às abordagens à cidadania que focam o dever, esta ideia da participação da sociedade civil deve ser inserida no contexto de um projeto coletivo, onde a prática da cidadania seja vista como algo partilhado e não como uma responsabilidade de indivíduos que atuam de forma isolada.

Na senda desta reflexão sobre as questões da agência política, a abordagem de Latta (2007) à cidadania ambiental denota o carácter performativo da cidadania no contexto do debate democrático entre cidadãos e sugere uma reflexão sobre como essa cidadania é pensada e recriada pelos diferentes atores sociais em interação com o pluralismo de ideias em torno da relação homem-natureza e da questão da sustentabilidade. Considerando a perspetiva adotada pelo presente estudo, que entende o ativismo climático jovem como uma manifestação de agência política (Han & Ahn, 2020; Holmberg & Alvinus, 2020; Kvamme, 2019; McKnight, 2020), a identificação do tipo de cidadania ambiental subjacente ao discurso dos jovens ativistas climáticos permite elucidar a sua intervenção neste contexto plural de debate, onde são construídas e promovidas diferentes visões da cidadania e das estratégias de resposta à crise climática.

4.2 Cidadania ambiental e ativismo

O conceito de cidadania ambiental já se encontra significativamente explorado do ponto de vista teórico, mas a análise das suas implicações práticas e construção no discurso dos ativistas conta ainda com um número limitado de contributos (Gabrielson, 2008; Melo-Escihela, 2008; Viheralo, 2017). Neste âmbito foram identificados apenas 4 artigos que até à data exploraram, com recurso a dados empíricos, a forma como a cidadania ambiental se expressa na ação ou no discurso dos ativistas ambientais (Horton, 2006; Kenis, 2016; Kurtz, 2005; K. Mason, 2014). Não foi identificado nenhum artigo que aplique a perspetiva da cidadania ambiental ao estudo do ativismo climático jovem.

Os 4 artigos que aplicam a literatura da cidadania ambiental ao estudo do ativismo ambiental têm em comum o facto de demonstrarem como os ativistas ambientais promovem a inovação social ao representar e promover um certo modelo de cidadania ambiental, através do qual podem contestar a insustentabilidade das práticas vigentes e/ou introduzir alternativas (Horton, 2006; Kenis, 2016; Kurtz, 2005; K. Mason, 2014). No entanto, cada trabalho analisa diferentes aspetos desta atuação: as ações do quotidiano como expressões de cidadania ambiental (Horton, 2006), o tipo de cidadania ambiental

subjacente à ação e funcionamento de um movimento ativista (K. Mason, 2014) e os entendimentos da cidadania ambiental construídos no discurso do ativismo (Kenis, 2016; Kurtz, 2005).

Numa investigação de base etnográfica, Horton (2006) perspetiva os movimentos ambientalistas como um “key cultural and political space for the practice of environmental citizenship” (p.128). O autor foca a sua atenção sobre as práticas do quotidiano de ativistas ambientais e como estas podem ser entendidas como expressões da cidadania ambiental. Horton (2006) conclui que os estilos de vida ambientalmente responsáveis dos ativistas se desenvolvem por meio da participação em diversas esferas do ambientalismo, onde são apreendidos códigos “verdes” para os quais as suas práticas tendem a convergir. Por outro lado, são encontradas evidências de que a redução do engajamento no ambientalismo conduz geralmente a um declínio gradual na prática desse estilo de vida “verde”, o que Horton (2006) associa ao facto do contexto social fora do ativismo ser caracterizado por infraestruturas desfavoráveis à prática da cidadania ambiental e à manutenção de “green performances”.

Adotando um olhar etnográfico sobre a sua própria experiência de ativismo, K. Mason (2014) realiza igualmente uma análise do ativismo à lupa da cidadania ambiental. O autor conclui que a prática da cidadania ambiental entre os membros do “global justice movement” constitui um exercício de “prefigurative politics” (p.141), no sentido em que através dos seus atos os ativistas procuram refletir os ideais que orientam a proposta política do movimento. Neste contexto, a cidadania ambiental praticada no contexto específico de ativismo analisado por K. Mason é pautada por 3 virtudes: a justiça, associada a um ideal de democracia participativa e inclusiva; o cuidado pela natureza, que traduz uma noção do bem comum que ultrapassa o foco estrito no bem-estar humano; a criatividade, ligada à transgressão das práticas habituais da cidadania e sua reconstituição através de alternativas, como a desobediência civil ou a ação direta não violenta.

Por sua vez, Kurtz (2005) analisa “the way in which multiple discourses of citizenship inflect environmental justice activism” (p.1), adotando como caso de estudo um conflito registado no Louisiana, nos EUA, em torno do estabelecimento de uma nova indústria poluidora numa comunidade. Kurtz analisa o discurso mobilizado pelos ativistas da comunidade e conclui que estes constroem um conceito híbrido de cidadania: ao enquadrar a sua luta como uma reivindicação legal por uma “equitable distribution of pollution” (p.78) os ativistas mobilizam um ideal de justiça distributiva alinhado com a conceção liberal dos direitos da cidadania; por outro lado, ao defender a participação ativa da comunidade nos processos de tomada de decisão sobre as questões que lhe dizem respeito mobilizam um princípio de justiça processual, mais associado à tradição comunitarista.

Kenis (2016) analisa o discurso de dois movimentos ambientalistas *grassroots*, cuja abordagem à ação climática desafia as perspetivas que enquadram a alteração de comportamentos individuais e hábitos de consumo como a principal resposta às alterações climáticas, adotando um discurso que enfatiza o papel dos indivíduos “as actors who consciously and collectively attempt to tackle climate

change” (p.956). A autora considera que esta perspectiva pode ser melhor entendida através da perspectiva da cidadania ambiental, que aplica à análise de entrevistas conduzidas com ativistas dos movimentos. Kenis conclui que, apesar de partilharem o mesmo foco na ação coletiva e defenderem a necessidade de uma mudança social de tipo de estrutural, os dois movimentos constroem de forma diferente o coletivo e a sua atuação, revelando duas noções de cidadania ecológica com características diferentes. Assim, o estudo ilumina “the differences that exist between types of ecological engagement” (Kenis, 2016, p. 950), demonstrando como a lupa analítica da cidadania ambiental pode apoiar a compreensão das diferentes perspectivas que pautam o debate sobre as alterações climáticas.

Em suma, e posicionando as conclusões dos 4 estudos no quadro das diferentes perspectivas que pautam a literatura da cidadania ambiental, é possível concluir que o tipo de cidadania ambiental que Horton (2006) identifica como sendo praticado por ativistas ambientais abrange não só atos na esfera pública, através da atividade política dos ativistas, mas também na esfera privada, através dos seus hábitos do quotidiano, à semelhança do que propõe a cidadania ecológica de Dobson (2003). Já o tipo de cidadania ambiental identificado por K. Mason (2014) aproxima-se das abordagens informadas pela tradição do republicanismo clássico, pelo seu foco em determinadas virtudes e numa intervenção cívica ativa, através da defesa de um ideal de democracia participativa. No estudo de Kurtz (2005) o conceito híbrido de cidadania mobilizado pelos ativistas da comunidade em estudo exemplifica uma abordagem não tradicional à cidadania ambiental, já que mistura elementos das tradições liberal e comunitarista. Finalmente, Kenis (2016) identifica no discurso de dois movimentos ambientalistas duas noções de cidadania ambiental que têm o comum o facto de serem concepções extensivas e ativas que contemplam a ação individual e coletiva, sendo por isso associadas à cidadania ecológica de Dobson (2003), e que apresentam um foco, de inspiração republicana, na promoção do bem comum.

4.3 Cidadania ambiental e alterações climáticas

A pertinência da análise da cidadania ambiental no contexto das alterações climáticas é ilustrada por contributos que demonstram a utilidade dessa perspectiva para o estudo da crise climática enquanto fenómeno social (Barr et al., 2011; Swaffield & Bell, 2012; Vihersalo, 2017; Wolf et al., 2009). Estes trabalhos têm também em comum o facto de traduzirem uma visão crítica das abordagens à ação climática que se concentram unicamente na mudança de comportamentos na esfera privada (Barr et al., 2011; Swaffield & Bell, 2012; Vihersalo, 2017; Wolf et al., 2009), problematizando, em linha com o pensamento de Melo-Escrihela (2008), a ênfase desse tipo de perspectivas na responsabilidade individual pelos problemas ambientais.

Reconhecendo a interligação entre o problema das alterações climáticas e o conceito de cidadania ecológica (Dobson, 2003) e as limitações da literatura no que toca à interrogação da teoria da cidadania

ambiental com base em evidências empíricas, Wolf et al. (2009) aplicam a metodologia Q a um estudo de caso com o objetivo de escrutinar a forma como os indivíduos percebem as alterações climáticas, a ação perante o problema e a sua responsabilidade nesse contexto. Os resultados demonstram que a maior parte dos participantes auscultados considerava agir perante as alterações climáticas como parte de ser um bom cidadão, enquadrando essa ação como uma responsabilidade em relação aos seus concidadãos, mas também face às gerações futuras e aos habitantes do Sul Global. Os autores concluem ainda que os participantes que detêm este sentido de responsabilidade procuram alterar comportamentos, mas que as mudanças reportadas diziam tendencialmente respeito a pequenas ações no quotidiano com um contributo limitado para a redução de emissões. Não obstante, o estudo evidencia que o reconhecimento pelos indivíduos da sua responsabilidade enquanto “ecological citizens” os impulsiona a agir.

Wolf et al (2009) referem os constrangimentos “that stem from current socio-cultural norms and structures” (p. 518) como um fator que limita a eficácia da ação individual na esfera privada enquanto estratégia de combate às alterações climáticas, uma questão que é também discutida por Barr et al. (2011). Os autores discutem o conceito de “citizen-consumer”, uma ideia que pressupõe que através das suas escolhas de consumo os indivíduos são os principais responsáveis por impulsionar mudanças rumo à sustentabilidade. A partir da análise de informação de *focus group* e entrevistas conduzidas com indivíduos acerca dos seus hábitos amigos do ambiente, Barr et al. (2011) questionam a utilidade das abordagens à ação climática baseadas nesta noção de “citizen-consumer”, atendendo quer aos desafios que os indivíduos enfrentam em adaptar as suas rotinas de consumo sustentável à realidade complexa da crise climática quer à forma como esta afeta o contexto socioeconómico que influencia as escolhas individuais de consumo.

Realizando outro tipo de contributo, Vihersalo (2017) analisa informação textual de uma campanha sobre as alterações climáticas promovida pela Comissão Europeia, com dois objetivos: compreender o tipo de cidadania climática que a campanha constrói e testar o potencial do conceito de cidadania ambiental enquanto ferramenta de análise. Relativamente ao primeiro objetivo, o tipo de cidadania ambiental expresso pela campanha caracteriza-se genericamente pela promoção de ações de mitigação pertencentes ao domínio da esfera privada, levadas a cabo por indivíduos atuando de forma independente e isolada, que se predispõem a fazer pequenas alterações no seu estilo de vida. No que diz respeito ao segundo objetivo, Vihersalo (2017) adiciona à literatura sobre a cidadania ambiental, e em particular à vertente que procura aplicar a teoria à análise de evidências empíricas, ao propor-se a olhar o conceito de um ponto de vista metodológico e a mobilizá-lo, em linha com o sugerido por Luque (2005), como perspetiva orientadora da análise. Assim, em vez de se comprometer com uma única definição normativa da cidadania ambiental, Vihersalo recorre a diferentes aspetos discutidos na literatura para a partir deles analisar e interpretar informação empírica.

Swaffield e Bell (2012) realizam uma análise crítica de um esquema aplicado em grandes empresas que consiste na nomeação entre os funcionários de “climate champions”, responsáveis pela promoção de iniciativas internas ligadas à sustentabilidade. Neste quadro, procuraram compreender, através de entrevistas conduzidas em 4 multinacionais, como os seus “climate champions” entendem esse papel, focando em específico a forma como estes constroem o processo de mudança social rumo à sustentabilidade dentro e fora da empresa. Embora as conclusões do estudo mereçam reflexão, interessa-nos sobretudo explorar a perspetiva de pesquisa que foi adotada.

Ao analisar o discurso dos “climate champions”, Swaffield e Bell (2012) adotam uma perspetiva que foca o potencial dos indivíduos enquanto “agentes de mudança” (p. 250), uma ideia que orienta a literatura em torno da cidadania ambiental (Dobson & Sáiz, 2005). No contexto da Psicologia Social, outros estudos focam em específico o papel dos ativistas ambientais como agentes de mudança nas questões de ambiente (Bashir et al., 2013; Castro et al., 2016). É um foco neste mesmo papel, contextualizado no ponto 1.2 do capítulo 1, que orienta o presente estudo acerca do discurso do ativismo climático jovem. Por outro lado, a abordagem de pesquisa de Swaffield e Bell (2012) também nos remete para a perspetiva da TSR, já que os autores visam compreender a forma como os “climate champions” representam e constroem ao nível do discurso a mudança social rumo à sustentabilidade e as estratégias para a promover.

Neste trabalho adotamos um ponto de vista semelhante à análise do discurso do ativismo climático jovem, onde através dos elementos constitutivos do conceito de cidadania ambiental (Vihersalo, 2017) procuramos identificar como GT e outros jovens ativistas concebem a mudança social no quadro da ação climática e como constroem o papel do cidadão nesse contexto. Consideramos igualmente a forma como os diversos estudos acima apresentados recorrem à literatura da cidadania ambiental para discutir diferentes abordagens à ação climática a partir da análise de material empírico.

4.4 Cidadania ambiental como perspetiva de análise dos discursos de Greta Thunberg e entrevistas com jovens ativistas – uma síntese e objetivos gerais deste trabalho

Com base na discussão, apresentada na primeira secção deste capítulo, das diferentes propostas teóricas em torno do conceito de cidadania ambiental é possível identificar um conjunto de aspetos principais que permitem diferenciar os modelos avançados. Esses aspetos são apresentados abaixo (ver *Figura 4.1*) sobre a forma de oposições entre termos, e sintetizam um conjunto de ideais centrais identificadas na nossa revisão da literatura sobre a cidadania ambiental. É esta síntese das diferentes abordagens ao conceito cidadania ambiental que irá informar a nossa perspetiva de análise, em conjunto com a abordagem metodológica proposta por Vihersalo (2017). Tal como a autora (Vihersalo, 2017), não interpretaremos o material por referência a um único conceito de cidadania ambiental

selecionado entre os vários presentes na literatura , mas antes a partir de um conjunto de elementos constitutivos dos diversos conceitos, mobilizados para a análise e discussão do tipo de cidadania subjacente ao discurso de GT e dos jovens ativistas portugueses.



Figura 4.1 - Distinções organizadoras dos diferentes modelos de cidadania ambiental

Com esta abordagem analítica pretendemos realizar um contributo em dois campos distintos, mas interligados. Primeiro, pretendemos contribuir para a literatura que analisa o conceito de cidadania ambiental de um ponto de vista empírico (Vihersalo, 2017; Wolf et al., 2009), e em específico para o conjunto ainda limitado de trabalhos que explora no contexto do ativismo o “citizenship talk” (Luque 2005 p.214). Segundo, pretendemos contribuir para a literatura que visa compreender o citizenship talk relativamente ao ativismo climático jovem, adicionando uma nova perspetiva ao conjunto de trabalhos que estudam esse fenómeno no contexto do ímpeto na mobilização juvenil registado em 2018 e 2019 (Han & Ahn, 2020; Holmberg & Alvinus, 2020; Kvamme, 2019; McKnight, 2020; Murray, 2020; Putkonen, 2019; Vavilov, 2019). A agência reconhecida aos diferentes atores e o posicionamento que o discurso lhes atribui no quadro da mudança necessária para ultrapassar a emergência climática é uma questão que se presta a ser analisada em maior detalhe a partir da perspetiva da cidadania ambiental. Não entanto, não foi identificado nenhum trabalho que aplicasse este ponto de vista ao estudo do discurso do ativismo climático jovem, como faremos aqui.

Síntese

Pelas razões supracitadas em todas as secções anteriores, foram definidos para este trabalho os seguintes objetivos.

O primeiro diz respeito à *identificação dos significados que estruturam a mensagem do discurso de Greta e os principais argumentos que lhes estão associados*. Como observado na secção 3.2 do capítulo 3, no que diz respeito à análise do discurso de GT os contributos existentes debruçam-se sobre um número reduzido de discursos. Assim, com recurso aos “themata”, uma das ferramentas teóricas fornecidas pela TSR para a análise do discurso (Batel & Castro, 2018; Castro & Gomes, 2005; Liu, 2004), pretendemos realizar uma análise sistemática de um *corpus* compreensivo de 25 discursos da ativista. Esta permitirá identificar as ideias centrais que atravessam as várias enunciações e assim traçar a linha argumentativa que lhes é comum.

O segundo objetivo diz respeito à *análise do modo como são representados no discurso de GT os diferentes atores envolvidos no debate em torno das alterações climáticas do ponto de vista da sua competência e afabilidade*. Em análises anteriores do discurso de GT o modo de representação das crianças e jovens vis-à-vis outros atores sociais é tido como um aspeto distintivo da sua mensagem (Holmberg & Alvinus, 2020; Kvamme, 2019; Murray, 2020; Putkonen, 2019; Vavilov, 2019). Considerando estas conclusões, pretendemos explorar a questão do modo de representação dos vários intervenientes no debate sobre as alterações climáticas de uma forma mais sustentada em teoria, mobilizando na análise as duas dimensões definidas pelo modelo da Psicologia Social do *stereotype content model (SCM)*: *competence* ou competência; *warmth* ou afabilidade.

O terceiro visa a *identificação do tipo de cidadania ambiental subjacente ao discurso de Greta, que pretendemos também relacionar com a forma como é construída a relação entre cidadania e ação climática pelos jovens ativistas climáticos portugueses, com base em entrevistas com estes*. Uma análise do discurso de GT orientada por este objetivo favorecerá uma melhor compreensão da sua perspetiva relativamente à ação perante a crise climática, à mudança social e o papel do cidadão nesse quadro de mudança, elucidando as suas diferenças face a outros tipo de discursos sobre ação climática (Kenis, 2016; Vihersalo, 2017). Essa mesma análise irá também ajudar a clarificar a proposta dos jovens ativistas enquanto “agentes de mudança” no quadro do debate sobre alterações climáticas e ação climática (Han & Ahn, 2020; Swaffield & Bell, 2012).

Capítulo 5 – Análise do discurso de Greta Thunberg

5.1 Sumário dos objetivos e enquadramento

Como mencionado, o presente estudo pretende contribuir para uma melhor compreensão da perspectiva do ativismo climático jovem. Neste âmbito, selecionámos para uma primeira etapa analítica a análise dos discursos de GT.

Ao analisar os discursos de GT pretendemos:

(1) *identificar quais os significados que estruturam a sua mensagem e os principais argumentos que lhes estão associados, com recurso à ferramenta analítica dos “themata”* (Batel & Castro, 2018; Castro & Gomes, 2005; Liu, 2004; Marková, 2000). Este é um conceito desenvolvido no âmbito da TSR que diz respeito a categorias de significado antónimas que se referem e identificam as ideias chave em torno das quais são construídas as representações que os indivíduos mobilizam no decorrer das suas práticas comunicativas (Castro & Gomes, 2005; Liu, 2004; Marková, 2000).

(2) *analisar como são representados os diferentes atores envolvidos no debate em torno das alterações climáticas do ponto de vista da sua competência e afabilidade, as duas dimensões do stereotype content model (SCM)* (Fiske, 2015; Fiske et al., 2002, 2007). Este modelo da Psicologia Social demonstra que as descrições e avaliações que fazemos dos Outros, quer falemos de indivíduos ou grupos, estão sistematicamente enquadradas em duas dimensões básicas: *competence* e *warmth*. A primeira reflete traços relacionados com a capacidade (como a inteligência ou a eficácia na ação); a segunda compreende traços associados à intenção do Outro (como a honestidade ou a simpatia) e que análises demonstram ser informada pela avaliação do grau em que este coopera para o bem comum (Castro et al., 2016; Fiske, 2015; Fiske et al., 2002, 2007).

(3) *identificar o tipo de cidadania ambiental subjacente aos discursos, para assim compreender como este se insere no contexto de 3 contrastes: (i) entre conceções que enfatizam a dimensão ativa ou passiva do papel do cidadão, (ii) que focam a ação na esfera pública ou privada ou (iii) que adotam uma abordagem minimal ou extensiva à resolução dos problemas ambientais* (Barry, 2006; Dobson, 2003; Gabrielson, 2008; Melo-Escrihela, 2008; Vihersalo, 2017). Para cumprir este objetivo adotamos uma perspectiva de análise baseada na abordagem metodológica proposta por Vihersalo (2017) e informada pelos principais aspetos que permitem distinguir as diferentes perspectivas da literatura da cidadania ambiental, já sumarizados na Figura 4.1.

5.2 Material

Foram coligidos um total de 25 discursos realizados por GT entre 8 de setembro de 2018 e 4 de março de 2020. Todos os discursos considerados foram proferidos em viva voz e para audiências que podem ser organizadas em 3 categorias: líderes mundiais e representantes da comunidade internacional;

líderes e representantes nacionais e europeus; manifestantes, ativistas e público em geral. Com exceção para um, recolhido a partir de uma coletânea de discursos de GT publicada pela Penguin Books (Thunberg, 2019c), todos discursos foram encontrados online, maioritariamente em suporte vídeo, sendo em que em alguns casos foi encontrada a transcrição em formato textual. Quando em vídeo, para os efeitos da análise, procedeu-se à transcrição dos discursos.

5.3 Métodos

Objetivo 1

Seguindo as recomendações metodológicas de Batel e Castro (2018), realizámos uma análise temática dos discursos (Braun & Clarke, 2006; Castleberry & Nolen, 2018; Joffe & Yardley, 2004). Em linha com as etapas recomendadas para a condução deste tipo de análise, foi feita uma primeira leitura não estruturada de todo o material, tendo como objetivo a familiarização com os seus conteúdos e mapeamento dos principais temas abordados (Bardin, 1977). Os discursos foram depois lidos várias vezes, num processo de *open coding* (Holmberg & Alvinus, 2020), que conduziu à identificação dos principais significados veiculados e à divisão dos textos em unidades de sentido. Através deste processo foram identificados indutivamente 7 “themata”, correspondendo a 7 pares de conceitos opostos que se entenderam traduzir as ideias que estruturavam o discurso. Os discursos foram codificados de acordo com estas categorias.

Objetivo 2

Para este objetivo realizámos uma análise que se enquadra na natureza daquilo que Batel e Castro (2018) descrevem como “pragmatic discourse analysis” (p.744), aqui aplicada com o fim de examinar os aspetos estratégicos da forma como os indivíduos e grupos escolhem apresentar e representar o Outro. Assim, começámos por identificar para cada unidade de sentido quais os atores a que o conteúdo se referia². De seguida, procurámos identificar como esses atores são representados no discurso por referência às dimensões da competência e afabilidade identificadas pelo *stereotype content model* (SCM) (Fiske, 2015; Fiske et al., 2002, 2007). Para o efeito, em cada unidade de análise onde foi identificada a referência a um ator foi avaliado se naquela instância os significados expressos concorriam para a sua valorização ou desvalorização em cada dimensão, atribuindo uma categoria em conformidade³.

² Todas as unidades de análise que não identificavam/representavam expressamente um ator ou que representavam mais do que um foram categorizadas sob a categoria “Ator Indefinido”. Esta situação verificou-se para 40.6% das unidades de análise.

³ Relativamente à dimensão da competência, foi atribuída aos extratos a categoria “Competente” sempre que o discurso associava o ator a traços como capaz ou competente e a categoria “Incompetente” sempre que o

Objetivo 3

Para identificar o tipo de cidadania ambiental que GT ajuda a construir analisamos os discursos com recurso a um manual de codificação adaptado a partir do estudo de Viherala (2017) (ver Quadro 5.1). Para o efeito, começámos, mais uma vez, por dividir os discursos em unidades de sentido. De notar que a divisão em unidades de sentido - ou excertos - aplicada nesta análise não corresponde à utilizada na análise dos “themata” (ver objetivo 1), já que se verificou que para perscrutar os elementos constitutivos da cidadania ambiental no discurso era necessário um maior nível de contextualização. Tal exigiu a utilização de unidades de sentido mais extensas do que as que permitiram identificar o desenvolvimento dos diferentes “themata”. As unidades de sentido foram depois avaliadas uma a uma e categorizadas sob cada um dos elementos da cidadania identificados no Quadro 5.1⁴.

Quadro 5.1 – Manual de codificação de cidadania ambiental, adaptado a partir de Viherala (2017)

Elementos constitutivos do conceito de cidadania ambiental	
<i>Esfera de ação</i>	Que tipo de ações são os cidadãos encorajados a praticar com vista a servir os propósitos da sustentabilidade e ação climática? Essas práticas são realizadas na esfera privada, na esfera pública ou em ambas?
<i>Locus da cidadania</i>	Como são definidos os limites da comunidade a que se ligam os direitos e deveres da cidadania ambiental?
<i>Direitos e deveres</i>	Quais são os direitos e deveres/responsabilidades do cidadão ambiental?
<i>Raio de ação</i>	A ação do cidadão ambiental tem como propósito mitigar os impactos ambientais da atuação humana (perspetiva minimal) ou gerar mudanças que atendam às causas estruturais na base dos problemas ambientais (perspetiva extensiva)?
<i>Papel do cidadão</i>	O cidadão ambiental é representado como sujeito ativo ou passivo?
<i>Virtudes</i>	Quais são as qualidades ou características do bom cidadão ambiental?
<i>Conceção da natureza</i>	Como é que o cidadão ambiental se relaciona com o mundo natural e encara a relação ser humano-natureza?
Categorias complementares identificadas a partir da análise da literatura	
<i>Natureza da ação</i>	A prática da cidadania ambiental tem que tipo de fundamento? É uma obrigação? É uma escolha?
<i>Motivação para a ação</i>	Quais as razões apresentadas e apelos utilizados para motivar a ação ou prática da cidadania ambiental?

ator era apresentado de forma inversa. Sempre que não foi possível distinguir uma representação distintamente negativa ou positiva não foi atribuída qualquer categoria. O mesmo modelo foi seguido para a dimensão da afabilidade.

⁴ O manual de codificação é apresentado em detalhe no anexo A.

5.4 Objetivo 1: Análise dos “themata”

A análise temática dos discursos de GT permitiu identificar os 7 “themata” listados no Quadro 5.2. Estes traduzem as ideias centrais ao discurso e denotam o conteúdo dos argumentos mobilizados, conforme exploramos em detalhe abaixo.

Quadro 5.2 - “Themata” nos discursos de GT (Frequências absolutas)

	1	2	Total
Ação/Inação	61	40	101
Conhecimento/Ignorância	36	47	83
Responsáveis/Vítimas	48	35	83
Business as Usual/Mudança sistémica	53	28	81
Elites/Público	12	36	48
Pessimismo/Esperança	35	13	48
Moral/Imoral	7	17	24

Ação/Inação

No caso do “themata” *ação/inação* – o mais frequente – a primeira categoria traduz o apelo de GT à necessidade urgente de estabelecer o combate às alterações climáticas como prioridade e levar a cabo uma ação contundente para evitar os seus impactos mais negativos, e a referência à atitude proativa dos jovens e todos aqueles que protestam para exigir mudança:

“Avoiding catastrophic climate breakdown is to do the seemingly impossible. And yet that is what we have to do.” (Thunberg, 2019g)

“And we are not in school today. You are not at work today. Because this is an emergency, and we will not be bystanders. Some would say we are wasting lesson time. We say we are changing the world.” (Thunberg, 2019r)

Nos excertos categorizados sob o segundo termo do par identificamos argumentos centrados na denúncia do cenário de inação que vigora no que diz respeito à crise climática, sendo as elites mundiais e os decisores políticos associados a uma atitude de passividade e negligência, por falharem em adotar medidas alinhadas com a premência do desafio:

“Our house is falling apart, and our leaders need to start acting accordingly, because at the moment they are not.” (Thunberg, 2019a)

Conhecimento/Ignorância

Sob o “themata” *conhecimento/ignorância* – o segundo mais frequente – foram categorizados os excertos que se referiam, no caso do primeiro termo do par, à evidência científica, à ação baseada no conhecimento e ao valor dos factos validados através do método científico. Sob o “thema” *conhecimento* encontramos assim o apelo à necessidade de atender à ciência, a qual constata a urgência de uma ação contundente focada em diminuir as emissões de CO₂, sendo que GT recorre ao consenso construído em torno das conclusões do IPCC para sustentar a sua posição:

“You don't have to listen to us, but you do have to listen to the United science, the scientists. And that is all we ask, just unite behind the science!” (Thunberg, 2019m)

“A lot of people, a lot of politicians, business leaders, journalists say they don't agree with what we are saying. They say we children are exaggerating, that we are alarmists. To answer this I would like to refer to page 108, chapter 2 in the latest IPCC report. There you will find all our "opinions" summarized, because there you find a remaining carbon dioxide budget.” (Thunberg, 2019m)

No “thema” *ignorância* foram categorizados excertos relativos à desinformação, à atuação desligada do fundamento científico e à incerteza. Nos excertos categorizados sob este “thema” é também referida a desinformação da generalidade da população acerca das causas, consequências e premência das alterações climáticas:

“People keep doing what they do because the vast majority doesn't have a clue about the actual consequences of our everyday life. And they don't know that rapid change is required. We all think we know and we all think everybody knows. But we don't.” (Thunberg, 2018c)

Assim, podemos concluir que o “themata” desenha um argumento que denuncia a discordância entre a evidência científica e o cenário atual da política climática.

Responsáveis/Vítimas

Relativamente ao “themata” *responsáveis/vítimas* – com frequência igual ao anterior – este inclui todos os excertos que traçam uma dicotomia entre os responsáveis pela atitude de inércia que tem permitido o escalar dos níveis de emissões de CO₂ e aqueles que mais sofrerão com os impactos da emergência climática.

Através dos extratos categorizados sob o “thema” *responsáveis*, vemos que a crise climática é apresentada como resultado de um *status quo* onde durante décadas as gerações mais velhas, os decisores políticos, os media e as grandes empresas não se comprometeram com a implementação das transformações necessárias para ultrapassar este problema, priorizando interesses individuais acima de outras preocupações. GT também associa as causas deste problema ambiental à

desigualdade existente à escala mundial, atribuindo uma maior quota de obrigação em agir aos países mais industrializados. Os dois extratos infra exemplificam, respetivamente, estas duas ideias:

“Some people say that the climate crisis is something that we all have created. But that is just another convenient lie. Because if everyone is guilty then no one is to blame. And someone is to blame. Some people - some companies and some decision makers in particular - has known exactly what priceless values they are sacrificing to continue making unimaginable amounts of money.” (Thunberg, 2019d)

“The G20 countries account for almost 80 percent of total emissions. The richest 10 percent of the world’s population produce half of our CO₂ emissions, while the poorest 50 percent account for just one-tenth. We indeed have some work to do but some more than others.” (Thunberg, 2019s)

Sob o “thema” *vítimas* está presente a ideia de que as crianças, jovens e gerações futuras são o grupo que será mais impactado pelas alterações climáticas, consubstanciando-se numa representação das alterações climáticas como problema de injustiça intergeracional, mas também como uma ameaça aos ecossistemas e a todos os seres vivos:

“I ask you to prove me wrong. For the sake of your children, for the sake of your grandchildren. For the sake of life and this beautiful living planet.” (Thunberg, 2019d)

Business as usual/Mudança sistémica

No que diz respeito ao “themata” *business as usual/mudança sistémica* – o quarto mais frequente – encontramos, sob a primeira categoria, excertos que abordam a situação presente e passada, descrevendo a insustentabilidade associada ao atual modo de vida e funcionamento das sociedades e denunciando a insuficiência das soluções que têm vindo a ser adotadas para fazer face às alterações climáticas:

“The climate crisis is both the easiest and the hardest issue we have ever faced. The easiest because we know what we must do. We must stop the emissions of greenhouse gases. The hardest because our current economics are still totally dependent on burning fossil fuels, and thereby destroying the ecosystems in order to create and everlasting economic growth.” (Thunberg, 2019i)

Nos excertos sob o “thema” *mudança sistémica* encontramos a sugestão de que para ultrapassar a crise climática será necessário alterar os princípios que regem as atuais estruturas socioeconómicas, abrindo espaço a um novo cenário de equidade, respeito pelo meio natural e livre de emissões:

“We cannot solve a crisis without treating it as a crisis. We need to keep the fossil fuels in the ground and we need to focus on equity. And if solutions within this system are so impossible to find, then maybe we should change the system itself.” (Thunberg, 2018a)

Elites/Público

O “themata” *elites/público* – o primeiro dos 3 menos frequentes – contempla os momentos do discurso em que é implicitamente discutido o papel dos representantes eleitos e governantes vis à vis a população no quadro da resposta às alterações climáticas, bem como o *locus* de poder e influência na sociedade. O “thema” *elites* representa os líderes políticos como detentores dos recursos, do poder e da influência necessários para gerar mudança e motivar as pessoas a aderir à mesma:

“We are part of nature, we are social animals, we are naturally drawn to our leaders. During the last months millions of children have been school striking for the climate gaining lots of attention for the climate crisis, but we children are not leaders nor are the scientists unfortunately, but many of you here today are.” (Thunberg, 2019j)

Esta ideia subjacente ao “thema” *elites* está menos presente que a expressa pelo “thema” *público*, conforme ilustram as suas frequências: o número de unidades de sentido categorizadas sobre o primeiro “thema” do par é um terço das categorizadas sob o segundo (ver Quadro 5.2). Este “thema” *público* representa os cidadãos e a sociedade civil como detentores de poder e agentes de mudança, expressando a ideia de que perante a inação dos líderes políticos será a população a mobilizar-se para promover e incitar as mudanças necessárias e exigir a adoção de medidas efetivas:

“This is what people power looks like. We will rise to the challenge. We will hold those who are most responsible for this crisis accountable and we will make the world leaders act. We can and we will.” (Thunberg, 2019o)

Pessimismo/Esperança

O “themata” *pessimismo/esperança* – também entre os 3 menos frequentes – traduz uma dualidade de sentimentos despoletada pela realidade das alterações climáticas, existindo, do primeiro lado da oposição, a expressão de sentimentos de medo e ansiedade relativamente a um cenário de catástrofe iminente e de uma visão pessimista:

“I was fortunate to be born in a time and place where everyone told us to dream big. I could become whatever I wanted to. I could live wherever I wanted to. People like me had everything we needed and more. Things our grandparents could not even dream of. We had everything we could ever wish for and yet now we may have nothing.” (Thunberg, 2019i)

Sob o segundo termo da oposição, encontram-se momentos como o citado abaixo, onde é manifestada uma crença na possibilidade de agir para inverter atempadamente a trajetória negativa que se prevê no que diz respeito às alterações climáticas:

“Sometimes we just simply have to find a way. The moment we decide to fulfil something, we can do anything. And I’m sure that the moment we start behaving as if we were in an

emergency, we can avoid climate and ecological breakdown. Humans are very adaptable: we can still fix this.” (Thunberg, 2019i)

Moral/Imoral

A oposição *moral/imoral* – o menos frequente – inclui as instâncias do discurso em que o debate sobre alterações climáticas é associado a uma discussão ética. Neste quadro, a adoção de uma atitude proativa perante a crise climática é representada como a ação moral:

“So that when we are older, we will be able to look our children in the eyes and say that we did everything we could back then. Because that is our moral duty, and we will never stop doing that. We will never stop fighting for a living planet and for a safe future — for our future.” (Thunberg, 2019r)

Contrariamente, a passividade perante o problema das alterações climáticas, na presença de uma consciência dos seus impactos negativos para o ser humano e a natureza, é representada como a atitude eticamente errada:

“You say you hear us and that you understand the urgency, but no matter how sad and angry I am, I don’t want to believe that. Because if you really understood the situation and still kept on failing to act, then you would be evil and that I refuse to believe.” (Thunberg, 2019q)

5.5 Objetivo 2: Análise do modo de representação de diferentes atores no discurso

Atores representados

Com o objetivo de analisar o modo de representação dos diferentes atores envolvidos no debate sobre alterações climáticas, foi necessário identificar quais os atores mencionados ou representados no discurso. Foram identificados 8 tipos de atores distintos, conforme apresentado no Quadro 5.3.

Quadro 5.3 - Atores mencionados/representados no discurso (frequências)

	N
Elites	103
Crianças/Jovens	53
Público	39
Greta	26
Cientistas	24
Países Desenvolvidos	20
Adultos	9
Outros seres vivos	4

Sob a categoria “Elites” foram agrupadas as menções e referências à classe política, aos líderes estatais, aos representantes dos grandes interesses económicos e aos media, atores que têm em comum o facto de possuírem uma posição social que os dota de maior capacidade influência ou poder.

A categoria “Crianças/Jovens” dá conta de todas as instâncias em que são mencionadas ou representadas as crianças e os jovens, a par das suas preocupações, interesses e reivindicações. Neste caso é frequente a utilização da 1ª pessoa do plural (“we”/“us”), denotando que GT se enquadra como membro e representante das gerações mais jovens:

“I speak on behalf of future generations. I know many of you don’t want to listen to us – you say we are just children. But we’re only repeating the message of the united climate science.” (Thunberg, 2019i)

São também frequentes as menções à população em geral, ou corpo de cidadãos, conforme explicitado pela frequência da categoria “Público”. Também neste caso a ativista mobiliza frequentemente o pronome “we”, posicionando-se como parte desse público.

A categoria “Greta” compreende as instâncias do discurso em que GT fala na 1ª pessoa do singular. Com uma frequência muito aproximada, estão também presentes no discurso menções à comunidade científica.

Foram ainda identificadas nos discursos referências aos “Países desenvolvidos” e sua responsabilidade sobre os níveis de emissões de CO₂, aos “Adultos” ou gerações mais velhas e, finalmente, aos “Outros seres vivos”, enquanto vítimas da crise climática.

Representação dos atores segundo as dimensões do SCM

Passando à análise da forma como os atores acima identificados são representados por referência às dimensões do SCM⁵, verificou-se que de forma geral foi mais fácil identificar nos discursos avaliações relativas à competência do que à afabilidade, conforme ilustram as frequências na tabela 4.

Detendo-nos sobre a forma como os significados veiculados pelo discurso de GT caracterizam as “Elites” nestas duas dimensões, constatamos que este grupo é maioritariamente representado como pouco competente e pouco afável (ver Quadro 5.4). Nos dois exemplos abaixo fica patente, respetivamente, esta desvalorização ao nível da competência e depois da afabilidade:

“Presidents, celebrities, politicians, CEOs and journalists. People listen to you, they are influenced by you and therefore you have an enormous responsibility, and let’s be honest, this is a responsibility that most of you have failed to take.” (Thunberg, 2019j)

⁵ As categorias “Países Desenvolvidos” e “Outros seres vivos” não foram consideradas na avaliação do modo de representação dos diferentes atores por referência às dimensões do SCM, já que este é um modelo adaptado à compreensão das perceções interpessoais e intergrupais do Outro (Fiske, 2015; Fiske et al., 2002, 2007). Pela mesma razão também não foi considerada a categoria “Greta”.

“We are being mocked and lied about by elected officials, members of Parliament's, business leaders, journalists.” (Thunberg, 2019m)

Os “Adultos” ou gerações mais velhas são representados de forma semelhante às “Elites”. No caso das “Crianças/Jovens” e “Público”, a imagem construída pelo discurso é a inversa. Ambos os grupos são valorizados tanto na dimensão da competência como na da afabilidade, mas sobretudo na primeira. Os excertos abaixo representam isso mesmo, traduzindo ambos uma ideia de agência e espírito de sacrifício em nome do bem comum, o primeiro no que diz respeito apenas às crianças e o segundo relativamente a um público que contempla jovens e adultos:

“We children are not sacrificing our education and our childhood for you to tell us what you consider is politically possible in the society that you have created. (...) We children are doing this to wake the adults up. We children are doing this for you to put your differences aside and start acting as you would in a crisis.” (Thunberg, 2019i)

“We will do everything in our power to stop this crisis from getting worse, even if that means skipping school or work. Because this is more important.” (Thunberg, 2019r)

Por último, temos os “Cientistas”, valorizados na dimensão da competência, em consonância com os significados associados ao “thema” *conhecimento*.

Quadro 5.4 - Caracterização dos atores mencionados segundo o SCM (frequências)

		Elites	Crianças/ Jovens	Público	Cientistas	Adultos
Dimensão Competência	Competente	6	28	24	17	0
	Incompetente	51	1	5	0	7
Dimensão Afabilidade	Afável	0	5	11	4	0
	Não afável	40	0	0	0	3

Síntese: Análise conjunta dos atores e “themata”

Identificados os principais “themata” e analisado o modo de representação dos diferentes atores, considerou-se útil realizar uma análise conjunta destes dois aspetos, para se obter uma melhor compreensão da relação entre os principais significados veiculados no discurso de GT (traduzidos pelos “themata”) e os diversos atores mencionados no discurso e seu modo de representação. Recorreu-se para o efeito ao método da análise de correspondências múltiplas (ACM) (Carvalho, 2008).

Para aplicar a ACM foi construída uma base de dados com as várias unidades de sentido identificadas. Cada *themata* foi convertido numa variável, tendo sido atribuído a um dos termos do par o código 1 e ao termo oposto o código 2. O mesmo se passou com os atores mencionados no discurso e sua categorização segundo as duas dimensões do SCM, tendo sido feito corresponder a cada categoria das variáveis um valor numérico.

As variáveis utilizadas no procedimento estão listadas no Quadro 5.5. Note-se que só foram imputados como variáveis os 4 “themata” com maiores frequências e que a variável “ator” é composta pelas 5 categorias de atores representadas no Quadro 5.4. Apenas a dimensão da competência foi utilizada como variável, devido às baixas frequências apresentadas pelas categorias da variável correspondente à dimensão do *warmth*.

Foi aplicada a ACM e, com base na análise do decrescimento dos valores da inércia, foram retidas as duas primeiras dimensões, responsáveis por 25% da inércia total (valor próprio da 1ª dimensão = 5.855; valor próprio da 2ª dimensão = 5.538). A projeção destas duas primeiras dimensões é apresentada abaixo, na Figura 5.2, e as medidas de discriminação correspondentes no Quadro 5.5.

Quadro 5.5 - Medidas de discriminação, por variável, por dimensão

	Dimensão 1	Dimensão 2
Conhecimento/Ignorância	0.024	0.423
Ação/Inação	0.044	0.645
Responsáveis/Vítimas	0.037	1.136
BAU/Mudança sistémica	5.612	0.656
Competência (SCM)	0.052	0.990
Ator	0.086	1.687

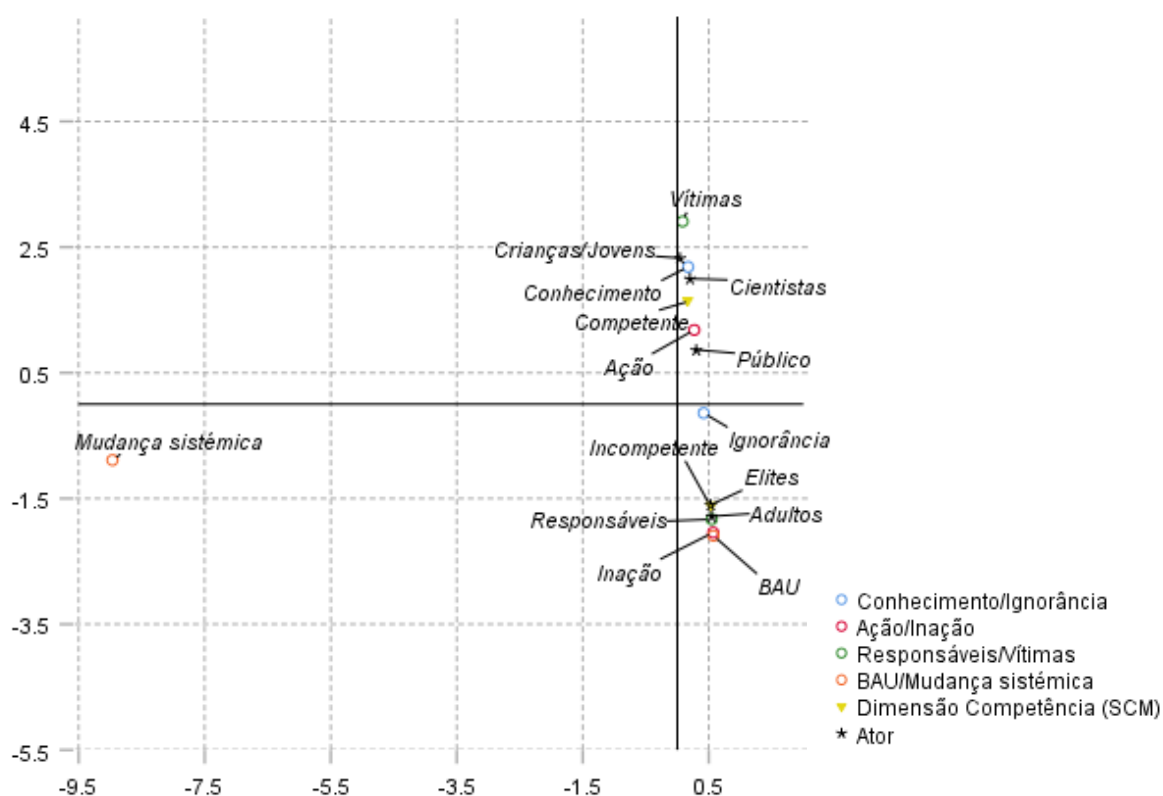


Figura 5.1 - Projeção das duas primeiras dimensões do procedimento ACM

Observando o plano, e em específico o 4º quadrante, compreendemos que o problema da inação perante a crise climática, associado ao cenário de *business as usual*, é tendencialmente discutido de uma perspetiva ligada à responsabilidade. Neste quadrante encontramos então os dois grupos que são responsabilizados pela sua inação perante uma crise premente e que conseqüentemente são desvalorizados na dimensão da competência: as gerações mais velhas e as elites. O “thema” *ignorância*, embora mais próximo da origem e do 2º quadrante, também surge ainda neste 4º quadrante, estando alinhado com a crítica associada ao “themata” *conhecimento/ignorância* de que as medidas propaladas pelos líderes políticos e económicos não equiparam a ambição necessária de acordo com os cenários fornecidos pela ciência climática.

Organizando um espaço oposto, o 2º quadrante mostra que as gerações jovens, os cientistas e o público são atores mencionados quando também são discutidas as questões do conhecimento e da ação. Estes atores surgem associados a uma avaliação positiva do ponto de vista da competência. Neste quadrante, também encontramos o “thema” *vítimas*, em proximidade com a categoria “Crianças/Jovens”.

Afastado das categorias que povoam o 2º e 4º quadrante, encontramos o thema “Mudança sistêmica”. Este distanciamento, ou seja, o facto da mudança sistêmica não ser discutida nos discursos

em associação com um ator ou grupo específico, é interpretado como uma tradução da ideia de que as mudanças profundas necessárias para ultrapassar a emergência climática devem envolver todos os membros da sociedade. Esta ideia é também sugerida por Vavilov (2019), que refere que as alterações climáticas são enquadradas no discurso de GT como um problema que põe em causa o bem comum e que por isso diz respeito a todos.

5.6 Objetivo 3: Análise da construção da cidadania ambiental

Através dos resultados anteriores verificamos que no discurso de GT a responsabilidade pela atual premência da crise climática é atribuída às gerações mais velhas e ao conjunto de atores (as “Elites”) que ocupam posições de poder ou destaque na sociedade. Tal poderia levar-nos a depreender que são também estes os atores que o discurso enquadra como os responsáveis por alterar o cenário que tem conduzido a uma trajetória preocupante no que diz respeito à mudança climática. Não obstante, na mensagem da ativista são as gerações jovens e a população em geral, em conjunto com a comunidade científica, que são colocados do lado da ação, como impulsionadores da mudança.

Conforme é sugerido por Han e Ahn (2020), Holmberg e Alvinus (2020) e Murray (2020), perante a inação dos líderes económicos e políticos, GT apela a favor de uma ação climática impulsionada por um movimento *bottom-up*, onde o público se mobiliza, seguindo o exemplo das gerações mais novas, para exigir e gerar mudança. Identificado no discurso de GT este destaque dado a um papel forte e interventivo dos cidadãos na reivindicação de uma ação contundente para fazer face à crise climática, como é definido em concreto esse papel? GT apela à mobilização da população em torno do problema das alterações climáticas, mas quais são as ações e a atitude que a jovem convida os seus cocidadãos a adotar para que sejam agentes de mudança? Anteriormente já discutimos a forma como o discurso responsabiliza as elites pelo cenário crítico da crise climática, mas como é que a ativista enquadra a responsabilidade dos indivíduos em participar no esforço de combate às alterações climáticas? Estas questões podem ser respondidas ao analisar o discurso a partir do prisma de cada um dos elementos constitutivos do conceito de cidadania ambiental (ver Quadro 5.1).

Esfera de ação

Como mencionado no ponto 4.1 do capítulo 4, Dobson (2003) abrange no seu conceito de “ecological citizenship” a esfera pública e também a esfera privada, politizando o quotidiano ao reconhecer que as escolhas e comportamentos individuais podem ter impactos significativos do ponto de vista ambiental. Não obstante, outros contributos que interligam o tema das alterações climáticas e a cidadania ambiental alertam para as limitações do foco na mudança através da ação individual na esfera privada (Barr et al., 2011; Wolf et al., 2009).

No discurso de GT, no que diz respeito à esfera de ação do cidadão, *o foco é colocado sobre a ação na esfera pública*. A jovem associa o contributo dos indivíduos para a resolução da crise climática sobretudo à participação e reivindicação no domínio público, enfatizando a sua capacidade para exercer agência política e participar através do protesto e da ação coletiva:

“The other week the plans to expand the Bristol airport were cancelled. A lot thanks to climate activists. And of course, this is far from enough, but it shows that it actually makes a difference. Activism works, so I’m telling you to act.” (Thunberg, 2020b)

Como categoria minoritária, surgem nalguns momentos referências a um tipo de ação entre a esfera pública e a privada. O extrato abaixo focado nas decisões individuais ilustra isso mesmo. Não obstante, não são identificáveis ao longo do discurso referências isoladas à importância da mudança de comportamentos na esfera individual como meio de resposta à crise climática.

“(…) the only thing that we need to look at is the emission curve. And I’m sorry, but it’s still rising. (...) Every time we make a decision we need to ask ourselves “How will that decision affect that curve?”. We should no longer measure our wealth and success in the graph that shows economic growth, but in the graph that shows the emissions of greenhouse gases. We should no longer only ask “Have we got enough money to go through with this?”, but also “Have we got enough of the carbon budget to spare to go through with this?” (Thunberg, 2019i)

Considerando que a ativista incita fundamentalmente a sua audiência à mobilização coletiva na esfera pública, a cidadania ambiental é construída como um exercício conjunto, através da qual os membros de uma comunidade cooperam em prol do bem comum (Viherala, 2017). O extrato abaixo, além de denotar esta ideia, enquadra a resolução da crise climática como uma responsabilidade coletiva:

“Our house is on fire. And it is not just the young people’s house. We all live here. It takes all of us. And we will not just stand aside and watch. We are united behind the science and we will do everything in our power to stop this crisis from getting worse. Even if that means skipping school or work. Because this is more important.” (Thunberg, 2019o)

Papel do cidadão

Em linha com o referido acima, o tipo de ações que GT encoraja os outros jovens e toda a população a adotar são um convite à adoção de uma atitude proativa. Desta forma, *o discurso atribui ao cidadão um papel ativo*, aproximando-se por isso do pólo ativo do contínuo que Barry (2006) traça entre uma visão ativa e passiva da cidadania. A forma como a ativista enquadra essa intervenção ativa pode ser também associada ao lugar que Barry (2006) atribui na sua conceção de “sustainability citizenship” ao escrutínio da ação governamental pelos cidadãos e a atos de resistência ao poder por parte da

sociedade civil. O extrato abaixo exhibe, por um lado, o papel ativo que é reconhecido à sociedade civil e, por outro, uma ideia de resistência, patente principalmente na última frase:

“This is what people power looks like. We will rise to the challenge. We will hold those who are most responsible for this crisis accountable and we will make the world leaders act. We can and we will. And if you belong to that small group of people who fill threatened by us, then we have some very bad news for you. Because this is only the beginning. Change is coming whether you like it or not.” (Thunberg, 2019o)

Raio de ação

Barry (2006) sugere uma organização dos conceitos de cidadania ambiental de acordo com o propósito que estes propõem para a ação do cidadão ambiental, que poderá ser minimal, isto é, concentrar-se em mitigar os impactos da atividade humana sobre o ambiente, ou extensivo, visando atender aos fatores estruturais de diversa natureza que estão na base dos problemas ambientais. Relativamente a esta distinção, *verificamos que o discurso de GT se alinha com um propósito extensivo*, já que a ação do cidadão é apresentada como devendo ser orientada sobretudo para impulsionar uma transformação transversal em múltiplos aspetos da sociedade, isto é, uma mudança de tipo estrutural:

“Today we use 100 million barrels of oil every single day. There are no politics to change that. There are no rules to keep that oil in the ground. So we can't save the world by playing by the rules. Because the rules have to be changed. Everything needs to change.” (Thunberg, 2018b)

Em 20% dos extratos é identificável uma perspetiva mais minimal, em que a mudança é abordada do ponto de vista da necessidade de corresponder às metas de emissões. Não obstante, e considerando o contexto geral dos discursos, conclui-se que *GT argumenta sobretudo a favor da necessidade de gerar uma mudança de tipo sistémico*.

Direitos e deveres e Natureza da ação

De acordo com Gabrielson (2008), uma das distinções essenciais entre as diferentes abordagens à cidadania ambiental diz respeito ao contraste entre conceitos que dão ênfase aos direitos da cidadania e outros que focam a dimensão dos deveres e responsabilidades. *No discurso de GT o foco é colocado sobre as responsabilidades*, embora estas surjam em parte associadas ao reconhecimento dos direitos das gerações futuras e das populações mais vulneráveis dos países não industrializados:

“What we do or don't do right now will affect my entire life and the lives of my children and grandchildren. What we do or don't do right now, me and my generation can't undo in the future.” (Thunberg, 2018c)

“Furthermore, does no one ever speak about the aspect of equity, clearly stated everywhere in the Paris agreement and the Kyoto protocol, which is absolutely necessary to make the

Paris agreement work on a global scale. That means that rich countries need to get down to zero emissions, within 6 to 12 years, so that people in poorer countries can heighten their standard of living by building some of the infrastructure that we have already built.” (Thunberg, 2018b)

Nestas instâncias surge um tipo de responsabilidade semelhante à que caracteriza a “cidadania ecológica” de Dobson (2003), onde os deveres dos cidadãos resultam fundamentalmente do reconhecimento das relações de injustiça associadas à distribuição desigual no espaço e no tempo dos causas e impactos da mudança climática. Além de remeter para esta necessidade de preservar o bem-estar de outros, GT também enquadra as responsabilidades em relação à crise climática como um produto de uma iminente catástrofe climática que recai sobre todos:

“If people knew that scientists say that we have a 5 per cent chance of meeting the Paris target, and if people knew what nightmare scenario we will face if we don’t keep global warming below 2°C, they wouldn’t ask me why I’m on school strike outside parliament. Because if everyone knew how serious the situation is and how little is actually being done, everyone would come and sit down beside us.” (Thunberg, 2019c)

Neste quadro, as ações que GT encoraja a sua audiência a praticar são apresentadas como sendo prementes. No discurso esta premência dota a prática da cidadania climática de um carácter algo imperativo para todos os que têm consciência do problema das alterações climáticas. Esta natureza imperativa da ação surge com dois fundamentos, em linha com o que é ilustrado pelos extratos anteriormente apresentados: a necessidade, associada ao curto espaço de tempo disponível para mitigar emissões e à gravidade das consequências previstas caso isso não seja concretizado; e o dever ético, associado às implicações ao nível da justiça inter e intrageracional dos atuais níveis de emissões.

E que tipo de responsabilidades determinam este dever que resulta da premência do problema, mas também de uma obrigação moral relativamente às gerações futuras e ao Sul Global? Identificamos maioritariamente uma responsabilidade geral em agir perante a urgência climática:

“We are now at a time in history where everyone with any insight of the climate crisis that threatens our civilization and the entire biosphere must speak out in clear language, no matter how uncomfortable and unprofitable that may be. We must change almost everything in our current societies.” (Thunberg, 2019b)

Está também presente uma responsabilidade mais em concreta em contribuir para a redução das emissões de gases com efeito estufa, que recai particularmente sobre os cidadãos dos países industrializados, em linha com o aspeto da equidade reconhecido nos acordos internacionais sobre a questão climática:

“At current emissions levels that remaining budgets is gone within roughly eight and a half years. In fact, since I started this speech the world has emitted about 800,000 tons of carbon dioxide. And if anyone still has excuses not to listen, not to act, not to care, I ask you once

again: -Is there another Intergovernmental Panel on Climate Change? Is there a secret Paris agreement that we don't know about? One that does not include the aspect of equity?" (Thunberg, 2019m)

Locus da cidadania

No discurso de GT, em linha com a visão pós-cosmopolita de Dobson (2003), *a crise climática e a ação para a solucionar são discutidas maioritariamente a partir de uma perspectiva global*, conforme traduz a associação mencionada acima entre as alterações climáticas e a desigualdade intrageracional entre países industrializados e não industrializados. Assim, o *locus* da cidadania ultrapassa as fronteiras do Estado ou outro tipo de limites geográficos ou políticos e a comunidade de cidadãos tem uma abrangência global, conforme vemos, por exemplo, abaixo:

"Humanity is now standing at a crossroads. We must now decide which path we want to take. How do we want the future living conditions for all species to be like? We have gathered here today and in many other places around London and across the world too, because we have chosen the path we want to take and now we are waiting for others to follow our example." (Thunberg, 2019h)

Motivação para a ação e Virtudes do cidadão ambiental

A forma como GT apela à mobilização em torno da causa climática também nos remete para o conceito de cidadania ecológica e sua ênfase nas virtudes (Dobson, 2003; Gabrielson, 2008). Para exortar a audiência a agir a jovem representa a inércia perante a crise climática como uma ameaça ao futuro dos jovens e crianças e gerações futuras, uma injustiça face aos habitantes do Sul Global e uma ameaça ao bem-estar de todos os seres vivos que habitam o planeta. Todas estas circunstâncias podem ser encaradas como um apelo à consciência ambiental e social, à preocupação com o bem-estar humano e a natureza, à cooperação em nome do bem-comum e ao sentido de justiça dos indivíduos. Com o objetivo de agrupar e organizar estas virtudes, recorreremos ao modelo de valores de Schwartz (1992), concluindo que estas correspondem à categoria do "universalismo", a qual agrupa um conjunto de valores que traduz "understanding, appreciation, tolerance, and protection for the welfare of all people and for nature" (p.12). Este objetivo está alinhado com a cidadania ecológica de Dobson, a qual se baseia "on the primary virtue of justice and the secondary virtues of care and compassion for distant others in time and space" (Vihersalo, 2017, p.344-345). O excerto abaixo ilustra precisamente esta orientação universalista do discurso:

"The political system that you have created is all about competition. You cheat when you can because all that matters is to win to get power. That must come to an end. We must stop competing with each other. We need to cooperate and work together and to share the resources of the planet in a fair way." (Thunberg, 2019e)

O apelo de GT aos adultos do presente também passa por destacar quanto as alterações climáticas irão afetar a vida dos seus filhos e netos:

“Or house is still on fire, your inaction is fuelling the flames by the hour. And we are telling you to act as if you love your children above all else.” (Thunberg, 2020a)

Esta mensagem visa mobilizar os sentimentos do amor ou cuidado pelos que nos são mais próximos, os quais nos remetem para a categoria de valores da “benevolência” no modelo de Schwartz (1992; 1994), que se diferenciam-se dos do “universalismo” porque dizem respeito à vontade de preservar estritamente o bem-estar daqueles que nos são mais próximos.

Como motivação para a ação, o discurso também representa as alterações climáticas como uma ameaça existencial que urge ultrapassar para garantir a sobrevivência do ser humano:

“There will be a time where we will look back and ask ourselves what we did right now. How do we want to be remembered? This is an emergency. People are already dying and suffering from the consequences of the climate and environmental emergency. But it will get worth. (...) So what did we do during this crucial time? What will we do right now? Well I won’t stand aside and watch, I will not be silent while the world is on fire.” (Thunberg, 2020b)

No fragmento acima também está patente a valorização de uma outra virtude, que pode ser resumida pela categoria da “self-direction” do modelo de Schwartz (1992; 1994), a qual compreende um conjunto de qualidades que traduzem a capacidade de agir e pensar de forma independente. Atendendo à forma como GT apela à ação e iniciativa dos cidadãos, a agência e a autonomia são qualidades valorizadas ao longo de todo o discurso.

Finalmente, também são identificáveis momentos em que a jovem ativista procura persuadir os seus ouvintes da urgência da ação climática por referência às metas e limites de emissões calculados pela ciência e estabelecidos nos tratados internacionais, como exemplificado abaixo:

“In the Paris agreement we have only signed up for staying below 1.5 to 2 degrees of temperature rise. And that of course gives us a bigger remaining carbon dioxide budget. But the latest IPCC report shows that aiming instead for below 1.5 degrees would significantly reduce the climate impacts, and that would most certainly save countless of human lives. This is what it's all about, this is all that we are saying.” (Thunberg, 2019m)

Conceção da natureza

Este último elemento permite avaliar a forma como o mundo natural é integrado nas concepções de cidadania ambiental e assim distinguir entre perspetivas que adotam uma orientação mais ecocêntrica ou mais antropocêntrica (Gabrielson, 2008; Viherala, 2017). Foi um elemento difícil de escrutinar e identificar no discurso de GT. Não obstante, no número reduzido de extratos que foi possível categorizar sob este tema (N=13), está patente a ideia de que a necessidade de combater as alterações

climáticas se deve ao risco que esta constitui não só para o bem-estar humano, mas também para o de todos os seres vivos e para a preservação do meio ambiente, algo que pode ser entendido como traduzindo um reconhecimento do valor intrínseco do mundo natural:

“We need to start living within the planetary boundaries, focus on equity and take a few steps back, for the sake of all living species. We need to protect the biosphere, the air, the oceans, the soil, the forests.” (Thunberg, 2019e)

Síntese: tipo de cidadania ambiental

Analisados os vários elementos constitutivos da cidadania ambiental, apresenta-se abaixo o Quadro 5.6 que visa sintetizar o tipo de cidadania ambiental subjacente ao discurso de GT.

Quadro 5.6 – Síntese: cidadania ambiental no discurso de Greta

<i>Esfera de ação</i>	Pública
<i>Locus da cidadania</i>	Global
<i>Direitos e deveres</i>	Foco nas responsabilidades Responsabilidade em agir perante a urgência climática e em mitigar emissões, notavelmente por parte dos cidadãos dos países industrializados
<i>Natureza da ação</i>	Ação adquire um carácter imperativo, devido à premência do problema e à existência de uma dimensão de obrigação moral
<i>Raio de ação</i>	Extensivo, focando aspetos estruturais e não apenas a vertente ambiental
<i>Motivação para a ação</i>	Ultrapassar a ameaça existencial representada pela crise climática Salvaguardar as gerações futuras e o bem-estar de todos os seres vivos Garantir a equidade entre Norte e Sul Global Respeitar as metas de emissões de CO ₂
<i>Papel do cidadão</i>	Ativo
<i>Virtudes</i>	Sentido de justiça, preocupação com o bem-estar de todos os seres humanos e com o meio ambiente Agência e autonomia

Para avaliar e traduzir visualmente a relação entre os vários elementos constitutivos do tipo de cidadania construído no discurso de GT foi também realizada uma análise de correspondências múltiplas (ACM) (Carvalho, 2008). Após examinar os significados construídos e mobilizados no discurso da ativista através da componente central da análise qualitativa, esta análise de cariz quantitativo permite sistematizar e interrelacionar categorias e assim obter uma visão de conjunto.

Para a ACM foi construída uma base de dados onde foram atribuídos códigos numéricos às categorias identificadas através da análise qualitativa dos vários elementos constitutivos da cidadania ambiental. No procedimento foram imputados como variáveis os elementos da cidadania ambiental que apresentam maior variabilidade dentro do discurso: direitos e responsabilidades do cidadão

ambiental; argumentos ou motivações para a ação; natureza da ação; raio da ação e virtudes do cidadão ambiental.⁶

Quadro 5.7 - Medidas de discriminação, por variável, por dimensão

	Dimensão 1	Dimensão 2
Natureza da ação	0.952	0.020
Virtudes	0.994	0.143
Direitos e deveres	0.303	1.215
Raio de ação	0.076	0.364
Motivação para a ação	0.895	1.257

A Figura 5.3 apresenta a projeção gráfica da solução obtida quando retidas as duas primeiras dimensões, as quais são responsáveis por 35% da variância total (valor próprio da 1ª dimensão = 3.22; valor próprio da 2ª dimensão = 3). As medidas de discriminação são representadas no Quadro 5.7.

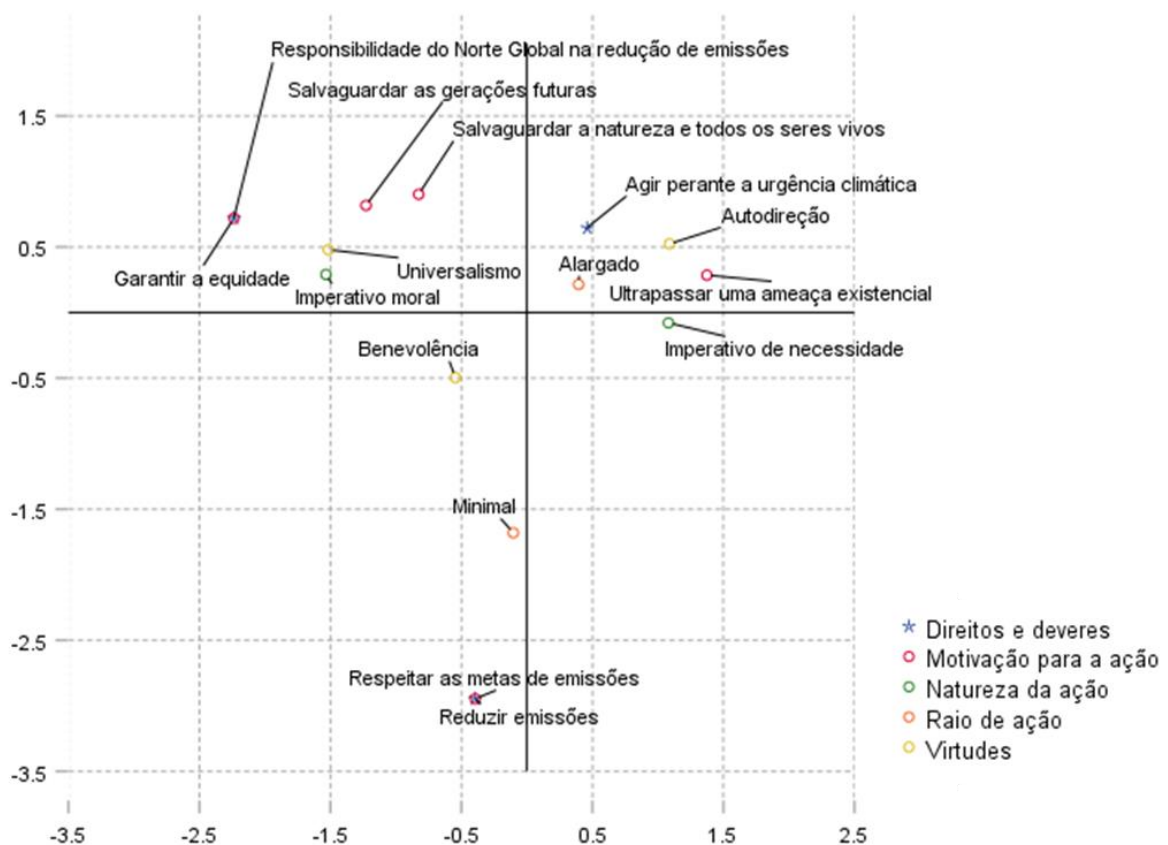


Figura 5.2 - Projeção das duas primeiras dimensões do procedimento ACM

⁶ As tabelas de frequências das variáveis de input podem ser consultadas no anexo B.

A observação do 1º quadrante do plano mostra que a prática da cidadania climática é enquadrada em várias instâncias do discurso como uma obrigação moral em relação às gerações futuras e dos habitantes dos países industrializados em relação à população dos países não industrializados, bem como enquanto um dever dos indivíduos em contribuir para a preservação da natureza e para o bem-estar de todos os seres vivos. Ao mobilizar este tipo de representação da ação climática, a ativista procura apelar a um conjunto de valores e virtudes identificadas com o “universalismo” (Schwartz, 1992), visando sensibilizar uma audiência com sentido de justiça, que valoriza a igualdade e a preservação do meio ambiente e que possui uma preocupação com contribuir para o bem comum.

Já no 2º quadrante podemos constatar que GT também argumenta a favor da ação perante a urgência climática ao sublinhar que esta constitui uma ameaça existencial que urge ultrapassar. Antevendo os impactos gravosos das alterações climáticas sobre o bem-estar humano e o curto prazo para a implementação de uma resposta, esta ação deve ter uma ambição alargada, isto é, estar orientada para gerar mudanças que atendam às causas estruturais do problema.

Por último, como vemos através do 3º quadrante, apesar de GT enquadrar as alterações climáticas principalmente como uma questão de justiça e como uma emergência que exige ação contundente, é também expressa a ideia de que é necessário reduzir emissões e cumprir as metas de CO₂ definidas pelo IPCC, com vista a alcançar a neutralidade carbónica. Esta menção à responsabilidade em contribuir para o cumprimento das metas de emissões está relacionada com os significados veiculados pelo “themata” *conhecimento/ignorância*, que compreende momentos do discurso onde a ativista procura denotar a importância dos factos científicos como orientação na tomada de decisão e encetar uma crítica ao demonstrar que o critério científico que legitima o sistema internacional de governança do clima não tem vindo a ser respeitado pelos líderes estatais que nele participam.

Em suma:

Relativamente ao objetivo 1, isto é, à análise dos “themata”, foi possível identificar 4 “themata” principais – *ação/inação, conhecimento/ignorância, responsáveis/vítimas, business as usual/mudança sistémica* – que em conjunto expressam uma crítica a diferentes aspetos do paradigma que subjaz atualmente a governança global da questão climática. Estes 4 “themata” são complementados por 3 outros menos incidentes – *elites/público, pessimismo/otimismo, moral/imoral*.

No que diz respeito ao objetivo 2, que visava a análise do modo de representação de diferentes atores no discurso, concluímos que o discurso de GT representa as elites políticas e económicas como um grupo pouco afável e pouco competente, mas valoriza as crianças e jovens e o público na dimensão da competência e, embora de forma menos evidente, também na da afabilidade. Esta forma de representação de cada grupo é interpretada, em associação com os significados veiculados pelos

“themata”, como traduzindo uma imagem das gerações jovens e da sociedade civil como os protagonistas da mudança necessária para ultrapassar a crise climática, além de enquadrar as elites como responsáveis pelo cenário de inação que possibilitou o agravamento deste risco ambiental.

Relativamente ao objetivo 2, a análise da construção da cidadania ambiental no discurso de GT permitiu concluir que a concepção de cidadania presente na mensagem da ativista enfatiza a ação na esfera pública, de um indivíduo que atua enquanto cidadão e assume um papel ativo na promoção de uma resposta à crise climática que passa por abordar as suas causas sistémicas.

Capítulo 6 – Análise de entrevistas com jovens ativistas climáticos

6.1 Análise de entrevistas com jovens ativistas: sumário dos objetivos e enquadramento

Partindo dos resultados da análise dos discursos públicos de GT, procedemos, numa segunda etapa analítica, à análise de entrevistas conduzidas com jovens ativistas climáticos portugueses. Esta análise visa aumentar a abrangência e diversidade das vozes juvenis analisadas, bem como validar e aprofundar as conclusões relativas ao tipo de cidadania ambiental construído no discurso de GT, uma vez que as entrevistas são um formato de discurso que se presta melhor à identificação de nuances e aspetos particulares, mais difíceis de transparecer em enunciações públicas de tempo limitado que obrigam por vezes a um discurso sintético.

Neste contexto, a análise das entrevistas tem como objetivo: compreender a forma como os jovens ativistas entrevistados constroem a relação entre ação climática e a ação do cidadão por forma a entender se essa perspetiva coincide ou diverge do tipo de cidadania ambiental subjacente ao discurso de GT.

6.2 Participantes

Foram conduzidas entrevistas individuais com jovens portugueses (n=16) envolvidos no movimento pela ação climática em Portugal e que iniciaram esse seu envolvimento na sequência da onda global de mobilizações pelo clima que teve início em 2018 e se expandiu ao longo de 2019. Os jovens pertenciam a dois movimentos de ação e justiça climática – Greve Climática Estudantil (n=14); Extinction Rebellion (n=2).

Entre os entrevistados contavam-se jovens que levam a cabo o seu ativismo em diferentes regiões do país. As suas idades variaram entre os 17 e os 28 anos (média = 21 anos) e todos eram estudantes, frequentando o ensino secundário (n=5) ou o ensino superior, ao nível da licenciatura (n=7) e mestrado (n=4). 13 participantes eram do sexo feminino e 3 do sexo masculino.

O processo de recrutamento dos entrevistados seguiu o método de amostragem por bola de neve: foi perguntado a cada entrevistado se este se sentia confortável em identificar um outro jovem envolvido no movimento que pudesse ser contactado para averiguar do seu interesse e disponibilidade em participar no estudo.

Todas as entrevistas foram realizadas online, através de videochamada, devido à situação de pandemia da Covid-19 atravessada durante o período de realização das entrevistas. As entrevistas, semiestruturadas e com perguntas de resposta aberta, duraram em média 45 minutos. Com o consentimento escrito dos participantes ou dos seus encarregados de educação (caso aplicado apenas aos entrevistados com 17 anos de idade), o áudio das entrevistas foi gravado e posteriormente transcrito.

6.3 Métodos

Nas entrevistas foi pedido aos participantes que contassem a história do seu interesse pela causa climática e envolvimento no movimento pela ação climática e que partilhassem o que significava para si ser ativista climático. Os jovens foram também questionados acerca da sua perspetiva sobre o papel de GT no recente ímpeto na mobilização pelo clima e convidados a partilhar a sua imagem de uma sociedade ideal – com particular enfoque na questão da sustentabilidade – e as suas ideias acerca da ação necessária para caminhar no sentido desse ideal e sobre quem seriam os atores dessa mudança. Foi ainda pedido que partilhassem a sua visão do papel desempenhado pelo movimento a que pertenciam no contexto dessa mudança e no quadro da ação climática.

Relativamente à análise, e para atender ao objetivo supracitado, foram concretizados 3 passos:

(1) foram identificados nas transcrições todos os extratos que discutiam as alterações climáticas, a ação perante o problema e a questão da mudança social e que remetiam ou se relacionavam de forma implícita ou explícita com os elementos constitutivos da cidadania ambiental;

(2) procedeu-se à análise dos extratos orientada por 6 das categorias aplicadas à análise do tipo de cidadania ambiental construído no discurso de GT (ver Quadro 5.1) – a) esfera de ação; b) responsabilidades do cidadão; c) locus da cidadania; d) raio de ação; e) papel do cidadão; f) virtudes da cidadania – e uma última categoria adicional – g) cidadania como prática partilhada;

(3) procedeu-se à seleção dos extratos mais representativos das orientações dos entrevistados relativamente a cada categoria, que apresentamos e discutimos abaixo.

6.4 Análise

a) Esfera de ação

Um dos elementos centrais que permite diferenciar as diferentes abordagens à cidadania ambiental e que simultaneamente permite também distinguir entre diferentes abordagens às questões da sustentabilidade, diz respeito à esfera de ação ou tipo de atuação que é privilegiado na forma como são pensadas as estratégias para a resolução dos problemas ambientais. Como já foi discutido, as abordagens alinhadas com uma perspetiva de “sustentabilidade fraca” focam a mudança de comportamentos e a alteração de estilos de vida e hábitos de consumo como a principal resposta para a crise ecológica (Castro et al., 2016; Uzzell & Rathzel, 2009). À luz da teoria sobre a cidadania ambiental, estes entendimentos correspondem a uma ênfase em práticas pertencentes ao domínio privado e a uma orientação relativamente aos indivíduos que os perspetiva fundamentalmente como “citizen-consumers” (Barr et al., 2011). Em contraposição, outras perspetivas enfatizam a atuação dos

indivíduos na esfera pública e a ação coletiva (Kenis, 2016), enquanto caminho para alterar não só o paradigma de consumo, mas também o de produção (Uzzell & Rathzel, 2009).

As perspectivas dos jovens ativistas entrevistados aproximam-se mais desta segunda abordagem, uma vez que defendem maioritariamente a insuficiência da ação individual na esfera privada, destacando a importância da atuação na esfera pública. Apenas em duas entrevistas é possível assinalar perspectivas com estrito enfoque na consciencialização para a alteração de estilos de vida e hábitos do quotidiano. Os dois extratos abaixo traduzem assim a perspectiva predominante entre os entrevistados, isto é, o argumento de que *a ação na esfera privada é insuficiente e de que é crucial a mobilização na esfera pública*:

“Eu tinha (...) aquela ideia que devemos reciclar e tudo mais, mas apercebi-me que isso não chega e isso não faz grande mudança, não é nada próximo daquilo que nós precisamos. E comecei a investigar, não só em relação à questão climática, e cheguei à conclusão de que nós podemos e devemos promover as medidas individuais, por exemplo, da reciclagem e de poupar e tentar ter um consumo mais amigo do ambiente, mas que a grande mudança não vem daí. Que para a grande mudança é preciso um movimento de massas na rua, com pessoas a protestar e a pedir ações dos governos e das empresas, para que as coisas mudem de facto.” (E14)

“Isto aqui, primeiro, não vai lá com atos individuais. Isto tem de ser uma ação coletiva, a nível empresarial, industrial, para que haja realmente diferença. Porque não é coerente nós continuarmos a ter ou termos ações individuais quando a nível coletivo e a nível político não há equilíbrio.” (E8)

Como é dado a entender no primeiro extrato, a ênfase na ação coletiva não se traduz numa rejeição do papel da ação individual. Considerando a presença desta ideia de que a ação coletiva e individual podem ser conjugadas, outro aspeto significativo é o facto de que quando referem as mudanças no consumo e no quotidiano como parte das soluções para a crise climática os jovens perspectivam esta atuação de uma forma que nos remete para a ideia de que as rotinas e decisões do dia-a-dia podem ser também um exercício político (Pickard, 2019a). Tal prende-se com o facto desta alteração de comportamentos ser enquadrada como uma decisão informada e consciente, ligada ao reconhecimento do impacto que certos atos individuais têm sobre outros (outros seres humanos e outros seres vivos), conforme ilustra o extrato infra. Para Dobson (2003) é precisamente esta ideia de que as escolhas individuais podem ter consequências que transcendem o próprio indivíduo que leva a que estas adquiram uma dimensão política.

“Mas, para mim, o que tornaria a sociedade num sítio ideal para se viver, era que cada pessoa tivesse consciência dos seus atos, de o que é que isso ia ter, das repercussões que ia ter no ambiente e nas pessoas ao redor e tomar todas as ações que estivessem ao seu alcance para mitigar essas [repercussões].” (E2)

b) Responsabilidades do cidadão

Conforme Gabrielson (2008) denota na sua revisão das diferentes abordagens à cidadania ambiental e como mencionado no ponto 4.1 do capítulo 4, a opção por um foco no dever individual ou na responsabilidade coletiva é um contraste que muitas vezes diferencia as concepções de cidadania ambiental propaladas por diferentes atores. Relativamente a este aspeto, em linha com o foco prevalente na ação coletiva, os jovens ativistas *rejeitam as lógicas que individualizam a responsabilidade em agir perante a crise climática e identificam-na como um problema coletivo* (Melo-Escrihela, 2008), noções exemplificadas nos dois extratos infra:

“E, portanto, é combater bastante esse *greenwashing*, que é um atraso enorme ao movimento e à consciencialização das pessoas que acham...e não é por mal, porque as pessoas, é-lhes posta a culpa em cima e elas, como se sentem culpadas disso... É assim, todos tempos culpa, não é? Mas é a tal coisa, uma parte muito pequenina dessa culpa. E elas, em vez de tentarem participar no movimento organizadas e fazer essa pressão, ficam a sentir-se culpadas e pensam “Bem, se calhar, eu devia era mudar os meus próprios hábitos.” E devem, e devem! Mas, lá está, não chega.” (E14)

“E se os jovens conseguiram fazer isto até agora, se houver uma união intergeracional então nós vamos conseguir, eu acredito que nós vamos conseguir, ser ouvidos e fazer com que as nossas reivindicações sejam aceites e mudar mesmo o paradigma, porque é isso que nós precisamos. E mostrar que não são só ações individuais, como as que nós somos ensinados muitas vezes, mas para problemas sistémicos são necessárias soluções que são sistémicas. (...) Não é com soluções normais que nós vamos conseguir combater as alterações climáticas, tem que ser com soluções fora da caixa, com criatividade e acho que isso só vai ser atingido se nós conseguirmos (...) mostrar a todos que isto é um problema de todos e que só vai mudar se todos nós contribuirmos para isso.” (E11)

Apesar desta ideia de que tanto o problema como a solução dizem respeito a todos, os jovens ativistas denotam, tal como GT, os diferenciais de responsabilidade associados ao peso das emissões geradas pelos países industrializados e à preponderância da produção enquanto fonte de CO₂:

“E sim, acho que é muito nesta ideia de garantir que as pessoas mais vulneráveis, nomeadamente o Sul Global e as pessoas que são exploradas por este pós-colonialismo, vou dizer assim, que elas também têm de ter uma vida digna e que as pessoas que são responsáveis pela grande parte da emissão de gases de efeito estufa é que deviam ser responsáveis por mudar o panorama global. Porque eu posso mudar algumas coisas no meu dia-a-dia, mas se uma pessoa que está a enriquecer à custa da crise climática e continua a explorar combustíveis fósseis ou a indústria da moda não mudar aquilo que ela faz, a minha mudança é insignificante. (...) Acho que os países ao nível do Norte Global têm uma responsabilidade histórica em ajudar os países, vou dizer, menos industrializados a conseguirem sobreviver às catástrofes que aí vêm e pronto, acho que é isto.” (E10)

A referência a estas questões transparece um enquadramento das alterações climáticas não só como um problema de justiça intergeracional, uma preocupação muito focada no discurso de GT, mas sobretudo intrageracional. A referência às questões da desigualdade social e da equidade entre países

industrializados e não industrializados acaba por ser mais referenciada nas entrevistas do que a vertente da justiça intergeracional, o que denota o carácter abrangente das preocupações sociais e políticas destes jovens (Holmberg & Alvinus, 2020; McKnight, 2020). Alguns dos ativistas deixam claro esta ideia quando mencionam que a sua mobilização pela justiça climática “não é só pelo clima” (E16) e que “não significa coisas relacionadas apenas com o clima, significa justiça social” (E9), o passa também “pela justiça de género, passa pela justiça racial e ética” (E15).

Em linha com este foco nas questões de justiça, principalmente com a dimensão da equidade entre países, é identificável nas entrevistas um tipo de responsabilidade não territorial e com um carácter de não reciprocidade, semelhante ao que está subjacente à abordagem da cidadania ecológica (Dobson, 2003).

c) Locus da cidadania

Ligado à emergência no discurso da responsabilidade não territorial acima referida, também importa discutir o *locus* da ação do cidadão. Decorrendo da própria natureza do risco e suas causas e consequências, os jovens *reconhecem as alterações climáticas como “uma questão global”* (E14) e que exige, portanto, “soluções que sejam mais complexas, mais profundas, que abranjam mais do que um país” (E11). Simultaneamente, vários entrevistados referem a importância da ação a nível local e nacional, até porque “cada país tem os seus ecossistemas, cada país tem as suas peculiaridades e até mesmo cada município.” (E4). É, no entanto, importante notar que os jovens ativistas rejeitam uma perspetiva sobre as soluções para a crise climática que concebe de forma completamente separada a ação nas diferentes escalas geográficas, partilhando o *reconhecimento de que a natureza do risco das alterações climáticas exige uma ação coordenada, “uma combinação, um equilíbrio entre as duas dimensões, local e global”* (E15).

d) Raio de ação

Outro elemento central na distinção entre diferentes perspetivas sobre a cidadania ambiental é, de acordo com Barry (2006), o raio ou o propósito das ações que visam contribuir para a resolução dos problemas ambientais. No caso dos jovens entrevistados *o foco é colocado maioritariamente na necessidade de uma mudança estrutural*, em linha com uma perspetiva de “sustentabilidade forte” (Castro et al., 2016; Uzzell & Rätzzel, 2009) ou uma perspetiva extensiva da cidadania ambiental (Barry, 2006). Tal implica “alterar o paradigma tanto na alimentação, como na produção, como no transporte, como na energia e tudo o que vem por aí” (E9), mas também “repensar a nossa relação com a natureza, com os outros seres vivos e ecossistemas e, por outro lado, repensar a nossa relação entre nós próprios enquanto seres humanos” (E15). Desta forma, as alterações climáticas são encaradas não apenas como

um problema ambiental, mas como um desafio societal mais vasto. O extrato infra expressa precisamente essa ideia:

“Eu, quanto mais penso nisto, mais acho que a solução é... O processo tem sido: há certos problemas pequeninos, individuais, sei lá... O que é que se vai fazer ao lixo, o que é que se vai fazer aos resíduos urbanos? (...) Ou seja, há muitos problemas, mas isso tudo depois tem um grande problema, que é... Sei lá, a forma como nós socialmente... quer dizer, interagimos com a natureza e mesmo com nós próprios, percebes? E isso já uma coisa cultural muito enraizada e muito difícil de mudar. E isso já... E depois isso já tem repercussões na educação, no sistema político, no sistema económico e produtivo. É um problema tão grande (...)Eu acho que tinha que se mudar mesmo o mundo ao contrário.” (E6)

Importa, no entanto, notar que entre os jovens o foco na mudança de sistema não é completamente unânime, já que um dos entrevistados refere que este tipo de mensagem pode ter efeitos contraproducentes na atração dos indivíduos para a causa.

e) Papel do cidadão

Relativamente ao papel do cidadão, Barry (2006) define um contínuo entre uma conceção passiva ou ativa da cidadania, correspondendo a primeira a uma visão de um cidadão que é um sujeito passivo que goza de certos direitos e a segunda a um ator que pratica alguma ação ou desempenha uma função. As perspetivas expressas pelos jovens aproximam-se desta segunda conceção, já que remetem sobretudo para *um cidadão que participa, reivindica e se mobiliza*.

Como referimos acima, os entrevistados focam a ação coletiva, perspetivando os indivíduos como atores políticos. Esta ideia é expressa explicitamente por um dos ativistas ao referir “todos somos sujeitos políticos” (E14), mas está sobretudo patente em várias menções ao poder e capacidade de influência da população:

“Por exemplo, as pessoas, eu acho que em Portugal, as pessoas desacreditam muito no poder que a população tem. Não percebem que a pressão...a pressão popular, a pressão da população gera mudanças no sistema...no governo, no sistema legislativo, etc. E se uma população estiver informada, é muito mais fácil fazer pressão sobre os órgãos” (E2)

No quadro deste entendimento, os entrevistados atribuem aos cidadãos um papel ativo na geração de mudança, destacando a necessidade de os membros do público resistirem à inércia das instituições, atuando e reivindicando na esfera pública. Os dois extratos infra expressam esta importância atribuída pelos jovens ao impulso de mudança oriundo da sociedade civil:

“Penso que essa pressão [popular] é necessária, fundamental mesmo, na minha opinião, porque já se viu durante estes anos todos que quando não há essa pressão as soluções teimam em não querer chegar (...) e a partir do momento em que há essa pressão nota-se que as coisas têm de se fazer agora. Traz esse carácter de urgência, de que eu falava atrás. Eu acho que esse carácter de urgência vem vindo, vem mais depressa dos movimentos

debaixo para cima do que de cima para baixo, porque nós sabemos que há muitas dinâmicas de poder muito fortes que contrariam assim uma mudança rápida e eficaz. Por isso que acho que vai ter haver uma pressão civil muito grande da base para essa mudança acontecer, mas tem de ser uma coisa coordenada porque se as instituições, ou melhor, também está nas mãos deles fazer essas mudanças.” (E7)

“A consciencialização e a mobilização das pessoas, porque como também já disse, obviamente que isto... ou seja, quando falamos em tirar o setor energético da mão de grandes empresas, isto tem muito dinheiro envolvido, não é? E mais uma vez, a história é o grande professor ou a grande professora ou o que nos dá as grandes lições para nós percebermos como é que aconteceu no passado e como é que pode acontecer no futuro. E, sinceramente, só as pessoas organizadas e conscientes em torno de um programa é que conseguem colocar nas ruas, mobilizando-se, o seu programa em defesa dos seus próprios interesses (...)” (E12)

Subjacente a este foco na iniciativa cidadã, está a ideia de que os indivíduos não se limitam a encetar esforços para reduzir emissões em resposta a diretivas ou incentivos das instituições, mas agem para além disso. Um dos elementos dessa ação é, conforme ilustram os extratos acima, o protesto e a mobilização popular como forma de exigir ação aos representantes políticos. Por outro lado, é também visível no discurso dos jovens ativistas que o papel ativo dos cidadãos também inclui uma dimensão de participação na conceção e construção de alternativas para uma sociedade mais sustentável, através do seu envolvimento ativo nos processos de tomada de decisão coletiva:

“E pronto, só para responder muito rápido a uma sociedade ideal seria uma sociedade completamente democrática e quando digo democrática não é pôr o papinho e votar no partido a cada quatro anos, é toda a gente participar diretamente, diariamente na tomada de decisão de tudo o que nos afeta. (...) Uma geração inteira que nunca viu nada deste estilo sair à rua e tomar essas medidas pelas próprias mãos é um primeiro passo excelente e vai ter de ser um exemplo do que nós precisamos enquanto sociedade, que é uma participação muito ativa de toda a sociedade para que nós não percamos a democracia, a pouca democracia que temos, para certas pessoas que já a querem ameaçar, e que consigamos aprofundá-la muito mais em todos os aspetos da vida para que nós consigamos fazer de facto uma mudança, especialmente a nível ambiental porque, pronto, é a mais urgente neste momento.” (E14)

f) Virtudes da cidadania

No campo dos estudos sobre a cidadania ambiental um dos aspetos que permite distinguir entre contributos é o facto de algumas abordagens ao conceito serem informadas pelo modelo de cidadania liberal e outras pela tradição do republicanismo clássico. Estas duas perspetivas diferenciam-se de várias formas, sendo uma delas o facto de a segunda atribuir uma maior ênfase ao papel das virtudes na orientação da ação dos indivíduos (Gabrielson, 2008). *Analisando a forma como os jovens ativistas imaginam uma sociedade ideal e a ação necessária para caminhar no sentido dessa visão compreendemos que a mudança implicada inclui uma dimensão valorativa, no sentido em que existem certos valores que lhe devem estar subjacentes.*

Ao imaginar uma sociedade ideal os jovens referem um conjunto de questões concretas que é necessário alterar na sociedade, como por exemplo: “era preciso destruir toda a indústria fóssil e assentar em indústrias renováveis esta produção de energia” (E1), “temos mesmo que repensar a maneira como nós organizamos todo esse sistema alimentar” (E11), “reconverter os trabalhadores que estavam nas empresas poluentes e fazer empregos dignos, justos e não precários” (E9). Está também muito presente a ideia de que a informação e o conhecimento são a chave para a ação:

“(…) primeiramente é importante as pessoas terem noção do problema (...) nós temos de ser muito claros, muito eficazes neste discurso de consciencializar as pessoas. (...) Posteriormente, quando já houver esta consciência, esta lucidez quanto aos problemas que podemos enfrentar, a partir desse momento podemos começar então a agir de forma informada, porque toda a gente vai estar a par do que realmente está a acontecer e vamos todos caminhar como humanidade para o mesmo sentido, ao contrário do que está a acontecer neste momento, pronto.” (E4)

Não obstante, além destes aspetos, ao apresentar a sua visão da mudança necessária para ultrapassar a crise climática os jovens referem a necessidade de repensar os valores que regem as relações entre seres humanos e do ser humano com a natureza, referenciando virtudes como “o respeito pelo Planeta e por nós e por nós uns pelos outros” (E3), o sentido de justiça ou a “união e cooperação” (E11). Esta ideia do lugar dos valores no quadro de mudança é denotada nos extratos infra:

“Nós não precisamos de uma sociedade nova. Precisamos de uma sociedade que compreende os valores e que compreende as outras pessoas. Portanto se calhar é um bocadinho a outra resposta sobre como ter uma sociedade ideal: acima de tudo precisamos de nos respeitar e precisamos de compreender o nosso lugar neste ciclo e nesta interação entre humanos. Entre humanos, entre plantas, entre animais.” (E3)

“As pessoas que estão à frente dos movimentos e que estão a liderar esta mudança acho que são pessoas que têm solidariedade e que têm empatia, principalmente, e que alguma vez sentiram na pele, se calhar não especificamente os efeitos das alterações climáticas, mas possivelmente algum outro tipo de problema que fez ter essa afetividade.” (E5)

Assim, é possível concluir que a abordagem dos jovens ativistas entrevistados à ação climática não tem um foco restrito na ciência ou no conhecimento teórico como base para a ação, sendo também atribuída à dimensão dos valores um papel importante no direcionamento da mudança, além de ser valorizada a intervenção do cidadão comum, em linha com o papel ativo que lhe é atribuído e com a visão inclusiva da cidadania que abordaremos já de seguida.

g) Cidadania como prática partilhada

Ao analisar os domínios da prática da cidadania, Viherala (2017) também reflete sobre o tipo de ator que surge no contexto de um enfoque na ação na esfera privada ou pública, distinguindo entre um

indivíduo que altera comportamentos sozinho no seu domínio privado e um indivíduo que age na esfera pública em conjunto com outros (p.350). Deste ponto de vista, está patente no discurso dos entrevistados uma *visão do exercício da cidadania como prática partilhada, no sentido em que os indivíduos agem coletivamente, cooperando entre si para ultrapassar uma ameaça comum:*

“(...) é a tal coisa nós não somos seres humanos perfeitos porque lutamos por isto [ação climática], nós fazemos falhas, (...) mas nós temos força para tentar mudar e para tentarmos melhorar, uns com os outros, porque nós não vamos fazer nada sozinhos, nós não vivemos sozinhos no mundo.” (E3)

Face à relevância atribuída pelos entrevistados à ação coletiva e à atuação conjunta da comunidade como fonte de mudança, importa refletir sobre *quem é este ator coletivo*. O coletivo é genericamente descrito como incluindo “*todos nós*” (E1), no entanto, esta visão englobante não exclui o reconhecimento da diversidade e da necessidade de “*chegar a esses diferentes públicos*” (E14). Assim, o coletivo que os jovens ativistas constroem não é composto apenas pela população jovem, mas sim por pessoas de todas as gerações:

“Toda a gente se tem que rever nesta luta, porque não é algo que diga só aos jovens, não é algo que afete só os jovens, isto afeta-nos a todos.” (E11).

Este coletivo é pensado de uma forma inclusiva, no sentido em que extravasa os círculos da ciência, do ambientalismo e do ativismo, abrangendo pessoas com diferentes tipos de conhecimento e diferentes experiências, mas também no sentido em que deve incluir todos as franjas sociais, sem excluir os grupos mais vulneráveis:

“As pessoas das classes mais pobres não têm tempo nem acesso a essas coisas. E nós temos de desenvolver formas de chegar até elas, para não lhes falharmos. Porque especialmente as pessoas mais pobres vão ser as primeiras a sofrer com as alterações climáticas. Ou já estão a sofrê-las em muitos países.” (E14)

“O impacto que a Greta teve foi inegável. (...) Podemos quase olhar assim para trás e dizer que ela teve um impacto até a esse nível (...) ela transformou o assunto num assunto mainstream. Uma coisa que antes estava quase reservada à academia e a círculos ativistas que também às vezes são um bocado fechados dentro de si e ela tornou realmente isto num assunto que é discutido desde a Assembleia das Nações Unidas até às mesas de jantar e aos recreios, e às salas de aula, e às câmaras municipais e em todo lado por este mundo fora.” (E7)

Em suma:

Através da análise das entrevistas concluímos que as perspetivas dos jovens ativistas entrevistados coincidem com a visão de cidadania ambiental construído no discurso de GT, aprofundando-a em 4 aspetos principais.

Primeiro, como GT, os entrevistados focam sobretudo a ação coletiva na esfera pública, mas adicionalmente foi possível entender que os jovens ativistas avaliam a ação individual na esfera privada como uma medida insuficiente e pouco eficaz para responder às alterações climáticas, embora não a rejeitem por completo. Por outro lado, quando referem este tipo de ação, os jovens perspetivam a alteração de comportamentos individuais de uma forma que a dota de uma dimensão política.

Segundo, entendemos com as entrevistas quem integra o coletivo que os jovens ativistas, como GT, imaginam a cooperar para solucionar a crise climática: encontramos um coletivo que é pensado de forma inclusiva, incluindo todas as gerações, franjas sociais e pessoas de vários círculos sociais.

Em terceiro lugar, à semelhança do discurso de GT, nas entrevistas é atribuído ao cidadão um papel social ativo, sendo que é possível identificar que para os jovens essa atuação inclui o protesto e reivindicação, mas também a participação ativa nos processos de tomada de decisão coletiva.

Como quarto aspeto, na maioria das entrevistas o caminho que os jovens perspetivam para a construção da sua visão de uma sociedade ideal implica uma mudança social estrutural, que contempla não só solucionar questões concretas e uma ação climática alinhada com a ciência, mas também repensar os valores que regem as relações entre seres humanos e do ser humano com a natureza.

Capítulo 7 – Discussão

O presente estudo adota como foco de análise o discurso do ativismo climático jovem, visando contribuir para uma melhor compreensão da perspectiva que o ímpeto na mobilização juvenil em torno da causa climática registado em 2018 e 2019 introduz no debate em torno das alterações climáticas.

Neste contexto, realizámos, numa (1) *primeira etapa analítica*, uma análise do discurso de GT guiada por 3 objetivos. Atendendo a que se pretendia iluminar os aspetos distintivos do discurso, foi definido o *objetivo (1.a): identificar os significados que estruturam a mensagem da ativista e os principais argumentos que lhes estão associados*. Para o efeito, foi realizada uma análise temática dos 25 discursos coligidos com recurso à ferramenta dos “themata”, um conceito desenvolvido no âmbito da Teoria das Representações Sociais, da Psicologia Social, que se refere às ideias chave em torno das quais são construídas as representações que os indivíduos mobilizam no decorrer das suas práticas comunicativas (Castro & Gomes, 2005; Liu, 2004). A análise permitiu concluir que os discursos de GT são estruturados por 7 “themata”: 4 “themata” principais – *ação/inação, conhecimento/ignorância, responsáveis/vítimas, business as usual/mudança sistémica* – complementados por 3 menos incidentes – *elites/público, pessimismo/otimismo, moral/imoral*.

O “themata” *ação/inação* é o mais importante no discursos de GT e é usado para apelar à urgência de uma resposta contundente para a crise climática e, por outro lado, para denunciar a inação que a ativista considera que vigora face ao problema. A sua centralidade confirma que o problema em relação ao qual GT dirige a sua resistência é a inação face à crise climática e não o fenómeno das alterações climáticas em si mesmo (Holmberg & Alvinus, 2020; Kvamme, 2019; Murray, 2020), um risco já amplamente reconhecido (Fagan & Huang, 2019).

Por sua vez, o “themata” *conhecimento/ignorância* desenha um argumento que aborda a discordância entre as conclusões da ciência e a atual resposta às alterações climáticas e um apelo a uma ação alinhada com a evidência científica. Este “themata” é também marcado pela referência a dados científicos e aos cenários do IPCC, que são mobilizados pela ativista para legitimar as suas reivindicações. Este discurso científico e a sua função de legitimação dos argumentos apresentados são aspetos do discurso também identificados por Murray (2020), Vavilov (2019) e Putkonen (2019).

Com o “themata” *responsáveis/vítimas* a ativista responsabiliza as gerações mais velhas, os líderes políticos, os representantes das grandes empresas, os media e, de forma mais geral, a população dos países industrializados por uma atitude de inércia que permitiu o contínuo agravamento da situação climática e identifica as vítimas dessa negligência. As vítimas são as crianças, jovens e gerações futuras, e também a natureza e todos os seres vivos. Esta quadro que é traçado entre “responsáveis” e “vítimas” está alinhado com as conclusões de contributos anteriores: a presença no discurso da ideia de um conflito intergeracional, com a responsabilização das gerações mais velhas, mas onde os

principais alvos de resistência são os ocupantes de posições de poder ou influência (Han & Ahn, 2020; Holmberg & Alvinus, 2020; Kvamme, 2019; Murray, 2020; Putkonen, 2019; Vavilov, 2019); o enquadramento da crise climática como uma questão de justiça intergeracional, mas também de justiça intrageracional e de respeito pela natureza (Kvamme, 2019).

Finalmente, através do “themata” *business as usual/mudança sistémica*, GT opõe uma realidade presente insustentável ao argumento de que é necessária uma mudança sistémica. Em conjunto, os vários “themata” expressam uma crítica a diferentes aspetos do paradigma que subjaz atualmente a governança global da questão climática.

Atendendo às conclusões de contributos anteriores, foi definido o *objetivo (1.b): identificar como são representados no discurso de GT os diferentes atores envolvidos no debate em torno das alterações climáticas do ponto de vista da sua competência e afabilidade*. De facto, outros trabalhos concluíram que o lugar atribuído às crianças e jovens vis-à-vis os outros intervenientes no debate sobre as alterações climáticas é um aspeto distintivo da mensagem de GT (Holmberg & Alvinus, 2020; Kvamme, 2019; Murray, 2020; Putkonen, 2019; Vavilov, 2019) e que importaria por isso analisar.

Para dar resposta ao objetivo (1.b), começámos por identificar os atores mencionados ou representados no discurso para depois analisar a forma como estes são representados do ponto de vista da sua competência e afabilidade, as duas dimensões definidas pelo modelo da Psicologia Social do *stereotype content model* (Fiske, 2015; Fiske et al., 2002, 2007). Concluímos que os significados veiculados pelo discurso de GT constroem uma representação das elites políticas e económicas como um grupo pouco afável e pouco competente. Em oposição, as crianças e jovens e público são valorizados na dimensão da competência e, embora de forma menos evidente, também na da afabilidade. Esta forma de representação de cada um dos grupos, perspetivada em conjunto com os “themata” e os pronomes utilizados na referência aos diferentes atores, confirma a presença de uma retórica “us vs them” (Kvamme, 2019; Murray, 2020; Putkonen, 2019; Vavilov, 2019). Esta retórica opõe as gerações jovens e toda a sociedade civil, representados como atores capazes, às elites, responsabilizadas pelas decisões que permitiram que as alterações climáticas escalassem até a uma situação de emergência (Han & Ahn, 2020; Holmberg & Alvinus, 2020; Murray, 2020).

Assim, no discurso de GT prevalece a ideia de que, perante a inação dos líderes políticos e económicos, serão os membros do público a impulsionar a mudança necessária no quadro da ação climática (Han & Ahn, 2020; Murray, 2020). Tendo em vista este enquadramento do cidadão como agente de mudança, visámos compreender como é definido em concreto esse papel ao realizar uma análise do discurso de GT baseada na abordagem metodológica proposta por Vihersalo (2017) e informada pelos principais aspetos que permitem distinguir as diferentes perspetivas da literatura da cidadania ambiental. Pretendia-se assim atender ao *objetivo (1.c): identificar o tipo de cidadania ambiental subjacente ao discurso de GT e compreender como este se insere no contexto de 3 contrastes*

que permitem distinguir entre as diferentes concepções de cidadania ambiental. Os 3 contrastes são: (1) a opção por um foco na esfera pública ou na esfera privada como local de exercício da cidadania; (2) a ênfase no papel do cidadão como sujeito passivo ou como sujeito ativo; e (3) a distinção entre perspectivas que adotam uma abordagem minimal ou extensiva à resolução dos problemas ambientais (Barry, 2006; Dobson, 2003; Gabrielson, 2008; Melo-Escrihela, 2008; Vihersalo, 2017).

A análise permitiu concluir que o cidadão agente de mudança surge no discurso de GT como um ator ativo na esfera pública, com a jovem ativista a dirigir um apelo que visa sobretudo mobilizar a população para reivindicação através do protesto e da ação coletiva. Atendendo a este foco na ação na esfera pública e à presença de uma visão das alterações climáticas como problema coletivo (Latta, 2007; Melo-Escrihela, 2008), o contributo dos indivíduos para a resolução da crise climática é enquadrado num projeto coletivo, em que os cidadãos cooperam em prol de uma causa comum (Vihersalo, 2017).

GT incita todos os membros do público à adoção de uma atitude de intervenção cívica ativa, enfatizada nos conceitos de cidadania ambiental com raízes no republicanismo clássico (Barry, 2006; Curry, 2001; Gabrielson, 2008). Aqui, como na “sustainability citizenship” de Barry (2006), o cidadão é enquadrado como um motor de mudança e ainda como um veículo de resistência à inação das elites políticas e económicas. Neste quadro, GT apela a um tipo de ação onde os indivíduos não se limitam apenas a cumprir as diretivas das instituições e agem de forma crítica e autónoma, isto é, a um cidadão que apresenta as qualidades associadas à “self-direction” (Schwartz, 1992). O tipo de cidadania ambiental construído no discurso de GT assemelha-se noutro aspeto à concepção extensiva da “sustainability citizenship”: a ativista sustenta a necessidade de solucionar as causas estruturais das alterações climáticas, pelo que procura motivar a audiência a uma ação que tem como propósito mitigar as emissões de CO₂, mas também transformar outros aspetos do funcionamento da sociedade (Barry, 2006; Luque, 2005; Melo-Escrihela, 2008).

Neste contexto, GT foca sobretudo a responsabilidade dos cidadãos em agir perante a urgência climática (Gabrielson, 2008). Esta ação é apresentada no discurso como uma obrigação, devido, por um lado, à premente necessidade de medidas efetivas para ultrapassar a ameaça existencial que as alterações climáticas representam. Simultaneamente, a responsabilidade também é apresentada no discurso como uma obrigação moral em relação às gerações futuras e às populações mais vulneráveis dos países não industrializados, bem como enquanto um dever ético dos indivíduos em contribuir para a preservação da natureza e o bem-estar de todos os seres vivos. Este é um tipo de responsabilidade semelhante ao que caracteriza a “cidadania ecológica” de Dobson (2003) e à identificada em Wolf et al. (2009). Nesta abordagem os deveres do cidadão resultam do reconhecimento das desigualdades inter e intrageracionais associadas à forma como se distribuem no espaço e no tempo as causas e impactos dos problemas ambientais. Assim, ao mobilizar este tipo de representação da ação climática,

a ativista procura apelar a virtudes como o sentido de justiça, a preocupação com o bem comum e o respeito pela natureza. Além do enquadramento das alterações climáticas como uma questão de justiça e sobrevivência, a ativista procura ainda exortar à ação ao abordar a descontinuidade entre as medidas atualmente implementadas e as metas de emissões estabelecidas nos acordos internacionais.

Em suma, e posicionando o tipo de cidadania que o discurso de GT constrói no contexto dos 3 contrastes referidos acima, é possível concluir que a conceção de cidadania presente na mensagem da ativista enfatiza a ação na esfera pública (*contraste 1*), de um indivíduo que atua enquanto cidadão e assume um papel ativo (*contraste 2*) na promoção de uma resposta à crise climática que passa por abordar as suas causas sistémicas (*contraste 3*).

Partindo destes resultados, demos início a uma (2) *segunda etapa analítica*, onde procedemos à análise de entrevistas conduzidas com jovens ativistas climáticos portugueses, com o seguinte objetivo: *compreender se as suas perspetivas sobre a relação entre ação climática e a ação do cidadão coincidem ou divergem do tipo de cidadania ambiental subjacente ao discurso de GT.*

Concluimos que as perspetivas dos jovens ativistas entrevistados coincidem com a visão de cidadania ambiental subjacente ao discurso de GT, aprofundando-a em 4 aspetos principais. Primeiro, tal como GT, os entrevistados focam sobretudo a ação coletiva na esfera pública. No entanto, não sendo identificáveis nos discursos de GT referências isoladas à ação na esfera individual como estratégia de resposta às alterações climáticas, não foi possível avaliar qual é a sua aproximação a este tipo de atuação, para além do que a própria ausência indica. Nas entrevistas é possível compreender que os jovens ativistas consideram a mudança de comportamentos na esfera privada como uma estratégia insuficiente e pouco eficaz para responder à crise climática, mas não a rejeitam por completo. Por outro lado, quando referem este tipo de atuação, os jovens perspetivam a alteração de comportamentos individuais como uma decisão informada ligada ao reconhecimento do impacto que essas escolhas podem ter sobre outros e que adquirem assim, conforme sugerem Dobson (2003) e Pickard (2019a), uma dimensão política.

Segundo, atendendo ao destaque dado por GT e pelos jovens ativistas entrevistados à dimensão coletiva da ação, procurámos analisar quem são os indivíduos ou grupos que fazem parte deste coletivo que trabalha para solucionar a crise climática. Nas entrevistas encontramos um coletivo que é pensado de forma inclusiva, incluindo todas as gerações e franjas sociais e extravasando os círculos da ciência, do ambientalismo e ativismo e da atividade política.

Em terceiro lugar, nas entrevistas verificamos que é atribuído ao cidadão um papel ativo como agente mudança, à semelhança do que acontece na mensagem de GT, sendo que no caso dos jovens entrevistados é possível identificar que essa atuação inclui o protesto e reivindicação, mas também a participação ativa nos processos de tomada de decisão coletiva e na conceção de alternativas para uma sociedade mais sustentável.

Finalmente, como quarto aspeto, na maioria das entrevistas é possível observar que o caminho que os jovens entrevistados perspetivam para a construção da sua visão de uma sociedade ideal implica uma mudança social de tipo estrutural. Ao explicar este caminho, compreendemos que para os jovens essa mudança significa não só solucionar questões concretas, como reformar o sistema energético ou alimentar, e uma ação climática alinhada com as conclusões científicas, mas também repensar os valores que regem as relações entre seres humanos e do ser humano com a natureza, refletindo a dimensão das virtudes da cidadania ambiental.

Comparando o tipo de cidadania ambiental subjacente ao discurso de GT, e que tem reflexo nas perspetivas partilhadas nas entrevistas, com o tipo de cidadania ambiental identificado empiricamente por outros contributos, constatamos que este está próximo da abordagem que Kenis (2016) identifica ao analisar o discurso de dois movimentos ambientalistas *grassroots*. Ambos os movimentos enfatizavam a ação coletiva por parte de indivíduos que atuam como agentes políticos informados e sustentavam uma estratégia de combate às alterações climáticas que pressupõe uma mudança social de tipo estrutural. Por outro lado, o tipo de cidadania ambiental que aqui identificamos contrasta com as conclusões de Vihersalo (2017). A campanha de sensibilização da EU que a autora analisa associa o contributo dos indivíduos para a mitigação de emissões apenas à alteração de hábitos no quotidiano, sem enquadrar a dimensão política que essa ação na esfera privada pode ter. O contraste entre estas duas abordagens à ação climática pode ser associado à distinção central entre a perspetiva da “sustentabilidade forte” – representada no discurso dos dois movimentos ambientalistas analisados por Kenis (2016) – e a perspetiva da “sustentabilidade fraca” (Castro et al., 2016; Uzzell & Rathzel, 2009) – mais alinhada com a mensagem da campanha que é objeto de estudo de Vihersalo (2017).

Procurando posicionar os discursos de GT no quadro desta distinção, concluímos que a sua posição de confronto face aos poderes estabelecidos, a atitude de denúncia da insuficiência da atual resposta às alterações climáticas, a argumentação a favor da necessidade de “alterar as regras” e a representação dos jovens e cidadão comum como os protagonistas da mudança, parecem enquadrá-la entre as perspetivas de “sustentabilidade forte” (Castro et al., 2016; Uzzell & Rathzel, 2009). O tipo de cidadania ambiental que o discurso da ativista ajuda a construir e que tem reflexo nas entrevistas, também aponta no sentido de uma perspetiva de “sustentabilidade forte”, uma vez que a ação dos indivíduos é apresentada como devendo ser orientada sobretudo para impulsionar uma mudança de tipo estrutural, além de que é atribuído ao cidadão um papel político ativo, através do protesto mas também da participação nos processos de tomada de decisão coletiva.

O alinhamento do discurso de GT com uma visão de “sustentabilidade forte” clarifica a dimensão de crítica e resistência associada ao discurso do ativismo climático jovem (Holmberg & Alvinus, 2020; Kvamme, 2019; O’Brien et al., 2018), pois essa perspetiva contrasta com o paradigma atual da governança climática, mais próximo de uma abordagem de “sustentabilidade fraca” (Castro et al.,

2016; Uzzell & Rätzzel, 2009). De acordo com vários autores, este paradigma tende a enquadrar a alteração de comportamentos individuais como principal estratégia para enfrentar as alterações climáticas e gerar mudança social e a enfatizar os impactos ambientais que decorrem do consumo acima dos que estão associados à produção (Bäckstrand & Lövbrand, 2006; Barr et al., 2011; Castro, 2015; Kenis, 2016; C. Taylor, 2013; Uzzell & Rätzzel, 2009).

Realizando uma leitura crítica do discurso de GT, poderá no entanto considerar-se que este potencial de crítica associado à sua mensagem é de certa forma mitigado pelo facto de a ativista recorrer aos cenários e dados do IPCC para suportar a sua posição e argumentos, já que a legitimidade dos atuais mecanismos nacionais e internacionais de combate às alterações climáticas também é sustentada por esse consenso científico (Bäckstrand & Lövbrand, 2006; Evensen, 2019; C. Taylor, 2013). Por outro lado, este aspeto pode ser avaliado como tendo a função de revelar as incongruências do paradigma atual da política climática ao encetar uma crítica que se baseia num dos seus princípios constitutivos, em linha com o que é sugerido por Kvamme (2019) no que diz respeito à recontextualização no discurso de GT dos mesmos valores que estão subjacentes ao Acordo de Paris. Ademais, importa notar que além da mobilização de argumentos associados à dimensão epistémica do debate em torno das alterações climáticas, está também presente no discurso de GT a dimensão valorativa dessa controvérsia, patente, por exemplo, no enquadramento das alterações climáticas como um problema de justiça inter e intrageracional. Também nas entrevistas esta dimensão está presente, já que os jovens ativistas ao abordar a questão da ação climática assinalam claramente o papel dos valores na orientação da mudança necessária para dar resposta à crise climática e valorizam, além do conhecimento científico e especializado, a intervenção e conhecimento do cidadão comum.

Um aspeto que é considerado em análises anteriores como uma limitação no discurso do ativismo climático jovem é o facto de não serem apresentadas propostas de soluções e medidas concretas para dar resposta à crise climática e operacionalizar as exigências feitas (Han & Ahn, 2020; Kvamme, 2019). No entanto, a nossa análise indicia, em linha com o que defende McKnight (2020), que o potencial dos jovens ativistas para atuar como agentes de mudança passa não só pela crítica que dirigem ao paradigma atual da governança das questões do clima, mas também pela promoção de um discurso alternativo, associado a uma certa perspetiva sobre a ação climática, a mudança social e o papel dos cidadãos nesse contexto. Este discurso alternativo, pode ou não incluir propostas relativas a questões concretas que é necessário solucionar (algo que não está presente no discurso de GT, mas surge nas entrevistas com os jovens ativistas portugueses), mas expressa uma visão que abre espaço e imagina a possibilidade de um futuro melhor (McKnight, 2020). Esta dimensão construtiva do discurso do ativismo climático jovem estabelece uma direção para a ação e expressa uma perspetiva específica sobre o caminho a percorrer para criar mudança.

Conclusão

Atendendo à importância do papel dos ativistas enquanto agentes mediadores de significados e à forma como através das suas práticas comunicativas estes promovem diferentes perspetivas sobre a sustentabilidade e a mudança social (Castro et al., 2016) e considerando o destaque assumido pelo ativismo jovem no debate sobre alterações climáticas nos anos de 2018 e 2019 (Han & Ahn, 2020), o presente estudo adota como foco de análise o discurso do ativismo climático jovem.

Neste contexto, e considerando o seu papel enquanto figura icónica do movimento juvenil pela ação climática que surgiu e se disseminou durante 2018 e 2019, realizámos, numa *etapa analítica (1)*, uma análise do discurso de GT orientada por 3 perguntas de partida. Relativamente à pergunta de partida (1.a), concluiu-se que o discurso é estruturado por 7 “themata”, correspondendo a 7 pares de conceitos opostos que organizam os principais argumentos mobilizados pela ativista e que em conjunto expressam uma crítica a diferentes aspetos do atual paradigma da ação climática. Entre os 7 “themata, 4 são principais – *ação/inação, conhecimento/ignorância, responsáveis/vítimas, business as usual/mudança sistémica* – e 3 são complementares, devido à sua menor incidência – *elites/público, pessimismo/otimismo, moral/imoral*. No que diz respeito à pergunta de partida (1.b), constatou-se que o discurso de GT representa as elites políticas e económicas como um grupo pouco afável e pouco competente, mas valoriza as crianças e jovens e o público ao nível da competência. Esta forma de representação de cada grupo denota uma imagem das gerações jovens e da sociedade civil como os protagonistas da mudança necessária para ultrapassar a crise climática e enquadra as elites como responsáveis pelo cenário de inação que possibilitou o agravamento do risco. Relativamente à pergunta de partida (1.c), a análise permitiu apurar que através do tipo de cidadania ambiental que o seu discurso constrói, GT propõe que o cidadão comum assuma um papel ativo na esfera pública com vista a promover uma mudança que vise solucionar os fatores estruturais na base do problema das alterações climáticas.

Partindo destas conclusões, procedemos, numa *etapa analítica (2)*, à análise de entrevistas conduzidas com jovens ativistas climáticos portugueses, através da qual se concluiu que as perspetivas dos entrevistados sobre a ação climática e o papel dos cidadãos nesse contexto coincidem com a visão de cidadania ambiental subjacente ao discurso de GT. Foi igualmente possível aprofundar certos aspetos da forma como os jovens concebem a intervenção dos indivíduos no processo de construção de uma sociedade mais sustentável. Nomeadamente, pudemos compreender que o foco dos participantes na ação coletiva como principal veículo para impulsionar uma mudança no quadro da ação climática passa pela mobilização de um coletivo diverso e inclusivo. Compreendemos igualmente que o papel ativo que os jovens atribuem ao cidadão, inclui não só uma dimensão de protesto e

reivindicação, mas também uma dimensão de participação na conceção de alternativas, através do envolvimento ativo nos processos de tomada de decisão coletiva.

Este entendimento do tipo de cidadania ambiental subjacente ao discurso de GT e dos jovens ativistas entrevistados e a identificação dos aspetos distintivos da mensagem de GT traduz-se num conjunto de contributos.

No que diz respeito à análise do discurso de GT, o presente estudo contribui com uma análise sistemática de um *corpus* alargado de 25 discursos públicos da ativista, adicionando aos contributos anteriores (Holmberg & Alvinus, 2020; Kvamme, 2019; Murray, 2020; Putkonen, 2019; Vavilov, 2019) conclusões que resultam da exploração de um maior número de enunciações da ativista e que assim identificam as ideias centrais que as atravessam e a linha argumentativa que lhes é comum. Como contributo adicional, sugerimos que seria pertinente realizar futuramente uma análise comparativa deste conjunto de enunciações com as comunicações e publicações da ativista nas redes sociais, considerando a sua importância para os movimentos sociais na atualidade (Loader et al., 2014), a que não é exceção o movimento juvenil pela ação climática (Han & Ahn, 2020).

Construímos também sobre análises anteriores do discurso de GT, e do ativismo climático jovem em geral (Han & Ahn, 2020; McKnight, 2020), ao adicionar uma nova perspetiva à literatura através da aplicação de uma abordagem analítica baseada no conceito e na literatura da cidadania ambiental. Esta abordagem permitiu identificar o tipo de cidadania ambiental que o discurso do ativismo climático jovem ajuda a construir e assim analisar aspetos relativos à forma como os jovens ativistas entendem a ação climática, sua relação com a mudança social e o papel do cidadão nesse contexto. Este entendimento favorece uma melhor compreensão da perspetiva do ativismo climático jovem e permite elucidar o que a distingue de outro tipo de discursos sobre ação climática (Kenis, 2016), clarificando o conteúdo da sua proposta enquanto “agentes de mudança” (Han & Ahn, 2020; Swaffield & Bell, 2012) no quadro do debate sobre as alterações climáticas.

Este trabalho também realiza um contributo para o corpo de literatura ainda limitado que procura analisar, com base em material empírico, as visões de cidadania ambiental subjacentes ou construídas através do discurso ou comportamento dos indivíduos (Vihersalo, 2017; Wolf et al. 2009). Esta análise evidencia ainda a utilidade do conceito de cidadania ambiental enquanto ferramenta analítica, conforme é sugerido em Luque (2005) e foi primeiramente testado por Vihersalo (2017). Por outro lado, este estudo constituiu-se também como um contributo para o conjunto ainda reduzido de trabalhos que procura explorar a forma como a cidadania ambiental se expressa na ação e discurso dos ativistas ambientais (Horton, 2006; Kenis, 2016; Kurtz, 2005; K. Mason, 2014), principalmente atendendo a que não foi identificado nenhum artigo que tenha explorado como a cidadania ambiental é construída no discurso do ativismo climático jovem.

As conclusões alcançadas demonstram como a aplicação de uma perspectiva analítica guiada pelo conceito de cidadania ambiental é favorável à distinção de aspetos que traduzem alguns dos contrastes essenciais entre as diferentes abordagens à ação climática, razão pela qual consideramos que esta abordagem poderá apoiar o estudo da “battle of ideias” em torno do tema das alterações climáticas (Moscovici & Marková, 2000). Tendo isto em conta, sugerimos a adoção desta perspectiva em estudos futuros que visem compreender a forma como os indivíduos perspetivam os problemas da sustentabilidade ambiental, com enfoque na forma como é pensada a ação perante eles e a sua relação com a mudança social.

No caso específico do presente estudo, analisámos o tipo de cidadania ambiental construído no discurso de jovens ativistas que se envolveram no movimento pela ação climática aquando da nova onda de mobilizações que este experimentou em 2018 e 2019. É, no entanto, importante indicar como principal limitação deste estudo o facto de abarcar apenas a perspectiva de GT e de jovens ativistas portugueses, não abrangendo a diversidade subjacente a um movimento com escala internacional. Nesse sentido, seria relevante introduzir na análise as perspetivas de jovens ativistas de outros pontos do globo, notavelmente ativistas de países não industrializados e mais vulneráveis à crise climática, que poderão possuir um ponto de vista diferente relativamente à relação entre alterações climáticas e justiça intrageracional.

De um ponto de vista aplicado, as conclusões deste trabalho permitem clarificar a dimensão de crítica e resistência associada ao discurso do ativismo climático jovem (Holmberg & Alvinus, 2020; Kvamme, 2019; O’Brien et al., 2018), evidenciando como este questiona o paradigma que subjaz atualmente a governança internacional das questões do clima e a sua abordagem alinhada com uma perspectiva de “sustentabilidade fraca”, ao avançar uma abordagem à ação climática mais próxima da perspectiva da “sustentabilidade forte” (Castro et al., 2016; Uzzell & Rätzl, 2009). O tipo de cidadania ambiental identificado no discurso de GT e dos jovens entrevistados também demonstra que o potencial dos jovens ativistas para atuar como agentes de mudança passa não só pela crítica que dirigem ao paradigma atual da ação climática, mas também pelo avançar de um discurso alternativo, que expressa uma visão construtiva da possibilidade de um futuro melhor e de um rumo de ação diferente (McKnight, 2020). Estas duas dimensões do discurso do ativismo climático jovem evidenciam como estes jovens estão a exercer a sua agência política no contexto da política climática.

Importa, em último lugar, notar que as várias conclusões alcançadas se constituem como um contributo interdisciplinar, atendendo a que o presente estudo recorre a um quadro teórico que mobiliza teoria da Psicologia Social e a literatura da cidadania ambiental, mais ligada à disciplina da Ciência Política.

Referências Bibliográficas

- 350.org. (2019, março 15). *Update 1.6 million students across the globe demand climate action [Press Release]*. 350.org. Consultado a 19 de junho de 2020, em <https://350.org/press-release/1-4-million-students-across-the-globe-demand-climate-action/>
- Branco, C., Ascensão, J., & Agência Lusa. (2019, setembro 27). PSP retira à força ativistas do clima que cortaram Av. Almirante Reis em Lisboa. Há um detido. *Observador*. Consultado a 9 de agosto de 2020, em <https://observador.pt/2019/09/27/oucam-a-greta-milhares-de-portugueses-juntam-se-a-greve-climatica/>
- Bäckstrand, K., & Lövbrand, E. (2006). Planting Trees to Mitigate Climate Change: Contested Discourses of Ecological Modernization, Green Governmentality and Civic Environmentalism. *Global Environmental Politics*, 6, 50–75. <https://doi.org/10.1162/152638006775991911>
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Barr, S., Gilg, A., & Shaw, G. (2011). Citizens, consumers and sustainability: (Re)Framing environmental practice in an age of climate change. *Global Environmental Change*, 21(4), 1224–1233. <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2011.07.009>
- Barry, J. (2006). Resistance Is Fertile: From Environmental to Sustainability Citizenship. Em *Environmental Citizenship* (A. Dobson, D. Bell, pp. 21–48). MIT Press.
- Barry, J., Mol, A. P. J., & Zito, A. R. (2013). Climate change ethics, rights, and policies: An introduction. *Environmental Politics*, 22(3), 361–376. <https://doi.org/10.1080/09644016.2013.788861>
- Bashir, N. Y., Lockwood, P., Chasteen, A. L., Nadolny, D., & Noyes, I. (2013). The ironic impact of activists: Negative stereotypes reduce social change influence. *European Journal of Social Psychology*, 43(7), 614–626. <https://doi.org/10.1002/ejsp.1983>
- Batel, S., & Castro, P. (2009). A Social Representations Approach to the Communication between Different Spheres: An Analysis of the Impacts of Two Discursive Formats. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, 39(4), 415–433.
- Batel, S., & Castro, P. (2015). Collective action and social change: Examining the role of representation in the communication between protesters and third party members. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 25(3), 249–263.
- Batel, S., & Castro, P. (2018). Reopening the dialogue between the theory of social representations and discursive psychology for examining the construction and transformation of meaning in discourse and communication. *British Journal of Social Psychology*, 57, 732–753. <https://doi.org/10.1111/bjso.12259>
- BBC News. (2020, fevereiro 28). Greta Thunberg: Who is she and what does she want? *BBC News*. Consultado a 9 de agosto de 2020, em <https://www.bbc.com/news/world-europe-49918719>
- Beck, U. (1986). La lógica del reparto de la riqueza y del reparto de los riesgos. Em *La sociedad del riesgo* (pp. 25–26). Paidós Ibérica.
- Bell, D. R. (2005). Liberal Environmental Citizenship. *Environmental Politics*, 14(2), 179–194. <https://doi.org/10.1080/09644010500054863>
- Boström, M., & Klintman, M. (2019). Can we rely on ‘climate-friendly’ consumption? *Journal of Consumer Culture*, 19(3), 359–378.
- Boulianne, S., Lalancette, M., & Ilkiw, D. (2020). “School Strike 4 Climate”: Social Media and the International Youth Protest on Climate Change. *Media and Communication*, 8(2), 208–218. <https://doi.org/10.17645/mac.v8i2.2768>
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77–101. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>
- Carrington, D. (2018, março 19). School climate strikes: 1.4 million people took part, say campaigners. *The Guardian*. <https://www.theguardian.com/environment/2019/mar/19/school-climate-strikes-more-than-1-million-took-part-say-campaigners-greta-thunberg>
- Carvalho, H. (2008). *Análise Multivariada de Dados Qualitativos—Utilização da ACM com o SPSS* (2ª Edição). Edições Sílabo.

- Castleberry, A., & Nolen, A. (2018). Thematic analysis of qualitative research data: Is it as easy as it sounds? *Currents in Pharmacy Teaching and Learning*, 10, 807–815. <https://doi.org/10.1016/j.cptl.2018.03.019>
- Castro, P. (2002). Notas para uma leitura da teoria das representações sociais em S. Moscovici. *Análise Social*, XXXVII (164), 949–979.
- Castro, P. (2006). Applying Social Psychology to the Study of Environmental Concern and Environmental Worldviews: Contributions from the Social Representations Approach. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 16, 247–266. <https://doi.org/10.1002/casp.864>
- Castro, P. (2012). Legal Innovation for Social Change: Exploring Change and Resistance to Different Types of Sustainability Laws. *Political Psychology*, 33(1), 105–121. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9221.2011.00863.x>
- Castro, P. (2015). The approach of social representations to sustainability: Researching time, institution, conflict and communication. Em G. Sammut, E. Andreouli, G. Gaskell, & J. Valsiner (Eds.), *Handbook of Social Representations* (pp. 295–308). Cambridge University Press.
- Castro, P., & Batel, S. (2008). Social Representation, Change and Resistance: On the Difficulties of Generalizing New Norms. *Culture & Psychology*, 14(4), 475–497. <https://doi.org/10.1177/1354067X08096512>
- Castro, P., & Gomes, I. (2005). Genetically Modified Organisms in the Portuguese Press: Thematization and anchoring. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, 35(1), 1–17. <https://doi.org/10.1111/j.0021-8308.2005.00261.x>
- Castro, P., & Santos, T. R. (2019). Dialogues with the absent Other: Using reported speech and the vocabulary of citizenship for contesting ecological laws and institutions. *Discourse & Society*, 31(3), 249–267. <https://doi.org/10.1177/0957926519889126>
- Castro, P., Uzelgun, M. A., & Bertoldo, R. (2016). Climate change activism between weak and strong environmentalism: Advocating social change with moderate argumentation strategies? Em C. Howarth & E. Andreouli (Eds.), *Everyday Politics* (pp. 146–162). Routledge.
- Corner, A., Roberts, O., Chiari, S., Völler, S., Mayrhuber, E. S., Mandl, S., & Monson, K. (2015). How do young people engage with climate change? The role of knowledge, values, message framing, and trusted communicators. *WIREs Climate Change*, 6(5), 523–534. <https://doi.org/10.1002/wcc.353>
- Curry, P. (2001). Redefining community: Towards an ecological republicanism. *Biodiversity and Conservation*, 9(8), 1059–1071.
- de Moor, J., Uba, K., Wahlström, M., Wennerhag, M., & De Vydt, M. (Eds.). (2020). *Protest for a future II: Composition, mobilization and motives of the participants in Fridays For Future climate protests on 20-27 September, 2019, in 19 cities around the world*. <http://urn.kb.se/resolve?urn=urn:nbn:se:sh:diva-40271>
- Dean, H. (2001). Green citizenship. *Social policy and administration*, 35(3), 490–505. <https://doi.org/10.1111/1467-9515.t01-1-00249>
- della Porta, D. (2019). Deconstructing Generations in Movements: Introduction. *American Behavioral Scientist*, 63(10), 1407–1426. <https://doi.org/10.1177/0002764219831739>
- della Porta, D., & Dietz, M. (2014). Framing processes in the climate movement: From climate change to climate justice. Em M. Dietz & H. Garrelts (Eds.), *Routledge Handbook of The Climate Change Movement* (pp. 19–30). Routledge.
- Demeritt, D. (2001). The Construction of Global Warming and the Politics of Science. *Annals of the Association of American Geographers*, 91(2), 307–337. <https://doi.org/10.1111/0004-5608.00245>
- Dobson, A. (1990). *Green Political Thought* (4ª edição). Routledge.
- Dobson, A. (2003). *Citizenship and the Environment*. Oxford University Press.
- Dobson, A. (2007). Environmental citizenship: Towards sustainable development. *Sustainable Development*, 15(5), 276–285. <https://doi.org/10.1002/sd.344>
- Dobson, A., & Sáiz, Á. V. (2005). Introduction. *Environmental Politics*, 14(2), 157–162. <https://doi.org/10.1080/09644010500054822>
- Dryzek, J. S. (1997). *The Politics of the Earth: Environmental Discourses* (3ª edição). Oxford University Press.

- Dunlap, R. E., Michelson, W., & Stalker, G. (2002). Environmental Sociology: An Introduction. Em R. E. Dunlap & W. Michelson (Eds.), *Handbook of Environmental Sociology* (pp. 1–32). Greenwood Press.
- Evensen, D. (2019). The rhetorical limitations of the #FridaysForFuture movement. *Nature Climate Change*, 9(6), 428–430. <https://doi.org/10.1038/s41558-019-0481-1>
- Extinction Rebellion. (sem data). *What Is XR*. Extinction Rebellion. Consultado a 9 de Agosto de 2020, em <https://rebellion.global/about-us/>
- Fagan, M., & Huang, C. (2019, Abril 8). *A look at how people around the world view climate change*. Pew Research Centre. <https://www.pewresearch.org/fact-tank/2019/04/18/a-look-at-how-people-around-the-world-view-climate-change/>
- Feinberg, M., Willer, R., & Kovacheff, C. (2017). *Extreme Protest Tactics Reduce Popular Support for Social Movements* [Working Paper No.291117]. <https://ssrn.com/abstract=2911177>
- Feindt, P. H., & Oels, A. (2005). Does discourse matter? Discourse analysis in environmental policy making. *Journal of Environmental Policy & Planning*, 7(3), 161–173. <https://doi.org/10.1080/15239080500339638>
- Fernandes, S. A., Durães, M., Manso, M., & Fernandes, I. (2019, Março 15). Para salvar o planeta, as faltas às aulas são mais do que justificadas. *Público*. <https://www.publico.pt/2019/03/15/p3/reportagem/para-salvar-o-planeta-as-faltas-as-aulas-sao-mais-do-que-justificadas-1865574>
- Fisher, S. R. (2016). Life trajectories of youth committing to climate activism. *Environmental Education Research*, 22(2), 229–247. <https://doi.org/10.1080/13504622.2015.1007337>
- Fiske, S. T. (2015). Intergroup biases: A focus on stereotype content. *Current Opinion in Behavioral Sciences*, 3, 45–50. <https://doi.org/10.1016/j.cobeha.2015.01.010>
- Fiske, S. T., Cuddy, A. J. C., & Glick, P. (2002). A Model of (Often Mixed) Stereotype Content: Competence and Warmth Respectively Follow From Perceived Status and Competition. *Journal of Personality and Social Psychology*, 82(6), 878–902. <https://doi.org/10.1037//0022-3514.82.6.878>
- Fiske, S. T., Cuddy, A. J. C., & Glick, P. (2007). Universal dimensions of social cognition: Warmth and competence. *Trends in Cognitive Sciences*, 11(2), 77–83. <https://doi.org/10.1016/j.tics.2006.11.005>
- Fleming, A., Vanclay, F., Hiller, C., & Wilson, S. (2014). Challenging dominant discourses of climate change. *Climatic Change*, 127(3), 407–418. <https://doi.org/10.1007/s10584-014-1268-z>
- Gabrielson, T. (2008). Green citizenship: A review and critique. *Citizenship Studies*, 12(4), 429–446. <https://doi.org/10.1080/13621020802184275>
- Gifford, R. (2011). The Dragons of Inaction: Psychological Barriers That Limit Climate Change Mitigation and Adaptation. *American Psychologist*, 6(4), 290–302. <https://doi.org/10.1037/a0023566>
- Goeminne, G. (2010). Climate Policy is Dead, Long Live Climate Politics! *Ethics, Place & Environment*, 13(2), 207–214. <https://doi.org/10.1080/13668791003778867>
- Greve Climática Estudantil. (sem data). *Sobre*. Facebook. Consultado a 9 de Agosto de 2020, em https://www.facebook.com/greveclimaticaestudantil/about/?ref=page_internal
- Hagedorn, G., Kalmus, P., Mann, M., Vicca, S., Berge, J. V. den, Ypersele, J.-P. van, Bourg, D., Rotmans, J., Kaaronen, R., Rahmstorf, S., Kromp-Kolb, H., Kirchengast, G., & Knutti, R. (2019). Concerns of young protesters are justified. *Science*, 364(6436), 139–140. <https://doi.org/10.1126/science.aax3807>
- Hajer, M., & Versteeg, W. (2005a). A Decade of Discourse Analysis of Environmental Politics: Achievements, Challenges, Perspectives. *Journal of Environmental Policy & Planning*, 7(3), 175–184.
- Hajer, M., & Versteeg, W. (2005b). A decade of discourse analysis of environmental politics: Achievements, challenges, perspectives. *Journal of Environmental Policy & Planning*, 7(3), 175–184. <https://doi.org/10.1080/15239080500339646>
- Han, H., & Ahn, S. W. (2020). Youth Mobilization to Stop Global Climate Change: Narratives and Impact. *Sustainability*, 12(10), 4127. <https://doi.org/10.3390/su12104127>

- Hobson, K. (2013). On the making of the environmental citizen. *Environmental Politics*, 22(1), 56–72. <https://doi.org/10.1080/09644016.2013.755388>
- Holmberg, A., & Alvinus, A. (2020). Children’s protest in relation to the climate emergency: A qualitative study on a new form of resistance promoting political and social change. *Childhood*, 27(1), 78–92.
- Horton, D. (2006). Demonstrating Environmental Citizenship? A Study of Everyday Life Among Green Activists. Em A. Dobson & D. R. Bell (Eds.), *Environmental citizenship* (pp. 127–150). MIT Press.
- Howarth, Caroline. (2006). A social representation is not a quiet thing: Exploring the critical potential of social representations theory. *British Journal of Social Psychology*, 45(1), 65–86. <https://doi.org/10.1348/014466605X43777>
- IPCC. (2014). *Climate Change 2014: Synthesis Report. Contribution of Working Groups I, II and III to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change* [Core Writing Team, Pachauri, R.K. & Meyer, L.A.] (pp. 2–34). IPCC. https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2018/02/AR5_SYR_FINAL_SPM.pdf
- Jagers, S. C., Martinsson, J., & Matti, S. (2014). Ecological citizenship: A driver of pro-environmental behaviour? *Environmental Politics*, 23(3), 434–453. <https://doi.org/10.1080/09644016.2013.835202>
- Jaspal, R., & Nerlich, B. (2014). When climate science became climate politics: British media representations of climate change in 1988. *Public Understanding of Science*, 23(2), 122–141.
- Joffe, H. (2012). Thematic Analysis. Em D. Harper & A. Thompson (Eds.), *Qualitative Research Methods in Mental Health and Psychotherapy: A Guide for Students and Practitioners* (Vol. 1, pp. 209–223). Wiley-Blackwell.
- Joffe, H., & Yardley, L. (2004). Content and thematic analysis. Em D. Marks & L. Yardley (Eds.), *Research methods for clinical and health psychology* (pp. 56–68). Sage.
- Jornal de Notícias. (2019, Maio 22). Alunos portugueses vão aderir a nova greve estudantil pelo clima. *Jornal de Notícias*. <https://www.jn.pt/nacional/portugal-junta-se-a-nova-greve-estudantil-pelo-clima-10926953.html>
- Kenis, A. (2016). Ecological citizenship and democracy: Communitarian versus agonistic perspectives. *Environmental Politics*, 25(6), 949–970. <https://doi.org/10.1080/09644016.2016.1203524>
- Kurtz, H. E. (2005). Alternative visions for citizenship practice in an environmental justice dispute. *Space and Polity*, 9(1), 77–91. <https://doi.org/10.1080/13562570500078758>
- Kvamme, O. A. (2019). School Strikes, Environmental Ethical Values, and Democracy. *Studier i Pædagogisk Filosofi*, 8(1), 6–27. <https://doi.org/10.7146/spf.v8i1.117967>
- Læssøe, J. (2007). Participation and sustainable development: The post-ecologist transformation of citizen involvement in Denmark. *Environmental Politics*, 16(2), 231–250. <https://doi.org/10.1080/09644010701211726>
- Lassen, I., Horsbøl, A., Bonnen, K., & Pedersen, A. G. J. (2011). Climate Change Discourses and Citizen Participation: A Case Study of the Discursive Construction of Citizenship in Two Public Events. *Environmental Communication*, 5(4), 411–427. <https://doi.org/10.1080/17524032.2011.610809>
- Latta, P. A. (2007). Locating democratic politics in ecological citizenship. *Environmental Politics*, 16(3), 377–393. <https://doi.org/10.1080/09644010701251631>
- Liu, L. (2004). Sensitising Concept, Themata and Shareness: A Dialogical Perspective of Social Representations. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, 34(3), 249–264.
- Loader, B. D., Vromen, A., & Xenos, M. A. (2014). The networked young citizen: Social media, political participation and civic engagement. *Information, Communication & Society*, 17(2), 143–150. <https://doi.org/10.1080/1369118X.2013.871571>
- Luque, E. (2005). Researching Environmental Citizenship and its Publics. *Environmental Politics*, 14(2), 211–225. <https://doi.org/10.1080/09644010500054947>
- Maniates, M. (2002). Individualization: Plant a Tree, Buy a Bike, Save the World? Em T. Princen, M. Maniates, & K. Conca (Eds.), *Confronting Consumption* (pp. 43–66). MIT Press.
- Marková, I. (2000). Amédée or How to Get Rid of It: Social Representations from a Dialogical Perspective. *Culture & Psychology*, 6(4), 419–460.

- Mason, A. (2009). Environmental Obligations and the Limits of Transnational Citizenship. *Political Studies*, 57(2), 280–297. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9248.2008.00737.x>
- Mason, K. (2014). Becoming Citizen Green: Prefigurative politics, autonomous geographies, and hoping against hope. *Environmental Politics*, 23(1), 140–158.
- McKnight, H. (2020). ‘The Oceans are Rising and So Are We’: Exploring Utopian Discourses in the School Strike For Climate Movement. *Brief Encounters*, 4(1), 48–63. <https://doi.org/10.24134/be.v4i1.217>
- Melo-Escrihela, C. (2008). Promoting Ecological Citizenship: Rights, Duties and Political Agency. *ACME: An International E-Journal for Critical Geographies*, 7(2), 113–134.
- Mol, A. P. J., & Spaargaren, G. (2000). Ecological modernisation theory in debate: A review. *Environmental Politics*, 9(1), 17–49. <https://doi.org/10.1080/09644010008414511>
- Moscovici, S. (1985). Innovation and minority influence. Em S. Moscovici, G. Mugny, & E. Van Avermaet (Eds.), *Perspectives on Minority Influence* (pp. 9–51). Cambridge University Press; Editions de la Maison des Sciences de l’ Homme.
- Moscovici, S. (1988). Notes towards a description of Social Representations. *European Journal of Social Psychology*, 18(3), 211–250. <https://doi.org/10.1002/ejsp.2420180303>
- Moscovici, S. & Marková, I. (2000). Ideas and their development, a dialogue between Serge Moscovici and Ivana Marková. In G. Duveen (Ed.), *Social representations: Explorations in social psychology* (pp. 18-77). Polity.
- Murray, S. (2020). *Framing a Climate Crisis: A descriptive framing analysis of how Greta Thunberg inspired the masses to take to the streets* [Dissertação de Licenciatura, Uppsala University]. <http://urn.kb.se/resolve?urn=urn:nbn:se:uu:diva-402643>
- Nairn, K. (2019). Learning from Young People Engaged in Climate Activism: The Potential of Collectivizing Despair and Hope. *YOUNG*, 27(5), 435–450. <https://doi.org/10.1177/1103308818817603>
- O’Brien, K., Selboe, E., & Hayward, B. M. (2018). Exploring youth activism on climate change: Dutiful, disruptive, and dangerous dissent. *Ecology and Society*, 23(3), 42. JSTOR. <https://doi.org/10.2307/26799169>
- Ockwell, D., Whitmarsh, L., & O’Neill, S. (2009). Reorienting Climate Change Communication for Effective Mitigation: Forcing People to be Green or Fostering Grass-Roots Engagement? *Science Communication*, 30(3), 305–327.
- O’Toole, T., Lister, M., Marsh, D., Jones, S., & McDonagh, A. (2003). Tuning out or left out? Participation and non-participation among young people. *Contemporary Politics*, 9(1), 45–61. <https://doi.org/10.1080/1356977032000072477>
- Pallett, H. (2017). Environmental citizenship. Em D. Richardson, N. Castree, M. Goodchild, A. Kobayashi, W. Liu, & D. Marston (Eds.), *The International Encyclopedia of Geography: People, the Earth, Environment, and Technology*. Wiley-Blackwell.
- Parker, L. (2020, março 25). Greta wasn’t the first to demand climate action. Meet more young activists. *National Geographic*. <https://www.nationalgeographic.com/magazine/2020/04/greta-thunberg-wasnt-the-first-to-demand-climate-action-meet-more-young-activists-feature/>
- Partridge, E. (2008). From ambivalence to activism: Young people’s environmental views and actions. *Youth Studies Australia*, 27(2), 18–25.
- Pepermans, Y., & Maesele, P. (2014). Democratic Debate and Mediated Discourses on Climate Change: From Consensus to De/politicization. *Environmental Communication*, 8(2), 216–232. <https://doi.org/10.1080/17524032.2014.906482>
- Pickard, S. (2019a). Young People and DIO Politics: Do-It-Ourselves Political Participation. Em *Politics, Protest and Young People: Political Participation and Dissent in 21st Century Britain* (pp. 375–405). Palgrave Macmillan UK. https://doi.org/10.1057/978-1-137-57788-7_12
- Pickard, S. (2019b). Young People, Citizenship and Citizenship Education. Em *Politics, Protest and Young People: Political Participation and Dissent in 21st Century Britain* (pp. 123–153). Palgrave Macmillan. https://doi.org/10.1057/978-1-137-57788-7_12

- Pickard, S. (2019c). Young Environmental Activists are Doing it Themselves. *Political Insight*, 10(4), 4–7. <https://doi.org/10.1177/2041905819891364>
- Porter, A. J., Kuhn, T. R., & Nerlich, B. (2018). Organizing Authority in the Climate Change Debate: IPCC Controversies and the Management of Dialectical Tensions. *Organization Studies*, 39(7), 873–898.
- Putkonen, V. (2019). *Who speaks for Earth? Climate discourses and voice in Greta Thunberg’s speech in UN Climate Action Summit on September 23, 2019* [Dissertação de Licenciatura, University of Oulu]. <http://jultika.oulu.fi/files/nbnfioulu-202001281093.pdf>
- RTP. (2019, Setembro 27). Manifestação pelo clima. Centenas bloqueiam avenida em Lisboa. RTP. Consultado a 9 de agosto de 2020, em https://www.rtp.pt/noticias/pais/manifestacao-pelo-clima-centenas-bloqueiam-avenida-em-lisboa_n1175457
- Sabet, M. (2014). ‘Moral Offset’. *Critical Discourse Studies*, 11(1), 95–116. <https://doi.org/10.1080/17405904.2013.829115>
- Sáiz, A. V. (2005). ‘Globalisation, Cosmopolitanism and Ecological Citizenship’. *Environmental Politics*, 14(2), 163–178. <https://doi.org/10.1080/09644010500054848>
- Schlosberg, D., & Collins, L. B. (2014). From environmental to climate justice: Climate change and the discourse of environmental justice. *WIREs Climate Change*, 5(3), 359–374. <https://doi.org/10.1002/wcc.275>
- Schwartz, S. (1992). Universals in the Content and Structure of Values: Theoretical Advances and Empirical Tests in 20 Countries. Em M. P. Zappa (Ed.), *Advances in Experimental Social Psychology* (Vol. 25, pp. 1–65). Academic Press. [https://doi.org/10.1016/S0065-2601\(08\)60281-6](https://doi.org/10.1016/S0065-2601(08)60281-6)
- Schwartz, S. H. (1994). Are There Universal Aspects in the Structure and Contents of Human Values? *Journal of Social Issues*, 50(4), 19–45. <https://doi.org/10.1111/j.1540-4560.1994.tb01196.x>
- Schwartz, S. H., & Bilsky, W. (1987). Toward a universal psychological structure of human values. *Journal of Personality and Social Psychology*, 53(3), 550–562. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.53.3.550>
- Seyfang, G. (2005). Shopping for Sustainability: Can Sustainable Consumption Promote Ecological Citizenship? *Environmental Politics*, 14(2), 290–306. <https://doi.org/10.1080/09644010500055209>
- Shove, E. (2010). Beyond the ABC: climate change and theories of social change. *Environment and Planning*, 42(6), 1273–1285.
- Stern, P. C. (2000). Toward a Coherent Theory of Environmentally Significant Behavior. *Journal of Social Issues*, 56(3), 407–424.
- Swaffield, J., & Bell, D. (2012). Can ‘climate champions’ save the planet? A critical reflection on neoliberal social change. *Environmental Politics*, 21(2), 248–267. <https://doi.org/10.1080/09644016.2012.651902>
- Szolucha, A. (2020). Why is everyone talking about climate change ... again? *Irish Journal of Sociology*, 28(1), 89–96. <https://doi.org/10.1177/0791603520908188>
- Taylor, C. (2013). The Discourses of Climate Change. Em T. Macmillan (Ed.), *Climate Change and Global Policy Regimes: Towards Institutional Legitimacy* (pp. 17–31). Palgrave Macmillan.
- Taylor, M. (2020, agosto 4). The evolution of Extinction Rebellion. *The Guardian*. <https://www.theguardian.com/environment/2020/aug/04/evolution-of-extinction-rebellion-climate-emergency-protest-coronavirus-pandemic>
- Thew, H., Middlemiss, L., & Paavola, J. (2020). “Youth is not a political position”: Exploring justice claims-making in the UN Climate Change Negotiations. *Global Environmental Change*, 61. Scopus. <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2020.102036>
- Thomas, A., Cretney, R., & Hayward, B. (2019). Student Strike 4 Climate: Justice, emergency and citizenship. *New Zealand Geographer*, 75(2), 96–100. <https://doi.org/10.1111/nzg.12229>
- Thunberg, G. (2018a) *COP24 Speech* [Video]. Fridays for Future. Consultado a 1 junho de 2019, em https://www.fridaysforfuture.org/greta-speeches#greta_speech_dec12_2018.
- Thunberg, G. (2018b, outubro 31). *Greta Thunberg Addresses Extinction Rebellion 31st Oct (Full Speech)* [Video]. Real Media - The News You Don’t See. Consultado a 1 junho de 2019, em <https://realmedia.press/greta-thunberg/>.

- Thunberg, G. (2018c, dezembro 12). *School Strike for Climate - Save the World by Changing the Rules, TEDxStockholm* [Vídeo]. Youtube. Consultado a 1 junho de 2019, em <https://www.youtube.com/watch?v=EAMmUIEsN9A&feature=youtu.be>.
- Thunberg, G. (2018d, dezembro 14). *Greta Thunberg Speech to UN Secretary General António Guterres* [Vídeo]. Youtube. Consultado a 1 junho de 2019, em https://www.youtube.com/watch?time_continue=194&v=Hq489387cg4&feature=emb_title.
- Thunberg, G. (2019a). *Greta Thunberg: "Our House Is Falling Apart, and We Are Rapidly Running out of Time", Speech to EU Parliament – 2019* [Transcrição do Discurso]. Speakola. Consultado a 1 junho de 2019, em <https://speakola.com/ideas/greta-thunberg-speech-to-eu-parliament-2019>.
- Thunberg, G. (2019b). *Our House is on Fire* [Vídeo]. Fridays for Future. Consultado a 1 junho de 2019, em https://www.fridaysforfuture.org/greta-speeches#greta_speech_jan25_2019.
- Thunberg, G. (2019c). *Our Lives Are in Your Hands*. Em *No One Is Too Small to Make a Difference* (Ebook). Penguin Random House. <https://www.kobo.com/pt/en/ebook/no-one-is-too-small-to-make-a-difference>. (Discurso realizado a 8 setembro de 2018).
- Thunberg, G. (2019d, janeiro 24). *Greta Thunberg Challenging The World Economic Forum in Davos - January 22 2019* [Vídeo]. Youtube. Consultado a 1 junho de 2019, em <https://www.youtube.com/watch?v=PxlxxFwQnh4&feature=youtu.be>.
- Thunberg, G. (2019e, fevereiro 21). *Watch: Greta Thunberg's Full Address to EU Politicians in Brussels* [Transcrição do Discurso]. EURACTIV. Consultado a 1 junho de 2019, em <https://www.euractiv.com/section/climate-environment/video/watch-greta-thunbergs-full-address-to-eu-politicians-in-brussels/>.
- Thunberg, G. (2019f, março 29). *Germany: Greta Thunberg Join 'Fridays for Future' March in Berlin* [Vídeo]. Youtube. Consultado a 29 fevereiro de 2020, em <https://www.youtube.com/watch?v=NH6Il40Wj2k>.
- Thunberg, G. (2019g, abril 5). *GOLDENE KAMERA Award Speech of Greta Thunberg* [Vídeo]. Youtube. Consultado a 1 junho de 2019, em <https://www.youtube.com/watch?v=bFvXc14g3AQ>.
- Thunberg, G. (2019h, abril 22). *Greta Thunberg Full Speech at Extinction Rebellion Protest in London* [Vídeo]. Youtube. Consultado a 4 junho de 2019, em <https://www.youtube.com/watch?v=hKMX8WRw3fc>.
- Thunberg, G. (2019i, abril 23). *"You Did Not Act in Time": Greta Thunberg's Full Speech to MPs'* [Transcrição do Discurso]. The Guardian. Consultado a 1 junho de 2019, em <https://www.theguardian.com/environment/2019/apr/23/greta-thunberg-full-speech-to-mps-you-did-not-act-in-time>.
- Thunberg, G. (2019j, maio 30). *Greta Thunberg Full Speech at the Austrian World Summit in Vienna* [Vídeo]. Youtube. Consultado a 4 junho de 2019, em <https://www.youtube.com/watch?v=8Xtl4SIFVcY>.
- Thunberg, G. (2019l, julho 21). *France: Greta Thunberg Awarded First Normandy Freedom Prize (0:07 – 1:50)* [Vídeo]. Youtube. Consultado a 29 fevereiro de 2020, em <https://www.youtube.com/watch?v=97Yek2TZ97E>.
- Thunberg, G. (2019m, julho 27). *Greta Thunberg Full Speech at the National Assembly in Paris, July 23 2019* [Vídeo]. Youtube. Consultado a 30 setembro de 2019, em <https://www.youtube.com/watch?v=ESDpzwWrmGg>.
- Thunberg, G. (2019n, setembro 18). *Voices Leading the Next Generation on the Global Climate Crisis* [Transcrição do Discurso]. U.S House of Representatives Foreign Affairs Committee. Consultado a 29 fevereiro de 2020, em <https://foreignaffairs.house.gov/2019/9/voices-leading-the-next-generation-on-the-global-climate-crisis>.
- Thunberg, G. (2019o, setembro 23). *Greta Thunberg at the Global Climate Strike in New York City* [Vídeo]. Youtube. Consultado a 29 fevereiro de 2020, em <https://www.youtube.com/watch?v=tALIM6uUWrc>.
- Thunberg, G. (2019p, setembro 23). *Greta Thunberg Speech to US Congress in the Ways & Means Committee Hearing Room* [Vídeo]. Youtube. Consultado a 2 outubro de 2019, em https://www.youtube.com/watch?time_continue=572&v=VxuoOTsYpw8&feature=emb_title.

- Thunberg, G. (2019q, setembro 23). *WATCH: Greta Thunberg's Full Speech to World Leaders at UN Climate Action Summit* [Vídeo]. Youtube. Consultado a 2 outubro de 2019, em <https://www.youtube.com/watch?v=KAJsdgTPjU>.
- Thunberg, G. (2019r, setembro 27). *Greta Thunberg, in Her Own Words, at the Montreal Climate March* [Transcrição do Discurso]. CBC News. Consultado a 29 fevereiro de 2020, em <https://www.cbc.ca/news/canada/montreal/greta-thunberg-in-her-own-words-at-the-montreal-climate-march-1.5300803>.
- Thunberg, G. (2019s, dezembro 11). *Greta Thunberg | COP 25 High Level Event on Climate Emergency | Extinction Rebellion* [Vídeo]. Youtube. Consultado a 20 fevereiro de 2020, em <https://www.youtube.com/watch?v=MI3f0KeZnsY>.
- Thunberg, G. (2020a, janeiro 21). *Davos 2020: Greta Demands Climate Action but Trump Blasts Pessimists - Day One as It Happened* [Vídeo]. The Guardian. Consultado a 14 março de 2020, em <https://www.theguardian.com/business/live/2020/jan/21/davos-2020-donald-trump-greta-thunberg-climate-mark-carney-wef-day-one-live>.
- Thunberg, G. (2020b, fevereiro 28). *Watch Greta Thunberg's Climate Speech in Bristol - as It Happened* [Vídeo]. The Guardian. Consultado a 14 março de 2020, em <https://www.theguardian.com/environment/2020/feb/28/watch-greta-thunbergs-climate-speech-in-bristol-live>.
- Thunberg, G. (2020c, março 4). *Climate Activist Greta Thunberg Speaks in EU Parliament - Watch Live* [Vídeo]. Youtube. Consultado a 14 março de 2020, em https://www.youtube.com/watch?v=ayqYBVJfp_I&list=WL&index=2&t=0s.
- Unigwe, C. (2019, outubro 5). It's not just Greta Thunberg: Why are we ignoring the developing world's inspiring activists? *The Guardian*. <https://www.theguardian.com/commentisfree/2019/oct/05/greta-thunberg-developing-world-activists>
- Uzelgun, M. A., & Castro, P. (2015). Change in the Mainstream Turkish Press: Coverage Trends and Meaning Dimensions in the First Attention Cycle. *Mass Communication and Society*, 0, 1–23. <https://doi.org/10.1080/15205436.2015.1027407>
- Uzelgun, M. A., Lewinski, M., & Castro, P. (2016). Favorite Battlegrounds of Climate Action: Arguing About Scientific Consensus, Representing Science-Society Relations. *Science Communication*, 38(6), 699–723.
- Uzzell, D., & Rätzzel, N. (2009). Transforming environmental psychology. *Journal of Environmental Psychology*, 29(3), 340–350. <https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2008.11.005>
- van Steenbergen, B. (1994a). The Condition of Citizenship: An Introduction. Em B. van Steenbergen (Ed.), *The condition of citizenship* (pp. 1–9). Sage.
- van Steenbergen, B. (1994b). Towards a global ecological citizen. Em B. van Steenbergen (Ed.), *The condition of citizenship* (pp. 141–152). Sage.
- Vavilov, E.-M. (2019). *Lessons about activism from a Swedish high school student: A rhetorical analysis of Greta Thunberg's public speeches on climate change* [Dissertação de Mestrado, Jönköping University]. <http://urn.kb.se/resolve?urn=urn:nbn:se:hj:diva-46317>
- Vihersalo, M. (2017). Climate citizenship in the European union: Environmental citizenship as an analytical concept. *Environmental Politics*, 26(2), 343–360. <https://doi.org/10.1080/09644016.2014.1000640>
- Wagner, W., Duveen, G., Farr, R., Jovchelovitch, S., Lorenzi-Cioldi, F., Marková, I., & Rose, D. (1999). Theory and Method of Social Representations. *Asian Journal of Social Psychology*, 2(1), 95–125. <https://doi.org/10.1111/1467-839X.00028>
- Wahlström, M., Kocyba, P., De Vydt, M., & de Moor, J. (Eds.). (2019). *Protest for a future: Composition, mobilization and motives of the participants in Fridays For Future climate protests on 15 March, 2019 in 13 European cities*. <http://eprints.keele.ac.uk/6571/>
- Wolf, J. (2007). *The ecological citizen and climate change*. Workshop “Democracy on the day after tomorrow”, ECPR Joint Sessions 2007, Helsinki.

- Wolf, J., Brown, K., & Conway, D. (2009). Ecological citizenship and climate change: Perceptions and practice. *Environmental Politics*, 18(4), 503–521. <https://doi.org/10.1080/09644010903007377>
- Wolf, J., & Moser, S. C. (2011). Individual understandings, perceptions, and engagement with climate change: Insights from in-depth studies across the world. *WIREs Climate Change*, 2(4), 547–569. <https://doi.org/10.1002/wcc.120>
- Zummo, L., Gargroetzi, E., & Garcia, A. (2020). Youth voice on climate change: Using factor analysis to understand the intersection of science, politics, and emotion. *Environmental Education Research*, 26(8), 1207–1226. <https://doi.org/10.1080/13504622.2020.1771288>

Anexo A

Categorias	Subcategorias
<p>Esfera de ação</p> <p><i>Descrição:</i> Que tipo de ações são os cidadãos encorajados a praticar com vista a servir os propósitos da sustentabilidade e ação climática?</p>	<p>Esfera Pública</p> <p><i>Descrição:</i> Ações no domínio público, incluindo a participação política nas suas diversas formas, como o voto ou a ação coletiva, ou a consciencialização de outros cidadãos.</p>
	<p>Esfera Pública e Privada</p> <p><i>Descrição:</i> Ações que podem ser aplicadas quer no domínio público, quer no domínio privado.</p>
<p>Locus da cidadania</p> <p><i>Descrição:</i> Como são definidos os limites da comunidade política a que se ligam os direitos e deveres do cidadão ambiental?</p>	<p>Nacional</p> <p><i>Descrição:</i> O locus do exercício da cidadania é enquadrado pelas fronteiras do Estado-Nação.</p>
	<p>Europeu</p> <p><i>Descrição:</i> A comunidade política é pensada ao nível europeu, abrangendo a comunidade definida pela UE.</p>
	<p>Global</p> <p><i>Descrição:</i> A comunidade política é pensada de uma perspetiva global, isto é, os seus limites ultrapassam as fronteiras dos Estados ou outro tipo de limites geográficos ou políticos.</p>
<p>Virtudes</p> <p><i>Descrição:</i> Quais são as qualidades, características ou valores associados ao bom cidadão ambiental?</p>	<p>Universalismo</p> <p><i>Descrição:</i> A prática da cidadania ambiental é associada a um conjunto de valores que traduzem reconhecimento e preocupação com o bem-estar de todos os seres humanos e com a preservação da natureza (Schwartz, 1992, 1994).</p>
	<p>Benevolência</p> <p><i>Descrição:</i> A prática da cidadania ambiental é associada a virtudes ou valores que dizem respeito à vontade de preservar e favorecer o bem-estar daqueles que nos são mais próximos e com quem convivemos no quotidiano (Schwartz, 1992, 1994).</p>
	<p>Autodireção</p> <p><i>Descrição:</i> A prática da cidadania ambiental é associada a um conjunto de qualidades que traduzem a capacidade</p>

	de agir e pensar de forma independente e autónoma (Schwartz, 1992, 1994).
Direitos e responsabilidades <i>Descrição:</i> Quais são os direitos e deveres ou responsabilidades associados ao exercício da cidadania ambiental?	Responsabilidade em agir perante a urgência climática <i>Descrição:</i> O exercício da cidadania ambiental é associado a uma responsabilidade geral em agir perante a urgência climática.
	Responsabilidade na redução de emissões <i>Descrição:</i> O exercício da cidadania ambiental é associado a uma responsabilidade em contribuir para a redução das emissões de gases com efeito estufa.
	Responsabilidade do Norte Global na redução de emissões <i>Descrição:</i> O exercício da cidadania ambiental é associado a uma responsabilidade particular em contribuir para a redução das emissões de gases com efeito estufa dos cidadãos dos países industrializados.
Raio de ação <i>Descrição:</i> Qual o propósito ou objetivos que são apresentados como devendo guiar a ação do cidadão?	Minimal <i>Descrição:</i> O propósito é minimal, no sentido em que a ação do cidadão visa sobretudo mitigar os impactos ambientais da atividade humana.
	Extensivo <i>Descrição:</i> O propósito é extensivo ou alargado, no sentido em ação do cidadão visa sobretudo contribuir para impulsionar mudanças que atendam às causas sociais, políticas e económicas na base dos problemas ambientais.
Papel do cidadão <i>Descrição:</i> O cidadão ambiental é representado como sujeito ativo ou como sujeito passivo?	Ativo <i>Descrição:</i> O cidadão é encorajado a assumir um papel ativo, isto é, a participar e desempenhar responsabilidades e a adotar uma atitude proativa.
	Passivo <i>Descrição:</i> O cidadão é apresentado como uma figura passiva, que cumpre diretivas e usufrui de direitos e que participa de forma limitada.

<p>Conceção do meio natural</p> <p><i>Descrição:</i> Qual a conceção do mundo natural e da relação homem-natureza expressa?</p>	<p>Reconhecimento do valor intrínseco da natureza</p> <p><i>Descrição:</i> A necessidade de combater as alterações climáticas é apresentada como estando associada não só ao risco que estas representam para o bem-estar humano, mas também para o de todos os seres vivos e para a preservação do valor intrínseco da natureza.</p>
	<p>Ser humano como parte da natureza</p> <p><i>Descrição:</i> O ser humano é representado como parte integrante da natureza e uma espécie entre as muitas que habitam o planeta e são ameaçadas pelas alterações climáticas.</p>
<p>Natureza da ação</p> <p><i>Descrição:</i> A prática da cidadania ambiental é apresentada como tendo que tipo de fundamento?</p>	<p>Imperativo de necessidade</p> <p><i>Descrição:</i> A prática da cidadania ambiental é apresentada como tendo um carácter algo imperativo ou como um dever derivado da necessidade, face à gravidade das consequências das alterações climáticas e curto prazo para a ação.</p>
	<p>Imperativo moral</p> <p><i>Descrição:</i> A prática da cidadania ambiental é apresentada como um tendo um carácter algo imperativo, devido à existência de um dever ou obrigação moral em agir.</p>
<p>Motivação para a ação</p> <p><i>Descrição:</i> Quais as razões apresentadas e apelos utilizados para motivar a ação ou prática da cidadania ambiental?</p>	<p>Respeitar as metas de emissões</p> <p><i>Descrição:</i> Uma das motivações apresentadas para a prática da cidadania ambiental é a necessidade de cumprir as metas e limites de emissões determinados pela ciência e estabelecidos nos tratados internacionais.</p>
	<p>Garantir a equidade</p> <p><i>Descrição:</i> Uma das motivações apresentadas para a prática da cidadania ambiental é o problema de justiça e equidade associado ao impacto das alterações climáticas sobre as populações mais vulneráveis dos países não industrializados.</p>
	<p>Salvaguardar as gerações futuras:</p> <p><i>Descrição:</i> Uma das motivações apresentadas para a prática da cidadania ambiental é o carácter das alterações como ameaça ao futuro dos jovens e crianças e às gerações futuras.</p>

	<p>Salvaguardar a natureza e todos os seres vivos</p> <p><i>Descrição:</i> Uma das motivações apresentadas para a prática da cidadania ambiental é o carácter das alterações como ameaça à natureza e ao bem-estar de todos os seres vivos.</p>
	<p>Ultrapassar uma ameaça existencial</p> <p><i>Descrição:</i> Uma das motivações apresentadas para a prática da cidadania ambiental é o carácter das alterações climáticas enquanto crise e ameaça existencial para o ser humano.</p>

Anexo B

Natureza da ação		
	N	%
Imperativo de necessidade	64	64.6
Imperativo moral	35	35.4
Total	99	100

Tabela 1 - Frequências absolutas e relativas da variável "Natureza da ação"

Virtudes		
	N	%
Universalismo	51	53.7
Autodireção	38	40.0
Benevolência	6	6.3
Total	95	100

Tabela 2 - Frequências absolutas e relativas da variável "Virtudes"

Direitos e deveres		
	N	%
Agir perante a urgência climática	56	67.5
Reduzir emissões	20	24.1
Responsabilidade do Norte Global na redução de emissões	7	8.4
Total	83	100

Tabela 3 - Frequências absolutas e relativas da variável "Direitos e deveres"

Raio de ação		
	N	%
Minimal	20	20.2
Alargado	79	79.8
Total	99	100

Tabela 4 - Frequências absolutas e relativas da variável "Raio de ação"

Motivação para a ação		
	N	%
Respeitar as metas de emissões	20	19.8
Garantir a equidade	7	6.9
Salvaguardar as gerações futuras	16	15.8
Salvaguardar a natureza e todos os seres vivos	20	19.8
Ultrapassar uma ameaça existencial	38	37.6
Total	101	100

Tabela 5 - Frequências absolutas e relativas da variável "Motivação para a ação"